

CADERNOS

da

Graduação

Ano 1

número 1

jan/jun

1998

CADERNOS DA GRADUAÇÃO
IFCH/UNICAMP
Setor de Publicações
Caixa Postal: 6110
CEP: 13081-970 - Campinas - SP
Tel. (019) 788.8342 - Fax: (019) 289.33.27

Organizadora deste volume: Vitória Azevedo
Projeto gráfico da capa: Vitória Azevedo
Projeto gráfico: Marilza A. Silva
Desenho da capa: Hélio Devaldo

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Diretor: Prof. Dr. Paulo Miceli
Diretor Associado: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Comissão de Publicações:

Profª Amneris Angela Maroni - DCP, Profª Ana Maria Niemeyer - DA, Prof. Italo A. Tronca - DH, Prof. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof. Oswaldo Giacóia Jr. - DF e Prof. Rubem Murilo Leão Rêgo (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Elizabeth S. S. Oliveira e Magalí Mendes

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, Marcílio Cesar de Carvalho, José Carlos Diana e Leontina Marques Segantini.

Impresso na Gráfica do IFCH/UNICAMP

SUMÁRIO

Apresentação	5
Cinema Russo	
Lucas Manuel Vega	7
O Desenvolvimento e Ascensão das Famílias Mafiosas nos Estados Unidos	
Evandro Domingues.	25
A Institucionalização da Diferença	
Andréia Mascarenhas	39
Resenha: “O Teatro do Vícios – Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial” – Emanuel Araújo	
Uassyr Siqueira	51
O “Saneamento” do Sertão	
Warney Smith.	59
A questão do sujeito histórico e o conceito de luta de classes em Thompson	
Gustavo Tuna	83
Teoria e prática na interpretação histórica	
Daniel Ferraz Chiozzini	89
Projeto: A concepção de democracia no PCB dos anos 80	
Marina Jorge	95
As Esquerdas no Brasil	
Elaine Amorim	107

APRESENTAÇÃO

VITÓRIA AZEVEDO¹

Em 1992 foi publicado o número 1 de “Escritos da Graduação”, mas esta iniciativa não foi levada a frente. Em 1997, a aluna Marina Jorge, então coordenadora de Ensino e Pesquisa do CACH, teve a idéia de criar os “Cadernos da Graduação”. Uma publicação com textos dos alunos da graduação do IFCH.

Após um ano, estamos levando adiante esta idéia e publicando o número 1 dos “Cadernos da Graduação”. Mas isto só foi possível devido à participação dos alunos, que enviaram seus textos.

Pelo fato da nova gestão do CACH ter assumido no fim do ano de 1997, sabíamos que haveria pouco tempo para divulgar melhor e nenhum tempo para montar uma comissão para selecionar os textos. Mas mesmo assim, resolvemos publicar o primeiro número, mesmo com algumas falhas.

¹Aluna do curso de História e Coordenadora de Ensino e Pesquisa.

Para o próximo número, os textos deverão ter no máximo 10 páginas e serem entregues com uma cópia em disquete e outra em papel. E montaremos uma banca de seleção formada por professores.

Espero que este primeiro número sirva de estímulo para os alunos continuarem enviando seus textos.

O CINEMA RUSSO

LUCAS MANUEL VEGA*

INTRODUÇÃO

O cinema foi introduzido no Império Czarista em 1896, através dos operadores de Lumière, e logo várias firmas estrangeiras (Pathé, Ambrosio) trataram de desenvolver a indústria. Até a primeira guerra mundial a produção foi fraca mas regular, centrando-se em filmes históricos e na grande produção literária do século XIX. A Revolução Bolchevique de 1917 deu início a um dos períodos mais importantes dos cinema soviético e mundial. Mas até chegarmos ao famoso Potemkin, existem muitas coisas, desde problemas decorrentes das guerras, até a falta de equipamentos e de condições para fazer filmes. Mas é também dessa situação que surgem grandes cineastas como Dziga Vertov, Vsevolod I. Pudovkin, Lev Kulechov, Eisenstein, Dovjenco, entre outros. Casos como o de Serguei Eisenstein que estudava engenharia e, com a Revolução, teve suas perspectivas destruídas e modificadas, tornando-se um dos maiores cineastas da Rússia e até de todo mundo. Participa da "Fábrica do Ator Excêntrico" (F.E.K.S.). Ele cria e põe em prática a sua teoria da "montagem de atrações", onde cria uma métrica, uma rítmica e uma harmonia que virão a ser próprios de seus filmes (pelos menos dos primeiros: A Greve, Outubro e Encouraçado Potemkin).

* Aluno do curso de Ciências Sociais, texto feito para o curso ministrado pelo prof. Marco Aurélio Garcia.

Porém não é ele o fundador do cinema soviético e sim Vertov junto com Kulechov. Já em 1919, Vertov realiza o seu primeiro longa metragem com a montagem de documentos históricos e, um ano antes havia entrado para o Kino-Nedelia (cine-semanal) como redator e montador. Vertov é também responsável pelo Kino Pravda que eram documentários e atualidades cinematográficas. Ele cria o conceito de captar a vida de "imprevisto", teoria dos elementos "captados ao vivo". Para ele era a montagem que expressava o trabalho do cineasta.

Lev Kulechov foi professor de cinema na Rússia em 1917 e um notável estudioso do cinema. Ele inicia o caminho que o transformaria no inaugurador da teoria da montagem. Em 1920, em Moscou, Kulechov monta "O Laboratório Experimental", onde estuda metodicamente a montagem, seus efeitos e reações na platéia. É baseado na teorias de Kulechov e em alguns conceitos de Vertov que Eisenstein constrói seus filmes.

Outro cineasta importante foi Vsevolod I. Pudovkin, assistente e ator de Kulechov. Aprende com este e usa a montagem como instrumento para impressionar e para comover. Ele cria a "montagem relacional", através do paralelismo, simbolismo e da simultaneidade.

É obvio que não são só estes os cineastas que fizeram surgir e transformar o cinema russo em um dos melhores do mundo, mas certamente estes são de vital importância. E através deles conseguimos traçar a história do cinema nesse imenso país, que mesmo em meio a guerras civis, revoluções e outros problemas, foi capaz de fazer filmes desvinculados a intuítos comerciais, diferentemente das produções externas. É, além disso, um dos primeiros países a usar o cinema como propaganda (política e ideológica) com grande sucesso. Tal foi esse êxito que, no caso de "Encouraçado Potemkin", chegou a ser proibido em outros países, cineclubes temiam em passá-lo e espectadores o aplaudiam clandestinamente. Isso é o que pode ser chamado de cinema revolucionário.

O CINEMA SOVIÉTICO

O cinema soviético nasceu em 27 de agosto de 1919, dia em que Lênin assinou o decreto de nacionalização o antigo cinema czarista. Mas seria injusto passar por cima dos filmes realizados sob Nicolau II.

Após 1908, e apesar da influência estrangeira, a da França principalmente, através da Pathé, o desenvolvimento do cinema russo começara. No período anterior à guerra, a maioria dos temas foram tirados da literatura ou da história nacionais. Pois a guerra, enfraquecendo o domínio francês e interrompendo a invasão da Rússia pelos filmes estrangeiros, aumentou o número de produções e criou grandes astros, como Ivan Mosjoukine. O nível artístico subiu constantemente, nos limites do comercialismo. Houve uma preocupação exagerada pela forma e um gosto cada vez mais pronunciado pelos dramas mundanos ou policiais, pelos assuntos pessimistas, macabros e decadentes. O melhor cineasta dessa época foi Geo Bauer (com *Une Vie pour une Autre*) que suscitara esperanças que sua morte acidental impediu de realizar.

Depois da Revolução de fevereiro de 1917, Mosjoukine interpretara um inimigo do czarismo num filme de Protozanov. Mas em outubro, a tomada do poder pelos Bolchevistas não entusiasmou nada a indústria. A guerra civil se acentua e os proprietários de grandes cinemas (produtores) fecharam-nos proclamando greve. Alguns produtores aderiram aos exércitos brancos e depois emigraram, com seus diretores, atores e técnicos.

O principal grupo de emigrantes estebeleceu-se em Paris, em torno do produtor Emoliev, com Volkov, Turjanski, Starevitch, Koline, Nathalia Lissenko, Protozanov e principalmente Ivan Mosjoukine. Esse grupo trazia para Paris um entusiasmo e uma extravagância que Volkov soube exprimir em filmes dominados pelo vigoroso e descomedido Mosjoukine: *La Maison du Mystère* (A Casa do Mistério), *Le Brasier Ardent* (O Braseiro Ardente). Porém privado do solo nacional, esse cinema de imigrados debilitou-se rapidamente. Protozanov voltou para Rússia, Turjanski e Volkov especializaram-se

em encenações internacionais vãs e de alto custo, ao passo que a sociedade Ermoliev se Transforma na Albatros, sob a direção de Alexandre Kamenka, e responsável pelas melhores realizações mudas de Feyder e René Clair. Outros, realizadores e atores emigrados, integram-se em Berlim ou em Hollywood, mas sem lhes dar um caráter particular.

No princípio, o cinema soviético deparou-se com consideráveis dificuldades materiais. Os exércitos brancos, apoiados internacionalmente, conquistaram efêmeros êxitos que permitiam anunciar quotidianamente "o fim do bolchevismo". Esses combates desorganizaram a economia, privaram os cineastas soviéticos de eletricidade, de película, de aquecimento e até mesmo de alimento suficiente. Os realizadores limitaram-se a algumas produções. Mas avançando mais, estavam Kulechov, Dziga Vertov e Tissé filmando atualidades.

Alguns filmes encenados puderam ser realizados nas difíceis condições da guerra civil. Kulechov estreou com "O Plano do Engenheiro Praithe". Mas em 1922, estabelecida a paz, começou a reconstrução da economia e Lênin lança a seguinte palavra de ordem: "De todas artes, o cinema, para nós é a mais importante" (ele tinha a consciência do poder do cinema). Os estúdios reabrem, reagrupam-se os técnicos e os artistas do período anterior à guerra. Todo este esforço resulta no gigantesco *Aetita*, realizado por Protozanov em cenários do estilo "construtivista". Porém, o destino do cinema soviético desdobra-se em grupos de vanguarda fundados por alguns jovens e com o apoio do governo: como *O Laboratório Experimental*, de Kulechov, *A Fábrica do Ator Excêntrico* (F.E.K.S.), os *Kinoks* (Loucos pelo Cinema), de Dziga Vertov, que primeiro se manifestou.

VERTOV, O HOMEM DA CÂMERA

Este cinegrafista de atualidades foi encarregado de fundar e dirigir um jornal filmado, o *Kino Pravda*, suplemento do grande diário Pravda. Com este "Cine-Verdade" Vertov pretendia banir do cinema tudo o que não fosse

"surpreendido na vida real". Como outrora Lumière. Os vinte e três números do *Kino Pravda*, conduziram os *Kinoks* a uma concepção ainda mais extremista, a do *Kino Glaz* (Cine-Olho): diziam eles " Nós nos denominamos *Kinoks* para nos diferenciar dos "cineastas", esse bando de ambulantes andrajosos que impingem com vantagem as suas velharias". Eles pregavam o *Kinokismo*, a arte de organizar os movimentos necessários dos objetos no espaço, graças à utilização de um conjunto artístico rítmico adequado às propriedades do material e ao ritmo interior de cada objeto. Através dos seus filmes e dos seus manifestos (de estilo futurista), proclamavam que o cinema devia recusar ator, figurino, maquiagem, estúdio, cenografia, iluminações, em última instância, tudo que envolvesse a encenação e submeter-se a câmera, olho mais objetivo que o olho humano. A impossibilidade da mecânica era para eles a melhor garantia da verdade. A idéia de olho mecânico, pregada pelos *Kinoks*, era de que a câmera se recusa a utilizar o olho humano como lembrete, ela examina o caos dos acontecimentos visuais, deixando-se atrair ou repelir pelos movimentos, buscando o caminho de seu próprio movimento ou de sua própria oscilação; fazendo experiências de estiramento do tempo, de fragmentação do movimento ou, ao contrário, de absorção do tempo em si mesmo, da aglutinação dos anos, esquematizando assim, processos de longa duração inacessíveis ao olho normal (documentário). Sendo a finalidade primeira da filmagem "colher a vida de improviso", quase toda arte se transferia para montagem. A personalidade do cineasta ou realizador se manifestava através da escolha dos documentos, por sua justaposição (montagem fílmica) e pelo ritmo criado. Para os *Kinoks* estes elementos deveriam ser governados por leis científicas e matemáticas, que eles se propunham a estabelecer.

Estas teorias evidentemente exageradas tiveram considerável influência na Rússia e logo no mundo inteiro. Chamaram a atenção para a importância da montagem, para a necessidade de surpreender o homem no seu meio social e na sua vida deram assim um vigoroso impulso ao documentário.

Mas em suas realizações chocaram-se com impossibilidades. O olho humano pode surpreender a vida de improviso, porém é um aparelho pesado e que exige condições rigorosas de iluminação. Dessa forma perturba-se, forçosamente, a pessoa que se filma. Vertov e seu cinegrafista Kaufman puderam registrar sem problemas assuntos habituais; cerimônias, comícios, manifestações, esportes, etc. Mas quando quiseram estudar os sentimentos, ou mesmo o trabalho, a câmera revelou-se incapaz de desempenhar seu papel de olho. Foi preciso ficarem escondidos em uma moita e utilizar teleobjetivas dos filmes de animais para surpreender, por exemplo, uma família em lágrimas sobre um túmulo.

Apesar desses limites e excessos, obras importantes marcaram a carreira de Dziga Vertov: *História de Bocado de Pão*, *Um Ano desde a Morte de Lênin*, *Soviete em Marcha!*, *A Sexta Parte do Mundo*, *O Homem da Câmera*. Porém sua obra prima foi realizada no início do cinema falado: *Três Cantos sobre Lênin*. Vertov teve pouco discípulos diretos, por outro lado seus filmes de arquivos tornaram-se o assunto de gênero novo. A montadora Esther Choub, realizou, com arquivos de Vertov, os primeiros filmes de montagem: *A Rússia de Nicolau II e de Tolstoi*, *O Grande Caminho*, *Hoje*, *O País dos Sovietes*, etc. Estes filmes de arte e de história com documentos autênticos, foram filmados quase ao acaso por cem operadores antigos. Os trabalhos de Vertov contribuíram para criar filmes de um tipo novo, a partir de 1940, que tentava escrever a História "ao vivo".

Ao contrário do Cine-Olho, a *Fábrica do Ator Excêntrico* (F.E.K.S.), estava longe de rejeitar os recursos cênicos, escolhendo os mais violentos e os mais exagerados atores, o dos desfiles de feiras e quermesses, do circo e do "music-hall". Ela se servia de todos os meios de trucagem cinematográfica.

AS EXPERIÊNCIAS DE LEV KULECHOV

Em seu laboratório experimental, Kulechov insistia, como Vertov na montagem, porém utilizava roteiro, atores e estúdios. Diante da prática ame-

ricana, notável pelo ritmo dos seus filmes e de sua fluidez na narrativa, Kulechov foi o primeiro teórico a investigar sistematicamente os fatores construtivos responsáveis pela eficiência desta prática. Foi em seus primeiros tempos de cineasta e professor na Rússia de 1917, que iniciou o caminho que o transformaria no inaugurador da teoria da montagem. Inspirado em atitude tipicamente empiricista, pôs-se a observar metodicamente os filmes e as reações da platéia, procurando isolar a variável responsável pela diferença de atitude dos espectadores. Ele estava interessado, basicamente, em destacar os fatores do sucesso e, numa análise comparativa chegou à conclusão que o fator fundamental responsável pelo sucesso dos filmes americanos era o ritmo de sua montagem, enquanto que a característica dos filmes europeus era a sua lentidão. O contraste entre as reações da platéia (e do próprio Kulechov) diante dos diferentes estilos, leva o cineasta russo a estabelecer uma correlação necessária entre o bom cinema e a sucessão rápida dos planos. Kulechov diz que "ao procurar, na medida do possível, diminuir a extensão de cada parte do filme, ou seja, a duração de cada plano obtida através de um posicionamento de câmera, os americanos descobriram um método simples de resolver a complexidade das cenas através das filmagens daquele elemento particular do desenvolvimento o qual a ação não poderia ocorrer; e câmera é colocado em tal perspectiva que o tema atinge o espectador e é entendido por este da maneira mais rápida, simples e compreensível".

A partir daí, o raciocínio de Kulechov desdobra-se em duas conclusões fundamentais da montagem: 1) o momento crucial da prática cinematográfica é o da organização do material filmado; 2) a justaposição e o relacionamento entre os vários planos expressa o que eles têm de essencial e produz o significado do conjunto. Ele exemplifica retomando um antigo filme em primeiro plano e inexpressivo do ator Mozhukin e justapondo sucessivamente pedaços de filmes que representavam um prato de sopa, um ataúde e uma criança. Ele projeta estas seqüências para espectadores não prevenidos os quais, segundo Pudovkin (assistente de Kulechov), entusiasmaram-se

com a arte e interpretação de Mozhukin em exprimir fome, tristeza e ternura. Sendo que o primeiro plano do ator intercalado com as outras imagens era sempre o mesmo.

Kulechov estava convencido que um entendimento profundo da verdadeira natureza do cinema era absolutamente necessário para dar consistência e sucesso a produção soviética. O caminho escolhido foi a análise empírica das construções dos "bons" filmes e seu critério de qualidade foi a reação da platéia. E é o aspecto que acentua o tom empiricista e científico de sua proposta de trabalho. De um lado, tal orientação permitiu a formulação do princípio conhecido como "efeito Kulechov" e de conceitos reveladores como "geografia criativa"; mas de outro lado, ancorou na sua concepção de cinema aos valores que derivavam do cinema particular que ele analisou. O resultado, na década de 20, é que Kulechov se transforma no maior teórico do cinema da montagem invisível e da construção de um espaço-tempo narrativo marcado pela procura da impressão de realidade e da identificação.

A noção de "geografia criativa" corresponde ao processo pelo qual a montagem confere um efeito de continuidade espacial a imagens contidas em espaços completamente diferentes e dá a aparência de realidade a um todo irreal. No cinema, é permitida a construção de um todo (ou corpo) através da combinação de partes na realidades pertencentes a totalidades distintas; podemos combinar o plano de um rosto de uma pessoa com um plano das mãos de outra, e assim sucessivamente para todo o corpo, compondo deste modo uma unidade original na tela. O que é importante para Kulechov é o efeito de realidade obtido. E, dentro da orientação realista, sua proposta representa um construtivismo radical, cada imagem do plano constitui apenas um pequeno fragmento de uma grande construção "tijolo por tijolo" e tem sua presença reduzida ao mínimo. Kulechov não confia na imagem isolada como algo eficiente na produção dos efeitos em cinema. O plano tem de ser o mais curto possível; uma unidade mínima de informação, que deve ser simples e clara de modo a permitir uma decodificação instantâ-

nea, ele chama esta unidade de plano-signo: "o plano cinematográfico não é uma fotografia (estática), o plano é um signo, uma letra para montagem".

Kulechov aplicou suas teorias no primeiro filme da nova escola soviética: *O Sr. Oeste no País dos Bolchevistas*. Seus atores, longe de ter a imobilidade dos objetos, seguiam uma linha de interpretação exagerada, contorcida, bastante próxima do expressionismo.

EISENSTEIN E SUA ESTÉTICA

Nos dias heróicos da Revolução Bolchevista Eisenstein estudava no Instituto de Engenharias Civil de Petrogrado. Tinha 19 anos e não estava preparado para a derrubada da ordem social existente, para o colapso de seu tipo de cultura e ideologia, e para a dissolução da sua família quando os partiram para o exílio. A Revolução destruiu e esmagou suas coordenadas de vida, mas lhe forneceu, em contra partida, a possibilidade de se refazer integralmente. Assim varreu a perspectiva de uma carreira de engenharia, a profissão paterna e abriu novas perspectivas para a sua vida. Num período de dez anos Eisenstein haveria de se tornar mundialmente famoso, primeiro no teatro e depois no cinema. Para poder atingir isso viu-se obrigado a transformar-se em um intelectual, a construir uma nova vivência e uma nova concepção ideológica quer da sociedade quer da arte. Teve de se tornar um estudioso da estética a fim de trabalhar no cinema. E, é claro, não podemos separar as idéias que desenvolveu da matriz em que se formaram, a matriz da Revolução de Outubro.

Maiakovski, amigo de Kulechov aceita na sua revista de vanguarda, "Lief", a colaboração de um jovem diretor de teatro, Eisenstein, que nela proclamou as virtudes de um novo método: a *montagem de atrações*. Ele ao alistar-se no Exército Vermelho começa a desenhar cartazes, depois se torna pintor de cenários e decorador no Teatro Proletkult de Moscou, e rapidamente percebeu que o teatro deveria ser um veículo de propaganda política, um laboratório para experimentação de vanguarda.

Em seguida Eisenstein torna-se diretor de teatro e sua primeira produção verificou-se em 1923. A peça, era uma adaptação de uma obra do século XIX de Ostrovski para o próprio teatro de Proletkult. Ela não foi organizada em atos e em cenas, mas com um programa de atrações, à semelhança do musical e do circo. O palco estava montado como um ginásio, como uma corda de nós, cavalos de saltos e barras paralelas. Caricaturas de figuras fascistas e outras personalidades políticas conhecidas eram representadas em *sketches* satíricas. Havia uma imitação irônica de uma procissão religiosa com cartazes onde se lia: “a religião é o ópio do povo”. Palhaços acometiam os espectadores, enquanto bombas de carnaval explodiam debaixo de seus lugares. Foi esta paródia de Ostrovski, o pretexto para o primeiro escrito teórico de Eisenstein, publicado na revista Lief. Neste manifesto delineava o seu conceito de montagem de atrações. Ele empregava a palavra “atração” no sentido quase filosófico de uma sensação violenta imposta ao espectador. A montagem reunia atrações colhidas arbitrariamente no tempo e no espaço.

Eisenstein inseriu um pequeno filme: *Um Bom Cavalo que nunca Tropeça*. Este filme deveria ser realizado por Dziga Vertov, mas este demorou em cumprir sua promessa e Eisenstein o substituiu. Pouco tempo depois Serguei Eisenstein dirige o seu primeiro filme: *A Greve*, no qual aplica sua teoria fazendo alternar o massacre dos operários do tempo de Czar com vistas de animais degolados, recentemente filmado nos matadouros. *A Greve*, apesar de sua narração confusa, chamou a atenção. O governo queria comemorar a Revolução de 1905 e encomendou filmes a este estreante de vinte cinco anos.

O *Encouraçado Potemkin*, seu filme mais famoso, foi realizado em poucas semanas na cidade de Odessa, com alguns atores, a população da cidade e a Armada Vermelha. Eisenstein seguia o costume estabelecido pelo Proletkult logo depois de outubro, fazendo a população participar em reconstituições históricas que agrupavam até dez mil pessoas.

Potemkin foi em certa medida uma *atualidade reconstituída* ao modo dos filmes análogos realizados, vinte anos antes, por Alfred Collins, Zecca e

Nonguet. Eisenstein teve de renunciar ao emprego de sua montagem de atrações. Mas sobre a influência de Vertov e das teorias literárias de vanguarda, rejeitou estúdio, maquilagem, cenografia e quase que atores. Seu filme teve como herói unicamente a massas; os atores foram reduzidos a uma figuração inteligente e os chefes revolucionários a simples silhuetas. A opção pela massa-herói poderia ter acarretado certa confusão. Mas o roteiro de Agadnova Choutko, muito claro na narração estritamente cronológica e histórica, criava duas personagens coletivas coerentes: o Encouraçado e a Cidade. O drama nascia de seu diálogo e da sua união.

O ponto culminante de *Potemkin* é o célebre massacre da escadaria de Odessa. Ele deve muito à montagem rigorosa e dramática das imagens muito bem enquadradas e fotografadas por Tissé. Este trecho magnífico é um perfeito exemplo do estilo e estética de Eisenstein, munido das teorias literárias e teatrais de vanguarda às Dziga Vertov e Kulechov e transformando-as com o seu gênio. A multidão é individualizada por grandes primeiros planos de rostos ou de atitudes e de trajes, escolhidos com um excelente sentido de caracterização. O Cine-Olho ensinou a "surpreender de improviso"; e as teorias de Kulechov ensinaram a alterná-los com objetos expressivos: botas, uma escada, uma grade, um sabre, um leão de pedra. E o episódio é pontuado por violentas e acelerantes atrações: a mãe carregando o cadáver do filho, o carrinho de criança que desce sozinho a escadaria, o olho vazado, sangrando por trás dos óculos e aros de ferro. O exagero ou a desumanidade das teorias são desmontadas pelo entusiasmo nacional da Revolução Russa e pela sinceridade de Eisenstein, não só na violência como também na piedade, em seu calor humano e na sua cólera.

Em toda parte fora da União Soviética, a censura proibiu *Potemkin*, em toda parte os espectadores reuniam-se para aplaudi-lo em segredo. A repressão detonou o poder explosivo de uma obra prima que as cinematecas conservam com cuidado. O filme tornou-se rapidamente o mais célebre que qualquer outro, abatendo até as fitas de Chaplin. Até o maior inimigo do

bolchevismo, o doutor Goebbels (líder da propaganda nazista), prestou-lhe involuntariamente alguns anos mais tarde, pedindo ao cinema que lhe desse “um novo Potemkin”.

Este triunfo colocara Eisenstein no primeiro plano. E o governo lhe deu todas as facilidades e liberdades para filmar *O Antigo e o Novo*. Ele trabalhou quatro anos na obra, a destruiu quase terminada, recomeçou, fotografou cem quilômetros de película para conservar apenas dois e meio. Em 1927, interrompeu o trabalho para dirigir *Outubro*, quadro em homenagem a Revolução de 1917. Este filme decepcionou um pouco. Continha memoráveis passagens: a tomada do Palácio de Inverno, a destruição do vinho nas adegas do czar, o episódio das pontes eleváveis, a fuga de Kerenski, a queda da estátua de Alexandre III. Continha um humor imprevisto, mais insistente, parecia sob influência de Alexandrov, seu antigo assistente que colaborou no roteiro e na realização. Seguiu-se a narração com dificuldade, mesmo os que conheciam bem os acontecimentos descritos. A obra, grande e vigorosa, não se igualava a *Potemkin*.

O Antigo e o Novo foi conhecido na França em uma versão mutilada, apresentada com o título *A Linha Geral*. Eisenstein queria celebrar a coletivização da terra, em uma época em que isto estava longe de acontecer em grande escala. Foi difícil “um homem da cidade” antecipar sobre a vida dos campos. No plano estético, a montagem de atrações resultava em metáforas pouco compreensíveis ou ingênuas. Estas imperfeições não impedem que este filme seja uma das grandes realizações do final do período da Arte Muda.

A Linha Geral representava uma evolução em relação ao despojamento documentário de *Potemkin*, e esboçava a procura por um herói individual.

Aos trinta anos, no apogeu da glória, Eisenstein partiu para Hollywood, onde sofreu duras privações. Após isso ele filma *Que Viva México!*, filme que não chega a completar.

PUDOVKIN E A MONTAGEM RELACIONAL

Eisenstein deixa na União Soviética Pudovkin, cuja glória quase se iguala a sua. Engenheiro e depois ator amador, fora formado por Kulechov, de quem havia sido assistente, montador, roteirista e ator. Seu principal feito, tendo a montagem como um instrumento para impressionar, ele cria a teoria da montagem relacional. Esta consiste em vários elementos: o *contraste*, por exemplo se fosse nos contar a história de um miserável a associaríamos com a de um outro homem bem sucedido na vida; *paralelismo*, este elemento é parecido com o do contraste, mas é consideravelmente mais amplo, onde intercalam-se através da montagem ações em diferentes lugares; *simbolismo*, nas cenas finais do filme *A Greve*, esse elemento é evidente, quando a repressão aos trabalhadores é pontuada por planos de um boi num matadouro; *simultaneidade*, o elemento é puramente emocional onde se tem duas ações ocorrendo ao mesmo tempo, isto é explícito na maneira como é montado o filme; *Leitmotiv*, consiste na reiteração do tema para dar ênfase especial ao tema básico de um roteiro. Esta é, resumidamente, a idéia da montagem relacional.

Pudovkin estréia com um filme cômico *A Mania do Xadrez* e com um documentário, *O Mecanismo do Cérebro*, que ilustrava as teorias do fisiologista Pavlov. Depois, Pudovkin dirigiu seu primeiro grande filme: *A Mãe*, no mesmo ano em que seu mestre apresentou sua melhor obra: *Dura Lex*, filme poderoso, duro e selvagem.

A adaptação do célebre romance de Máximo Gorki ultrapassou muito a obra de Kulechov. Após isso vieram sucessivamente: *O Fim de São Petersburgo* e *Tempestade sobre a Ásia - O Filho de Gengis-Khan*. Os roteiros destas três obras-primas tratam de um só tema, o da tomada da consciência. Em *A Mãe*, a mãe e o jovem camponês, de *O Fim de São Petersburgo* e o filho de Gengis-khan são seres rudes, que lançam lentamente a visão clara dos deveres para com a classe à qual pertence. Os filmes de Pudovkin, são sociais pelo conteúdo, são por sua forma obras psicológicas, cujo centro é constituí-

do por um tipo. Ao contrário de Eisenstein e principalmente de Vertov, Pudovkin não pode dispensar grandes atores. Baranovskaia foi a mãe e Batalov seu filho, Tchuev foi um camponês, soldado e depois revolucionário, Inkijinov interpretou o filho de Gengis-Khan. Pudovkin, intérprete de talento, foi grande diretor de atores, que não se deixou levar aos exageros de representação cometidos nos filmes de Kulechov.

Para esse realizador o objeto representava, ao lado do homem, um papel considerável. Em *A Mãe*, um relógio de parede quebrado, as botas do gendarme, a queda de uma gota d'água, uma ponte metálica, uma escada percebida por cima de um muro, uma pedra apanhada, são mais do que acessórios. A análise psicológica alia-se intimamente ao meio: o subúrbios em *A Mãe*, a bolsa e os bairros operários em *O Fim de São Petersburgo*, uma visão maravilhada do Oriente mongol em *Tempestade sobre a Ásia*. Como Eisenstein, Pudovkin tem o gosto pela plástica decorativa: as estátuas e arquiteturas de São Petersburgo, bonitas ou horrendas.

Algumas semelhanças entre Eisenstein e Pudovkin não impedem que os dois grandes realizadores sejam fundamentalmente diferentes e quase opostos em todos os pontos essenciais.

O UCRANIANO DOVJENKO

Dovjenko que se revelou no final da Arte Muda, difere profundamente dos seus predecessores Dziga Vertov, Eisenstein e Pudovkin. O recém-chegado era ucraniano. Este fato tem sua importância: a União Soviética compunha-se de numerosas repúblicas que tem características nacionais muito distintas da Grande Rússia. Várias entre elas, entre as quais a Ucrânia, tinham já escolas cinematográficas independentes. Dovjenko, filho de camponeses, foi professor, agente consular, desenhista de imprensa e pintor, antes de abordar o cinema como roteirista. Suas primeiras tentativas foram comédia e um drama policial (*Os frutos do Amor* e *A Mala Diplomática*). Zvenigora, sua verdadeira estréia, foi julgado por Eisenstein e Pudovkin

como uma revelação de “uma nova força”. O símbolo de um tesouro escondido servia para desenvolver em panorama histórico e ambicioso, vários episódios ucranianos, desde os Vikings até a época contemporânea.

O Arsenal teve mais unidade. A história, imaginada por Dovjenko, que foi roteirista de todos os seus filmes, desenvolvia-se na Ucrânia ocupada pelos alemães. Três episódios característicos inauguravam um estilo novo: a catástrofe da estrada de ferro, o desencadeamento da greve e o aniquilamento da insurreição. A catástrofe iniciava-se com imagens de um trem repleto de passageiros alegres. Faltando o maquinista, a velocidade aumentava, os homens desatinados saltavam e esmagavam-se na via férrea; o descarilamento era pontuado pela imagem impressionante de uma sanfona rolando por uma encosta. O herói levanta-se dizendo: “vou ser maquinista”. Estas palavras, que parecem ingênuas, adquiriam um forte significado devido a sua tranqüila oposição ao ritmo acelerado da sequência que elas incluíam. Os filmes de Dovjenko, os letreiros tinham um papel considerável, muitas vezes poético. Sem eles os seus filmes eram incompreensíveis e perdiam parte do seu valor. No fim do Cinema Mudo, o emprego de letreiros demonstrava a necessidade estética do som.

No desencadeamento da greve utilizava como papel meio dramático a imobilidade. As máquinas paradas pelos operários alternavam-se com os “colaboracionistas” imóveis em seus apartamentos, sentados ao silêncio.

O filme terminava com uma metáfora. Os operários sublevados eram fuzilados. Porém o herói, crivado de balas, apesar de devidamente morto, continuava a andar. Nessa imagem literária, poética, épica, a simplicidade do diretor era bem sucedida. O lirismo seria dominante do grande realizador ucraniano.

Em sua obra prima muda, *A Terra*, Dovjenko recorre a três grandes temas líricos: o Amor, a Morte e a Natureza. O assunto, estritamente contemporâneo é a coletivização do solo, suas lutas e dificuldades (o mesmo assunto de *A Linha Geral*). O meio, que prejudicava Eisenstein, convinha profundamente ao camponês Dovjenko. Ele produzia em *A Terra* um entusias-

mo de grande pintor: a terra trabalhada sobre vasto céus nebulosos, o trigo ondulante ao sol, as pilhas de maçãs sob as chuvas de outono e o girassol, flor nacional da Ucrânia. O episódio central é o mais característico da maneira de Dovjenko. O campo, a noite, as fazendas, seus jardins, as flores pesadas dos girassóis. Em toda parte, na sombra cálida do verão, os namorados estão imóveis, os lábios contra os lábios, os hálitos próximos, sendo a respiração o único movimento destes casais de estátuas, imóveis num êxtase cuja a violenta sensualidade jamais ultrapassara a tela.

Ele procurava em vão na objetividade de Vertov, nos destaques de atrações eisensteinianas, nas sábias modulações do contraponto pudovkiniano, o equivalente desse lirismo épico, que sabe dar à comparação mais ingênua uma ressonância e uma verdade profundas. Apesar do êxito de *A Terra* no exterior ter sido sufocado pelo advento do cinema falado, este filme só foi exportado em 1931, esta obra de Dovjenko exerceu profunda influência sobre os jovens cineastas, especialmente da França e Inglaterra. O seu lirismo veio corrigir para os documentaristas a lição rigorosa, porém humana, do Cinema-Olho.

CONCLUSÃO

Através da descrição das experiências, dos estilos, dos temperamentos e dos temas desses grandes mestres dos cinema soviético é que, de algum modo, se exprime todas as tendências de uma época muito rica e diversificada. Riqueza tal que cinco anos de produção cinematográfica soviética é muito mais “tempo” nesse período de efervescência se comparado com a escola sueca (que se limitou a revelar uma única verdade), com os mestres franceses de 1920 que se perderam na sinuosidade da plástica, ou se comparado com a Alemanha anterior a 1925 que resumiu-se em duas escolas. A explosão soviética pode talvez comparar-se somente com a efervescente revelação americana de 1915, porém as descobertas e as personalidades dessa antiga escola, que auxiliaram Eisenstein e Pudovkin a encontrar o seu cami-

nho, haviam sido mais intuitivas do que conscientes, e o comércio logo as canalizou (a busca pelo lucro e pelo mercado é que orientavam as produções americanas).

Fora da União Soviética assumi-se uma postura contra esse sistema do Estado ser senhor da indústria e impor aos artistas os temas de sua propaganda. Mas se a propaganda é a lição de uma obra com as realidades sociais e políticas, essa foi realmente a característica essencial da Escola Soviética. Se quiseram dar à palavra "propaganda" um sentido restrito e muitas vezes pejorativo: a propagação de certos interesses (ou certos ideais) não existem obras americanas, por exemplo, que ela não tenha marcado. O fato dela não ser tão notada fora da U.R.S.S., deve-se mais em virtude da ideologia desses filmes ajustar-se com as "idéias recebidas" e pelo que pregava a imprensa e certas literaturas, do que realmente não terem propagandas políticas e sociais. O não conformismo soviético foi tachado de "propaganda" porque se opunha a este sistema. Não entanto, mesmo o inimigo do regime que permitira o nascimento dessa escola tiveram que reconhecer que ele não impedia aos talentos de desenvolverem-se plenamente e atingirem a arte mais completa e mais pura.

A nova escola soviética triunfara rapidamente porque após o decreto de 1918, o filme deixara definitivamente de ser uma especulação financeira e a sua produção não era mais o meio de aumentar, pelo lucro, um capital investido. O cinema tornava-se assim basicamente um meio de cultura, ou como disse Pudovkin: "uma arte verdadeiramente democrática e profundamente popular", encarregada de expressar os pensamentos, sentimentos, desejos e vontades dos seus milhares de espectadores. Assim, desde os primeiros anos os cineastas soviéticos aprenderam a tornarem-se "engenheiros da alma" (Stalin) e por isso sua mensagem repercutiu profundamente e muito além da Rússia.

Por estes motivos é que o cinema soviético desse período (entre 1900 e 1940), pode ser considerado, por dois motivos, verdadeiramente revolucionário. Primeiro porque modifica radicalmente a maneira de se fazerem os

filmes, sem fins de especulação financeira. Em segundo porque assume a postura de propaganda política sem sufocar a liberdade de criação de seus realizadores. E não simplesmente por seus filmes tratarem de temáticas revolucionárias.

BIBLIOGRAFIA

- EISENSTEIN, Serguei - *A Forma do Filme* - Trad. Teresa Ottoni, Zahar Editores, Rio de Janeiro, RJ, 1990
- _____ - *Memórias, Imorais: Uma Autobiografia* - Trad. Eugênio Carlos, Companhia das Letras, São Paulo, SP, 1987.
- _____ - *Reflexões de um Cineasta* - Trad. Gustavo A. Doria Zahar Editores, Rio de Janeiro, RJ, 1969
- SADOUL, Georges - *História do Cinema Mundial* - Vol. 1 - Trad. Sônia Salles Gomes, Livros Horizonte, Lisboa, 1983
- WOLLEN, Peter - *Signos e Significação no Cinema* - Trad. Salvato Teles de Menezes Livros Horizonte, Lisboa, 1984
- XAVIER, Ismail - *A Experiência do Cinema „Gaal*, Rio de Janeiro, RJ, 1983.
- _____ - *Discurso Cinematográfico*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1984.

FILMOGRAFIA

- VERTOV, Dziga: - *O Aniversário da Revolução*, 1919* ; *Kino Glaz* (Cine-Olho), 1924 - *Avante - Soviete*, 1926* - *O Homem da Câmera*, 1929.
- KULECHOV, Lev - *Dura Lex*, 1926* - *A Jornalista*, 1927*.
- EISENSTEIN, Serguei - *A Greve*, 1924* - *O Encouraçado Potemkin*, 1925 - *Outubro*, 1927 - *Que Viva México!*, 1932.
- PUDOVKIN, Vsevolod: *A Mãe*, 1926 - *O Fim de São Petersburgo*, 1927* - *Tempestade Sobre a Ásia*, 1928*.

* A Pesquisa está baseada em todos estes filmes, porém os que estão marcados não foram vistos pelo pesquisador.

O DESENVOLVIMENTO E A ASCENSÃO DAS FAMÍLIAS MAFIOSAS NOS ESTADOS UNIDOS

EVANDRO DOMINGUES¹

A melhor palavra é a que não se diz.

Provérbio Siciliano²

A ascensão do crime organizado nos Estados Unidos sempre exerceu grande fascínio sobre a opinião pública em todo o mundo. Seus vínculos e conexões políticas sempre impressionaram tanto pela complexidade de relações quanto pela capacidade de infiltração dentro das esferas do poder institucional. A habilidade dos membros dirigentes do crime organizado em estabelecer as colaborações necessárias para manter suas atividades ilícitas sempre chocou a sociedade e causou grande apreensão aos que se arriscaram investigar suas ações e se empenharam em dismantelar a grandiosa rede de contravenções criada por estas diversas organizações criminosas que vêm atuando nos centros urbanos dos Estados Unidos desde os fins do século passado e que passaram a dominar vários setores da economia americana entre as décadas de 20 e 50, agrupadas em geral sob a insígnia da *máfia*, mas que se distinguiam, pelo menos durante um bom período, pelas diferenças

¹ Aluno do curso de História.

² Padovani, Marcelle e Falcone, Giovanni. *Cosa Nostra - O Juiz e os "Homens de honra"*, RJ, Ed. Bertrand Brasil, 1993, pág. 05.

étnico-nacionais de seus membros e por diferenças acentuadas quanto ao tipo de atuação e aspirações.

O cinema americano rendeu obras geniais sobre o tema, enfocando a formação e ascensão de várias organizações desse período, as quais constituíam verdadeiras famílias de criminosos onde a fraternidade e solidariedade entre seus membros era uma de suas características mais evidentes e notórias. Dentre as produções mais recentes algumas mereceram destaque, não somente por qualidade, reconhecida pela enorme aceitação de crítica e público, mas também por seu extremo cuidado do ponto da reconstrução histórica e sociológica: *Caminhos Perigosos*, *Os bons companheiros* e *Casino*, todos de Martin Scorsese; *Era uma vez na América*, de Sérgio Leone; *1900*, de Bernardo Bertolucci; *Os Intocáveis*, de Brian De Palma, e, em especial, a trilogia *O poderoso chefe*, de Francis Ford Coppola.

A imigração em grande escala de italianos e, em especial, de sicilianos para os Estados Unidos no início do século é um ponto de partida para uma reflexão sobre o desenvolvimento e a ascensão de organizações criminosas do tipo *máfia*, cujas características a distinguiam em alguns pontos básicos da organização estruturada originalmente naquela pequena ilha ao sul da península itálica, conhecida como *máfia siciliana*.

As condições de vida encontradas por estes imigrantes, em grande parte camponeses, obrigados a se ajustar a uma nova sociedade onde a industrialização era um processo contínuo e avassalador, suas relações pessoais, sua organização social e civil, sua mentalidade e seus costumes, transportados para um ambiente, às vezes, surpreendentemente hostil a eles, já que a visão da América ainda era, na época de imigração em grande escala de italianos, entre 1880 e 1920, aquela da terra das mil e uma possibilidades, o conjunto destes fatores veio condicionar o desenvolvimento e a consolidação de um novo tipo de organização criminosa, a qual Salvatore Francesco Romano chamou de *máfia gangsteriana*, cujas condições de sua formação e o tipo de ações que pleiteava permitiram que ela adquirisse dimensões jamais possíveis dentro do quadro estrutural original da *máfia siciliana*, infiltrando-

se profundamente nas esferas de poder e exercendo influência nos mais variados setores da vida civil, política e econômica dos Estados Unidos e também a nível internacional³.

No segundo filme da trilogia de Coppola, *O poderoso chefão*, uma adaptação do célebre romance de Mario Puzo, Vito Corleone⁴, personagem que dá início à trama protagonizada por uma família de descendentes de imigrantes sicilianos em N. York, tem um primeiro contato com a temível *mano negra* ainda em meados da década de 10, quando presencia um violento ato de extorsão nos bastidores de um teatro por parte de um representante local da *máfia siciliana* que dominava um determinado setor da cidade de N. York, um bairro de imigrantes conhecido como "Little Italy". O receio e a passividade do amigo que lhe acompanhava na ocasião impressionam a Vito, ainda um modesto atendedor de uma pequena mercearia do bairro, que questiona a respeito de como poderiam estes criminosos, também imigrantes, explorar a sua própria gente em nome da *máfia*? A resposta do amigo, embora possa parecer simples, é muito ilustrativa: não há quem os proteja, ou ainda, a quem recorrer.

Mais tarde, o próprio Vito sentiria de perto a influência e o poder da *mano-negra*, quando o homem que primeiro o acolheu quando ele chegou aos Estados Unidos em 1902, o dono da loja em que trabalhava, foi obrigado a substituí-lo em favor ao tal mafioso, conhecido como Don Fanucci, que obrigou o homem a empregar seu sobrinho e, não podendo manter dois empregados, teve que despedir Vito.

Ao se ver desempregado, já com uma esposa e um filho para sustentar, e não podendo regressar à Sicília, fugindo de uma vingança onde toda a sua família fora assassinada por um chefe da *máfia* de Corleone, sua cidade natal, aos 9 anos de idade, Vito torna-se parceiro de outro imigrante, Cle-

³ Romano, Salvatore F. *Historia de la mafia*, Madrid, Alianza Editorial, 1970, pág. 234.

⁴ Interpretado por Robert De Niro, que ganhou o Oscar de melhor ator coadjuvante por seu papel neste que foi o segundo filme da trilogia, que mereceu também o Oscar de melhor filme do ano de 1974.

menza, praticando pequenos furtos na região, até que o tal Don Fanucci os obriga a pagar um tributo para continuar roubando em seu território. Vito acaba assassinando o mafioso, terminando com o impasse, acreditando que este seria o único meio de escapar da extorsão e da opressão da antiga *máfia* assinando, no entanto, pessoalmente sua sentença de envolvimento perpétuo com o submundo do crime nova iorquino. Vito acaba acolhido por aquela comunidade que lhe é grata por tê-la livrado do antigo mafioso, tornando-se um *homem de honra*, respeitado e, principalmente, temido.

Juntamente com os camponeses sicilianos, muitos deles analfabetos, vieram também os delinquentes e pequenos mafiosos, processados pela justiça ou caçados pela própria *máfia*, formando uma grande massa de imigrantes que iria povoar os grandes centros urbanos do país, e que, muitas vezes, guardava em suas recordações a imagem de sua terra natal tal como a haviam deixado, não importando há quanto tempo fosse, e conservando-a assim por um longo período. Dentro destas recordações imóveis estava também a imagem da *máfia*: uma organização arcaica de ajuda mútua ou uma espécie de sociedade patriótica⁵. Assim se justifica, por exemplo, a total incompreensão e a posterior revolta do personagem protagonista de Mario Puzo⁶, diante da exploração ostensiva dos imigrantes que procuravam vencer na América, em busca de melhores condições de vida, e que se viam envolvidos pela extorsão de um membro da antiga *máfia*.

De fato, a "extorsão sistemática", como diz Marcelle Padovani, ainda é uma ação tradicional da *máfia* na Sicília, assim como foi nos Estados Unidos, principalmente até 1920, um dos melhores meios de apoiar e de reforçar o controle do território - a função principal do chefe de cada família mafiosa - ou mesmo de se reconhecer formalmente a autoridade de tal família sobre aquele território, ainda que aplicada com certo pudor, sob aparências enganosas e tentativas de justificação, obtendo-se em troca a garantia de

⁵ Romano, Salvatore F. *Op. cit.*, pág. 237.

⁶ Puzo, Mario. *O Chefão*, SP, Abril Cultural, 1981.

"proteção", ou, ainda, abertamente, sem garantia alguma, como parece ter sido o tipo de extorsão aplicada pela *mano-negra* aos imigrantes sob seu domínio caracterizada no romance de Mario Puzo. Decididamente, se verificou que a extorsão e a cobrança de propinas representaram as principais atividades deste grupo mafioso que oprimia os imigrantes e seus descendentes sobre a ameaça de aplicar duras penas, inclusive a morte, a quem se recusasse a pagar ou desrespeitasse a *omertà*, denunciando-os à polícia⁷.

Uma das principais funções criminosas da *máfia* na Sicília, "aceita" pela sociedade, e que vai se transportar de maneira notável para o cotidiano americano, era essa espécie de proteção virtual, substituindo ou anulando as forças de policiamento do Estado, transformando-se numa forma de "governo ou sistema paralelo", como diz Hobsbawn, praticando o que ele denomina de "extorsão controlada"⁸, reprimindo a criminalidade individual, ou ao menos entrando em acordo com ela, controlando-a conforme seus interesses. A vítima de um roubo, por exemplo, teria muito mais garantias de reaver o bem que lhe fora furtado se apelasse para um intermediário da *máfia*, que se prontificava a recuperá-lo mediante uma porcentagem do seu valor, do que se recorresse a polícia. Ao bandido era garantida a não interferência da polícia, recebendo uma quantia relativamente pequena pelo bem furtado, enquanto que a vítima do roubo se prestaria a agradecer ao mafioso com a comissão que lhe devia pela prestação de seus serviços, bem como comprometer-se a manter silêncio sobre o caso. Não é difícil de se notar como esta ação da *máfia* poderia ter evoluído naturalmente para os seqüestros premeditados tanto de bens como de pessoas, realizados em cooperação entre seus membros e criminosos autônomos. Este era um dos meios pelos quais se formava a rede de "extorsão controlada" da *máfia*, de modo que a "proteção" garantida por ela condicionava uma série de obrigações por parte do "protegido", especialmente o segredo, garantido pela famosa *omertà* sici-

⁷ Romano, Salvatore F. *Op. cit.*, pág. 240.

⁸ Hobsbawn, Eric J. "A Máfia" in *Rebeldes Primitivos - Estudos sobre formas arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, RJ, Zahar Editores, 1959, pp. 58-59.

liana, uma espécie de lei do silêncio e solidariedade dos membros da *máfia*⁹. Os crimes que pleiteavam a honra, como os assassinatos por vingança, também estavam sobre seu controle, para que a violência não extrapolasse certos limites e não houvesse a interferência da polícia, para os quais a *máfia* se utilizava tanto de seus membros internos quanto de assassinos profissionais.

A situação do imigrante italiano, em especial do siciliano, se tornou ainda mais delicada neste sentido quando aportou nos Estados Unidos, "a terra da liberdade", onde se viu, de repente, largado à própria sorte, em meio a uma sociedade onde a justiça institucional não podia, ou mesmo não estava interessada, em garantir a sua segurança e se sua família, obrigando-o, deste modo, a buscar na solidariedade e na colaboração uma maneira de garantir sua sobrevivência. A *máfia* atuava neste sentido, proporcionando esta solidariedade e esta sensação de proteção em troca de comissões, favores e, principalmente, lealdade. De fato, os elementos da *máfia* que migraram para o país ainda carregavam consigo este sentido de solidariedade e respeito tão ambíguos, onde a honra e a moral - num sentido extremamente particular - delimitavam as relações entre os indivíduos e condicionaram a existência de um sistema paralelo ao sistema institucional americano, utilizando-se do termo empregado por Hobsbawn.

De fato, vários autores apontam para a existência deste "Estado dentro do Estado", termo utilizado por Norman Lewis e por Salvatore Francesco Romano para caracterizar a atuação da *máfia siciliana* e também, posteriormente, da *máfia gangsteriana* nos Estados Unidos, que assumiria proporções importantes a ponto de influenciar em diversos aspectos da vida desta sociedade do início do século e cujas consequências podem ser sentidas ainda hoje.

A clássica seqüência inicial do primeiro dos filmes de Coppola que compõe a trilogia *O poderoso chefão*, de 1972, mostra Vito Corleone¹⁰ já como o

⁹ Lewis, Norman. *A Máfia por dentro*, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

¹⁰ Interpretado por Marlon Brando, que ganhou o Oscar de melhor ator por esta atuação em 1972, ano deste que foi o 1º filme da trilogia.

poderoso chefe de uma família de mafiosos, de grande poder e influência política, que recebe alguns dos convidados para o casamento de sua filha, a fim de conceder-lhes determinados favores, conforme um velho costume siciliano. Vários convidados passam pelo escritório de Don Corleone, dentre eles um famoso cantor em decadência que precisa conseguir um papel em um filme para ver sua carreira decolar novamente, uma clara alusão a Frank Sinatra. Um destes convidados que recorrem ao *poderoso chefão* se destaca: Bonasera, um honesto imigrante italiano que havia se negado a ter qualquer relação com a *máfia* até então, quando viu suas esperanças de vingança frustradas diante do Tribunal de Justiça americano, que libertou sob pena condicional dois jovens que haviam tentado violentar sua filha, e que, não conseguindo, terminaram por espancá-la violentamente, deixando a garota marcada pelo resto da vida. Don Corleone não toma a vingança para si até que Bonasera lhe reconheça como “padrinho”, ou *Godfather*, em sinal de submissão e respeito, assumindo um compromisso de lealdade com ele e sua família, garantindo que, se preciso for, no futuro estará pronto para lhe retribuir o favor.

Sobre a base da solidariedade e da colaboração se desenvolve, então, uma organização criminosa que mantém, até certo ponto, a unidade étnico-nacional e que conserva muito da mentalidade e dos elementos daquela antiga *máfia* de origem siciliana, mas que difere enormemente na caracterização de suas ações e de suas aspirações, bem como na sua relação com a autoridade institucional através dos vínculos e conexões que mantém com os núcleos dirigentes sociais e políticos que estão sob sua influência.¹¹ Segundo o jornalista Gay Talese, a grande capacidade de influência e domínio da *máfia* nos círculos do crime organizado decorrem diretamente do fato de que, desde a época da Lei Seca, esta organização tem-se mantido mais coesa e fechada deste ponto de vista étnico do que a maioria dos outros grupos com os

¹¹ Romano, Salvatore F. *Op. cit.*, pág. 239.

quais interage, pois os núcleos destas famílias mafiosas compõem-se, quase que inteiramente, de imigrantes sicilianos e do sul da Itália.¹²

Nos Estados Unidos, durante anos, a chamada *mano-negra* atuou quase que exclusivamente em círculos e colônias de italianos, principalmente durante aquele período de imigração em massa para o país, entre 1880 e 1920, deflagrando-se, muitas vezes, conflitos internos entre grupos antagônicos, resultando em verdadeiras chacinas, sem, no entanto, a interferência efetiva da polícia. Estes conflitos seriam resultado, já neste momento, da ambição de algumas famílias em obter o controle de determinadas atividades econômicas, como, por exemplo, o comércio de frutas em determinadas regiões. O enfrentamento direto entre membros destas famílias mafiosas convergia em assassinatos em cadeia e, segundo Salvatore F. Romano, somente resultava em intervenção das autoridades americanas quando a violência extrapolava os limites, por assim dizer, étnicos, causando, por exemplo, a morte de algum policial. Um exemplo do tipo ocorreu em N. Orleans, em 1891, quando a polícia facilitou claramente o linchamento de alguns membros de duas famílias antagônicas cujos conflitos haviam resultado na morte de um policial. A população da cidade, insuflada pelo discurso de um advogado responsável pelo caso, acabou por assaltar a cadeia onde estavam detidos os suspeitos, resultando na morte de 11 pessoas, algumas delas sem qualquer ligação com o crime. Após muitas reações de desaprovação terem partido de diversos pontos do país e da Itália ameaçar romper relações diplomáticas com os Estados Unidos, o governo americano lamentou o incidente, oferecendo uma indenização que foi aceita pelo governo italiano.¹³

Uma consequência evidente deste episódio, descrito por Salvatore F. Romano e também comentado por Hobsbawm¹⁴, foi a adoção, por parte dos órgãos de imigração americanos, de critérios mais rígidos ao examinar os

¹² Talese, Gay. *Os Honrados Mafiosos*, RJ, Ed. Expressão e Cultura, 1972, pág. 512.

¹³ Romano, Salvatore F. *Op. cit.*, pp. 241-243.

¹⁴ O autor destaca o local de origem das famílias envolvidas como uma região da Sicília envolvida pela máfia. Hobsbawm, Eric J. *Op. cit.*, pág. 61.

antecedentes dos imigrantes do Sul da Itália e, principalmente, dos sicilianos, além de dar início a uma luta de repressão às ações da *mafia* e de outras organizações criminosas de origem italiana, como a *Camorra*, de Nápoles, e a *Societade de Honra*, original da província da Calábria, até que se pôde notar já por volta de 1920, uma sensível diminuição no tipo tradicional de extorsão, baseada na tributação, praticada por organizações como a *mano-negra*, pelo menos na visão das autoridades.

No entanto, do mesmo modo como a *mafia siciliana* teve seus horizontes de atuação extremamente ampliados com a evolução política italiana, que lhes permitiu usufruir de uma nova arma muito poderosa de dominação, ou como diz Hobsbawm, “um meio inestimável e sem precedentes de conquistar o poder: o voto”, podendo garantir assim que qualquer candidato do seu interesse pudesse ser eleito, mediante subornos e suficientes concessões do governo, estendendo sua influência ao interior das esferas do poder político institucional,¹⁵ a *mafia gangsteriana* também experimentou grandes possibilidades de expansão quando pôde estabelecer as conexões e vínculos com o poder político institucional americano, que embora tivessem bases bem distintas daquelas da *mafia siciliana*, puderam garantir a segurança de sua intervenção nos mais variados setores da vida econômica do país.

Apesar de se distinguir notoriamente das primeiras organizações criminosas constituídas pelos primeiros imigrantes italianos que chegaram ao país, tanto quanto daquela *mafia* politizada e convertida em grupo de poder na Itália anterior ao regime fascista, a nova *mafia gangsteriana* que iria se desenvolver paralelamente neste período e adquirir grande poder a partir da década de 20, consolidando sua rede de influências a partir da década de 30, segundo Gay Talese, manteve algumas das características essenciais daquelas organizações que lhe serviram de origem, constituindo também um tipo de “Estado dentro do Estado”, de “governo real dentro do governo legal”, que influi, segundo Salvatore F. Romano, na economia, no cotidiano da socie-

¹⁵ Hobsbawm, Eric J. *Op. cit.*, pág. 62.

dade, nas decisões da magistratura e, principalmente, na polícia dos Estados Unidos, formando em certas regiões uma espécie de conjunto que engloba a criminalidade, a política e os negócios.¹⁶

A relação das atividades em que as famílias mafiosas se infiltraram ao longo destes anos, exercendo sua influência de forma direta e indireta, a qual pôde ser constatada por uma Comissão Especial do Senado que as investigou, chega a impressionar tanto pela diversidade de atuação em inúmeros setores do comércio e da indústria, quanto pelas conseqüências que isto acarretava para a vida da sociedade das cidades americanas onde a atuação da *máfia* era notável. A relação inclui bancas de frutas e jornais, sindicatos, operações de empréstimos, publicidade, seguros, corridas de cavalos e cachorros, serviços telegráficos para as corridas, publicação de impressos escandalosos, atuação na indústria de diversão, em manufaturas para a instalação de casas de jogos, na administração direta de casas de jogos ilegais, em campos de corrida, salões de baile, bilhares, gramofones e jogos automáticos, *jukeboxes*, em teatros e cinemas, despachos e distribuição de mercadorias, notadamente de bebidas alcoólicas, proibidas durante a lei seca, importações e vendas de licores, queijos e azeite-de-oliva, automóveis, em garagens, fornecedores de gasolina, em transportes, imprensas litográficas, instalações elétricas, no rádio e, posteriormente, na fabricação e venda de aparelhos de televisão, em áreas da construção civil, nos setores de carvão, cobre, aço e goma, em perfurações petrolíferas, em móveis, tecidos e manufaturas têxteis, máquinas lavadoras, em tinturarias, alfaiatarias e lanchonetes, no abastecimento de alimentos, inclusive de carnes curtidas, na distribuição de tabaco, em floriculturas e farmácias, em hotéis, restaurantes, tabernas, bares e *night-clubs*, na pesca e em cultivos agrícolas, além de atividades tradicionalmente ilegais como a prostituição de luxo e, posteriormente, a venda e distribuição de narcóticos.¹⁷

¹⁶ Romano, Salvatore F. *Op. cit.*, pág. 245.

¹⁷ Romano, Salvatore F. *Op. cit.*, pp. 245-246.

Segundo o juiz Giovanni Falcone, em tempos recentes um dos mais competentes homens que se arriscaram a dismantelar a rede criminosa construída pela *máfia siciliana*, a diminuição das extorsões esporádicas tradicionalmente aplicadas pela antiga *máfia*, foi uma consequência evidente dessa capacidade da nova *máfia gangsteriana* em alargar suas atividades para o meio do mercado legal, mantendo sua atuação mais encoberta, dificultando a intervenção das autoridades.

Este processo não implicou, necessariamente, que os homens da *máfia* fossem reabsorvidos pela legalidade e neutralizados provocando a dissolução do crime organizado na sociedade, pelo contrário, os laços de ligação com as famílias mafiosas, as leis internas e a violência característica da atuação da *máfia* impedia quase que por completo que os chamados *homens de honra* rompessem com as organizações. Eles enriqueceram ilegalmente, seus descendentes também, além do que a violência e a intimidação se mostraram como um ótimo meio de se impor no mercado.¹⁸

A trama principal do romance de Mario Puzo toca num ponto que parece ser uma questão principal e, ao mesmo tempo, um divisor de águas na ascensão destas famílias mafiosas: o início de seu envolvimento com o tráfico de drogas. A trama ilustra muito bem um momento decisivo para a continuidade da rede de influências e poder construída pela *máfia* nos Estados Unidos, quando Don Corleone aponta para o limite da falta de escrúpulos das autoridades e dos políticos que estão sob sua influência ao ser cogitado para participar do tráfico juntamente com as outras famílias que dominam N. York.

Ao se recusar a entrar no negócio dos narcóticos decidindo não partilhar de suas conexões políticas com as outras famílias alegando que, inevitavelmente, os políticos lhe dariam as costas se ele lhes propusesse algo do tipo e que as autoridades policiais se voltariam contra ele, Don Corleone desencadeia o que seria uma violenta batalha com as demais famílias, incitadas

¹⁸ Padovani, Marcelle e Falcone, Giovanni. *Op. cit.*, pp. 107-108.

por um traficante turco, Solozzo, que queria ver o negócio se concluir e precisava da proteção política da família Corleone, culminando com a morte do chefe de polícia de N. York juntamente com este traficante, com quem já havia feito um acordo de cooperação.

Michael, o filho mais novo de D. Corleone, é quem pratica o duplo assassinato, devidamente conduzido através dos jornais a fim de fazer com que opinião pública tomasse conhecimento das ligações entre o chefe de polícia e o traficante, obrigando-o a se retirar em longos dois anos na Sicília, enquanto a guerra continua se desenrolando em N. York. Após retornar da Sicília, Michael assumirá o comando da família, após a morte de seu irmão Sonny, o mais indicado para assumir este posto, durante a guerra entre as famílias, herdando o verdadeiro império do crime construído pelo pai, que, após sua recusa em participar do tráfico de drogas, sofrera um grave atentado, levando 5 tiros, e, embora tenha sobrevivido, sua saúde ficou muito debilitada.

O filho expandirá ainda mais a influência da família até o ponto que resolve retirá-la da criminalidade rompendo suas ligações com as transações ilegais tradicionalmente utilizadas por sua organização, procurando lavar o dinheiro ganho ilegalmente durante os mais de 40 anos de atuação da família Corleone, procurando investir grande parte no mercado imobiliário, em especial na *International Imobiliare*, empresa sob o controle do Vaticano, sugerindo transações ilegais que evidenciariam a ligação da *máfia* com a Igreja Católica, um escândalo que iria ter grande repercussão na opinião pública mundial recentemente. As outras organizações com quem Michael mantinha antigas ligações não aceitam seu afastamento da ambiciosa operação que ele está pleiteando armando uma conspiração contra ele que o obriga a permitir que seu sobrinho Vincent, para quem Michael passa o comando da família, use da habitual violência para rechaçar seus inimigos, os quais o envolvem novamente numa trama de seguidos assassinatos, culminando em um desfecho trágico com a morte de sua filha, que presidia uma fundação de caridade criada por Michael para ajudar a população pobre da Sicília.

Segundo Hobsbawn, é certo que certa parte da *máfia gangsteriana*, assim como também da *máfia siciliana*, não aceitou com entusiasmo o tráfico de entorpecentes, ou, pelo menos, manteve certas restrições no início. No entanto, os horizontes de certos grupos da *máfia* haviam adquirido uma multiplicidade internacional com o câmbio negro e o comércio por atacado de contrabando dando início a um período de grande expansão, em parte, como diz o autor, devido aos fortes laços criados entre a *máfia siciliana* e as forças americanas de ocupação que invadiram a Sicília em 1943, reforçados pela extradição de alguns dos grandes gangsters americanos para a Itália neste período. Graças à cooperação de conhecidos chefões da *máfia gangsteriana* dos Estados Unidos, como Lucky Luciano, que estabeleceu os laços necessários com a *máfia* local, permitindo que a entrada e ocupação das forças aliadas fosse, até certo ponto, facilitada, foi possível que as classe médias da *máfia siciliana* pudessem sair de seu ostracismo, voltando a assumir seu controle no sistema da propriedade rural como pequenos e médios proprietários, processo que havia sido interrompido sob o regime fascista.

De fato, é decididamente plausível aceitarmos que a evolução e a extrema força alcançadas pelas famílias mafiosas nos Estados Unidos, pode ter sido uma consequência direta de um fator essencial: notadamente os sicilianos, desde o princípio, puderam aplicar as noções e métodos experimentados em seu local de origem pelos grupos de mafiosos mais evoluídos no sentido de manter o controle das atividades econômicas através de suas conexões e vínculos com a esfera de poder através da sua influência política. No entanto, é necessário tomar muita precaução no sentido de não nos conformarmos em acreditar facilmente que houve uma simples transposição ou deslocamento de uma mesma estrutura de um lugar para outro. Devemos perceber que em meio a transmissão destas noções e métodos para uma nova dimensão social, política e econômica, o que aconteceu foi uma troca nos respectivos papéis, ou seja, uma inversão na relação particular entre as organizações criminosas e os grupos políticos e econômicos, como argumenta

Salvatore F. Romano. Enquanto que, tratando-se da *máfia siciliana*, as organizações criminosas necessitavam constantemente da tutela e da proteção oferecida pelos grupos dirigentes do poder político e econômico para poder abrir caminho e se integrar à esfera de poder institucional, o mesmo acontece com *máfia gansteriana* nos Estados Unidos, mas em sentido oposto, ou seja, a força alcançada aí pelos chefes das famílias mafiosas pode obrigar, induzir ou, ainda, aconselhar que os grupos de poder político e econômico cooperem e não se oponham aos interesses das organizações criminosas, unindo-se a elas, convertendo-se em um verdadeiro grupo de poder que não se limita mais a ter suas bases em um grupo étnico-nacional de imigrantes italianos, mas que atua em cooperação com diversas organizações criminosas de origem distinta, arrastando sua influência não somente por todo o território americano como também na esfera internacional.

BIBLIOGRAFIA

- ROMANO, Salvatore Francesco. *Historia de la mafia*, Madrid, Alianza Editorial, 1970.
- HOBSBAWM, Eric J. "A Máfia" *in* *Rebeldes Primitivos - Estudos sobre formas arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, RJ, Zahar Editores, 1959.
- PADOVANI, Marcelle e FALCONE, Giovanni. *Cosa Nostra - O Juiz e os "Homens de honra"*, RJ, Ed. Bertrand Brasil, 1993.
- LEWIS, Norman. *A Máfia por Dentro*, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- TALESE, Gay. *Os Honrados Mafiosos*, RJ, Ed. Expressão e Cultura, 1972.
- PUZO, Mario. *O Chefão*, SP, Abril Cultural, 1981.
- PUZO, Mario. *O Siciliano*, RJ, Rio Gráfica, 1986.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA

ANDRÉIA MASCARENHAS SILVA¹

“Aqui dentro, a Loucura
Lá fora, a Razão
Os muros e todas as barreiras físicas
Funcionam para isolar o Hospital Psiquiátrico.”
Hiram Firmino - *Nos Porões da Loucura*

O historiador está sempre estabelecendo diálogo com seu objeto de estudo, perguntando e possibilitando que se ouça a História nos documentos. A partir de suas perguntas é que flui a diversidade de respostas, e a interpretação destas, dar-se-á a partir das influências e vivências do historiador.

Ao escolher a loucura, entendendo-a como uma “dimensão essencial de nossa cultura: a estranheza, a ameaça, a alteridade radical, tudo aquilo que uma civilização enxerga como o seu limite, o seu contrário, o seu outro, o seu além”,² entrei num campo de difícil penetração e interpretação histórica: a mentalidade humana; e as maiores dificuldades tem sido estabelecer

¹Aluna do curso de História. Trabalho apresentado durante o Tópico Especial de História, ministrado pelo professor orientador Dr. José Roberto Amaral Lapa durante o segundo semestre/97.

² Pelbart, 1990, p. 133.

este diálogo, produtor de história. Circunscrever a área a ser pesquisada e saber perguntar ao documento são grandes desafios.

Em estágio inicial, a pesquisa sobre o Hospício de Dementes de Campinas, instituição fundada em 1924, no Distrito de Sousas, Campinas, proporciona um canal para descobrirmos a formação do pensamento psiquiátrico no Brasil, a ação filantrópica em Campinas e o esclarecimento acerca dos personagens sociais participantes, ou colaboradores passivos, na concretização da instituição psiquiátrica.

O manicômio corporifica a ação humana contra a Diferença, que assusta e ameaça a sociedade moderna. Tentaremos descobrir, a partir da experiência campineira, a tênue evolução que acompanha a Loucura e a Psiquiatria.

Apresentamos, inicialmente, um breve panorama histórico europeu e brasileiro sobre a formação do pensamento psiquiátrico, seguido de uma história sobre a fundação do Hospício de Dementes de Campinas, considerando-se devidamente as limitações das fontes, ainda neste estágio da pesquisa.

Buscamos, neste ensaio, problematizar o hospital psiquiátrico, enquanto instituição total, identificando pontos em comum ou divergentes, na comparação entre o atendimento filantrópico ou a custódia estatal.

Os loucos, que já não agem guiados pela desrazão, e que devido a cronificação da doença, abandonaram o delírio e esperam pela morte, transmitem em seus olhares vazios todo o dilema da psiquiatria, perdida em utopias assépticas de curar o que não pode se extinguir: a Diferença.

A Loucura acompanha a história da humanidade desde que tentamos estabelecer parâmetros para a razão e a desrazão. A forma de abordá-la e compreendê-la tem variado ao longo do tempo. A loucura não é algo dado, objeto material, existente em si mesmo, mas sim um conjunto de significações ditadas pelas diferentes áreas do conhecimento, como a história, a filosofia, a medicina, o direito, a política e a religião.

A doença mental foi compreendida de diferentes maneiras, atualmente, é consensual que a loucura se constitui em um campo de significações de uma dada cultura, em um determinado momento histórico, no qual encontramos, desde discursos mais simples do senso comum aos mais elaborados, compostos pelas várias disciplinas do saber organizado. Um aspecto, entretanto, perpassa toda a História da Loucura no Ocidente: a loucura como fenômeno humano é inevitável.³

Na Antigüidade Clássica, a loucura é constantemente relacionada à religiosidade, às possessões demoníacas, expressas livremente nos espaços públicos. Os loucos eram personagens comuns no cenário social. Na Idade Média há a associação da loucura com a feitiçaria. Nestes dois momentos históricos, a loucura não está ligada ao confinamento e à exclusão.⁴

Mudanças na concepção de homem, de mundo e do próprio conhecimento são observadas na transição do feudalismo para o capitalismo, e sob influência das idéias iluministas, será recorrência usual para explicar os fenômenos humanos – físicos, mentais e sociais – a Razão e não mais a mística.

Na Europa, já no século XVIII, a definição da doença mental, em estilo positivista, foi alcançada e a Loucura passa a ser considerada objeto de estudo da Psiquiatria.

Este novo lugar da Loucura está articulado com o surgimento da sociedade industrial.⁵ Todo aquele que não pode contribuir com o movimento de produção, comércio e consumo, passa à exclusão através da reclusão. Com a urbanização e com a industrialização, a população desviante (miseráveis, órfãos, aleijados, velhos, loucos) passa a comprometer a imagem ideal da sociedade burguesa. Dá-se, pois, a institucionalização da diferença.

As instituições hospitalares destinadas aos alienados, neste momento, só prendiam e escondiam o louco da sociedade. Estas casas não tinham vo-

³ Araújo, 1996.

⁴ Foucault, 1987.

⁵ Cunha, 1988.

cação médica alguma; não se é admitido aí para ser tratado, mas porque não se pode ou deve fazer mais parte da sociedade. O internamento que o louco recebe não põe em questão as relações da loucura com a doença, mas as relações da sociedade consigo própria, com o que ela reconhece ou não na conduta dos indivíduos. A categoria comum que agrupa todos aqueles que residem nas casas de internamento, é a incapacidade em que se encontram de participar da engrenagem da acumulação de riquezas. A exclusão a que são condenados está na razão direta desta incapacidade, pois não possibilita sua reinserção social. É o momento da reestruturação social que nos lembra Charles Darwin, com a Lei da Seleção Natural, onde só os mais fortes e aptos sobrevivem.

A loucura, no internamento, criou parentescos novos e estranhos. Este espaço de exclusão que agrupava com os loucos, os libertinos, e muitos criminosos maiores ou menores, provocou uma espécie de assimilação obscura e, a loucura estabeleceu com as culpas morais e sociais um parentesco que não se rompeu definitivamente, ainda hoje.⁶

O internamento não conservou, mais do que um século, sua função primeira de manter silenciosa a loucura.

Philippe Pinel foi o protagonista da reforma psiquiátrica no início do século XIX. Além de serem trancafiados, os loucos passam a receber atenção médica, ainda que o tratamento dispensado à loucura detenha-se ao campo da moralização e da disciplinarização do paciente:

*"...como normatizador dos afetos se representa como uma vontade poderosa para se impor ao mundo passional da alienação mental. O espaço da cura, deveria ser disposto de tal forma, como um espaço externo ordenado e disciplinado, a fim de impor ordem no espaço interno do alienado."*⁷

⁶ Silva e outros, 1984

⁷ Birman, 1978.

Segundo Birman, a psiquiatria era caracterizada por três formas de tratamento: o físico, o higiênico e o moral. A primeira forma era sempre aplicada diretamente sobre o corpo, são exemplos: sangrias, purgativos, banhos, inalação... A segunda corresponde essencialmente à organização espacial do paciente: roupas, aparência, alimentação, horários. O tratamento moral dizia respeito às medidas que atuassem sobre o espírito do paciente e sobre a sua produção mental.

É a instituição total que se responsabiliza pela ordem e harmonia da sociedade.

O Dr. Francisco Franco da Rocha, em São Paulo, e o Dr. Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, foram representantes das idéias de Pinel e, provocaram na terra Tupiniquim uma revolução no modo de pensar e aplicar as técnicas psiquiátricas.

O Hospício Dom Pedro II, fundado em 1841, ainda que oferecesse atendimento médico-psiquiátrico aos internos, se limitava à reclusão do paciente quando em surto, afinal o conhecimento psiquiátrico não ultrapassava tal atitude.

A última década do século XIX, foi palco de uma nova conceitualização do tratamento psiquiátrico. Em 1890, o Hospício Dom Pedro II é transformado em Hospital Nacional, sendo referência no atendimento aos alienados, ainda que a aplicação efetiva de novas formas de tratamento, tenha sido lenta. Em 1893, em São Paulo, é criado o Hospício do Juquery. Ambos empreendimentos, idealizados respectivamente por Juliano Moreira e Franco da Rocha, carregam o selo do Estado. Neste momento a interferência do Estado se irradia por vários campos da sociedade, mesmo porque, justificava sua necessária intervenção pela balbúrdia social estabelecida.

A intensificação do processo de urbanização e industrialização das cidades e o conseqüente agravamento das condições de moradia e trabalho, a imigração, o êxodo rural, foram fatores contribuintes para o inchaço das instituições psiquiátricas, nas primeiras décadas do século XX. A tutela do Estado começa a não atender seus objetivos iniciais e, a terapêutica psiquiá-

trica empreendida tem como resultados apenas a cronificação das doenças e a institucionalização dos pacientes.

O início do desenvolvimento do saber psiquiátrico no Brasil, que se definiu somente depois da década de 30 deste século, é marcado por duas teorias que influenciaram o caminho das práticas psiquiátricas.

A primeira baseava-se nas teorias da degenerescência, cujo campo de ação era o próprio indivíduo, sendo que a predisposição à doença era ditada pela Lei da Hereditariedade. Neste momento busca-se a cura para a doença mental, esta de caráter biológico, e a internação dá-se apenas em momentos de surto.

A segunda teoria, baseada na Eugenia Alemã, dizia respeito às intervenções médicas em âmbito social, ou seja, a meta é curar a sociedade doente, se possível identificando os "organismos" doentes que comprometem o corpo social; o olhar do psiquiatra, devidamente treinado possibilita prevenir a doença mental, localizando os focos da doença, e controlando e proliferação hereditária, ou seja, orientando aos doentes que não procriem. Assim como aconteceu recentemente com a Aids, a loucura supostamente se restringia a grupos de risco – negros, pobres, mulheres, libertinos, descendentes de loucos, imigrantes, entre outras minorias.

A Eugenia compõe o quadro das respostas técnicas da psiquiatria às questões nacional, racial e social.⁸ A psiquiatria, enquanto medicina higiênica e disciplinadora da sociedade moderna, estabelece uma rede de poder político/médico que tem por base a tecnologia da verdade, produtora de um discurso único, que é a possibilidade de explicação e normatização da sociedade que busca identidade.⁹

Embora todo este debate científico estivesse preocupado em atender às posições políticas do Estado, as instituições oficiais saturadas não atendiam mais à demanda de doentes, mesmo porque, em alguns momentos a

⁸ Reis, 1994.

⁹ Foucault, 1981.

história do internamento, no Brasil, confunde-se com a ficção machadiana, expressa em "O Alienista", sendo que o inchaço dos hospícios deve muito aos parâmetros adotados pela própria psiquiatria, que deixava uma linha tênue entre a Loucura e a Razão, sendo que a loucura, invariavelmente, estava atrelada a diversos fatores, como descendência, miséria, cor da pele, que acabavam por sobrepor-se aos parâmetros da desrazão.

Reclusos em cadeias públicas, amarrados e temidos, os loucos estavam alheios ao debate científico psiquiátrico. A loucura institucionalizada ultrapassou o eixo Rio-São Paulo e derrubou o monopólio do Estado sobre ela. Um novo tipo de atendimento foi implantado, paralelamente: a atenção filantrópica aos dementes.

Em 1924 é inaugurado em Campinas,¹⁰ o Hospício de Dementes, tendo sido idealizado por uma sociedade filantrópica desde 1917.

Na ata da primeira reunião da Associação Hospício de Dementes de Campinas, datada de 06 de Setembro de 1918, o presidente da Sucursal do "O Estado de São Paulo", o jornalista José Villagelin Jr., e um dos diretores, o Sr. Leopoldo Amaral, lembram o ideal inspirador e a personagem empreendedora da iniciativa:

"... há tempos, em meados do anno de 1917, tendo apparecido no O Estado, entre as notícias de Campinas, algumas referentes ao grau de penúria e de soffrimento diversos, em que se achavam os infelizes dementes recolhidos às diferentes prisões de polícia, e tendo a Sr^a Sylvia Ferreira de Barros, alma mater deste empreendimento, sensibilizado-se diante do padecimento dos infelizes, sugeriu a conveniência de ser promovida uma subscrição em favor da construção de um estabelecimento de assistência

¹⁰ Em notícia publicada pela Gazeta de Campinas, em 15 de Abril de 1924, o jornalista enfatiza o sentimento de filantropia que esteve sempre a nortear a ação dos campineiros. "O Hospício de Dementes de Campinas é fructo explêndido da reserva de generosidade do povo campineiro."

aos insanos. E para iniciar o movimento de caridade, a Sr^a Sylvia juntou à carta valioso donativo: 2 mil réis." (sic).¹¹

Tendo em mãos a atitude de tão digna cidadã, coube aos diretores da Sucursal promover a discussão e composição de uma Associação.

Elaborados os Estatutos e convocada nova reunião, concretiza-se a possibilidade de tratamento psiquiátrico aos dementes de Campinas. Dentre outras definições, o Estatuto aprovado em 06 de Julho de 1919¹² denominou-se associação de *"assistência, abrigo, agasalho e alimentação gratuitos aos insanos de um e de outro sexo, que não puderem ser recebidos nos manicômios officiaes"* (sic). Num primeiro momento só atenderia à demanda da cidade de Campinas.

A sobrevivência da instituição nas primeiras décadas, assim como a construção do prédio – incluindo a compra do terreno, os materiais e a mão de obra – era garantida pela arrecadação de mensalidades dos sócios efetivos, dos pacientes pensionistas (que podiam pagar alguma quantia pelo tratamento) e por doações.

Quanto a terapêutica, o Hospício contava com equipe médica e de apoio (enfermagem) e teve seus parâmetros definidos a partir da experiência do Hospício do Juquery. Uma clarividência é o fato de o Hospício de Dementes de Campinas ter sido instalado em área rural, assim como o Juquery e, assim como neste, era plano desenvolver técnicas de laborterapia junto aos pacientes.

Em ata da Assembléia Geral da Associação Hospício de Dementes de Campinas, de 06 de Julho de 1919, lê-se:

¹¹ Ata da Assembléia Geral da Associação Hospício de Dementes de Campinas - 06/09/1918.

¹² Note-se que a demora entre a primeira reunião e a elaboração do estatuto há um intervalo de quase um ano. Período em que os sócios fundadores, homens ilustres da sociedade campineira, caíram ou temiam cair com a epidemia de gripe espanhola que atingiu Campinas.

"Os Senhores José Ferreira de Camargo e Durval Ferrão haviam estado, ainda no período da pandemia,¹³ em visita ao manicômio do Juquery, no qual conferenciaram longamente com o Dr. Franco da Rocha (...) sobre o plano de adaptar na nossa instituição, recebendo desse consummado mestre da psiquiatria no nosso paiz, não só proveitosas inspirações, quanto ao modo de fazer em Campinas o nosso instituto..." (sic).¹⁴

Algumas particularidades fazem do atendimento filantrópico uma forma atípica de abordagem do problema da doença mental.

Poderíamos inclusive tentar estabelecer algumas diferenças de função entre a instituição oficial e a filantrópica:

Enquanto o Estado tinha como princípio a ordem social e, para que tal fosse alcançada dispunha de instrumentos que buscavam a anulação, quando não eliminação do indesejado, isto sem falar na adaptação forçada do indivíduo à norma, a sociedade, a partir de suas ações filantrópicas parecia apenas amenizar a situação dos desfavorecidos, o que não nos cabe criticar, visto que ao menos uma ação para atender às necessidades imediatas do indivíduo foi posta em prática. Não buscava a cura, mas aceitava, enquanto meta inicial, o fardo de cuidar dos incapazes.

Mas os hospitais psiquiátricos de uma ou outra característica, tem em comum a Custódia. "Segundo Persons a responsabilidade custodial é suprir as necessidades dos seus indivíduos em seu estado de doença mais do que em um estado inicial pré-patológico ou num hipotético estado de recuperação (...). Mas o maior componente, tomar conta dos indivíduos, é função do Hospital."¹⁵ Esta função custodial se alimenta da doença, criando um ciclo vicioso: o hospital se alimenta da doença, e a produz para sobreviver. A atenção ao doente dar-se-á no momento mais crítico do surto.

Além das funções terapêuticas e de custódia, o Hospital Psiquiátrico assumiu na sociedade outros papéis: um refúgio de desempregados com

¹³ N.A. Pandemia refere-se a epidemia de gripe instalada na cidade.

¹⁴ Ata da Assembléia Geral da Associação dos Dementes de Campinas - 06/07/1919

¹⁵ Silva e outros, 1984.

dificuldade de reinserção na sociedade; um lugar de repouso, colônia de férias; um albergue, asilo de velhos; casa correcional para alcoólatras e toxicômanos, isto é, para aqueles que desrespeitam as regras sociais e familiares; refúgio de criminosos que buscam encobrir o ato criminal com motivos de desordens psíquicas; recurso para internação de pacientes com problemas neurológicos ou simples distúrbios nervosos.¹⁶ Esta multiplicidade de funções e diversidade do público atendido causou à instituição psiquiátrica um desvio de seus reais objetivos, só recentemente retomados, a partir de projetos de desinstitucionalização. Afinal, promover a adaptação do paciente aos parâmetros culturais e morais, estabelecidos pela sociedade, continua a nortear a prática psiquiátrica, embora na última década tenha-se promovido longos debates acerca do caráter da instituição psiquiátrica, e uma nova visão tenta refletir sobre esta forma de ver a loucura. Transcrevo uma frase emblemática para esta discussão:

“Ao borrarmos essa fronteira simbólica e concreta entre a sociedade e seus loucos não estaremos, sob pretexto de acolher a diferença, simplesmente abolindo-a?”¹⁷

Entender a evolução do pensamento psiquiátrico, permite-nos identificar contingências sociais e culturais de determinado momento histórico, mesmo porque tal análise engloba não tão somente a loucura e a psiquiatria, em si próprias. Estas são ultrapassadas e a visão se amplia para a sociedade, suas determinações e realizações.

A convivência do homem com a Diferença não tem sido nada amistosa, acarretando resultados trágicos, de conflitos étnicos e religiosos, para não citarmos uma infinidade de intolerâncias. Ser diferente, muitas vezes, corresponde a ter que aceitar restrições ou privilégios formulados pela maioria e que atesta o preconceito.

¹⁶ Silva e outros, 1984.

¹⁷ Pelbart, 1990.

A Loucura, embora mantenedora da possibilidade de sobrevivência da identidade individual, é produto da Razão e, só será extinta quando abrirmos mão do pensamento racional. A Razão, que foi construída com bases tiranas, está camuflada e nada mais representa do que a Razão do Estado, da Raça, da Ciência, da Religião.

Enquanto limite e a outra face do homem, a loucura, se extinta, carregará consigo as riquezas da Diferença, deixando para traz a homogeneidade, contrária à originalidade, traço da personalidade humana. E será o fim, pois perderemos os referenciais para o caminhar da humanidade. Portanto, trata-se de um paradoxo, que a partir deste ensaio e da pesquisa que se encaminha, pude perceber o quão difícil será desvendá-lo.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Alessandra, *Um Estudo sobre a Reabilitação Psicossocial de Pacientes Psiquiátricos*, São Carlos, UFSC, 1996.
- BIRMAN, Joel, *A Psiquiatria como Discurso da Moralidade*, Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira, *O Espelho do Mundo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
- FOUCAULT, Michel, *História da Loucura na Idade Clássica*, São Paulo, Perspectiva, 1987.
- _____, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- PELBARRT, Peter Pál, "Manicômio Mental: a outra face da Clausura", in *Revista Saúde e Loucura*, nº 2, São Paulo, Hucitec, 1990.
- REIS, José Roberto Franco, *Higiene Mental e Eugenia*, Campinas, Unicamp, 1994.
- SILVA, Adriana Renno Nunes, e outros, *Administração de Recursos Humanos no Sanatório Dr. Cândido Ferreira*, Campinas, Puccamp, 1984.

FONTES PRIMÁRIAS

Atas das Assembléias Gerais da Associação Hospício de Dementes de Campinas - 06/09/1918 e 06/07/1919.

Estatuto da Associação Hospício de Dementes de Campinas - publicado em 06/07/1919.

RESENHA DO LIVRO "O TEATRO DOS VÍCIOS" - Emanuel Araújo*

UASSYR SIQUEIRA¹

O AUTOR, OBJETIVOS E FONTES

Emanuel Araújo nasceu em Aracaju em 1942. Além de ser especializado em história antiga pela Universidade de Brasília, também é formado em Teoria do Teatro pela Universidade Federal da Bahia. Também realizou atividades no campo da editoração, como no Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas. Enfrentou problemas políticos que o levou a abandonar a UNB em 1971, retornando a esta instituição somente em 1989.

* * *

Brasileiro, preguiçoso por natureza, acomodado, sempre ansioso por obter vantagem em tudo. Certamente, estes são alguns mitos que, em nossa atual sociedade, nos são atribuídos quanto a classificação de nossa identidade. Tendo em vista esses elementos, Emanuel Araújo pretende em *O Teatro*

* ARAUJO, Emanuel, *O teatro dos Vícios - Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1993

¹ Aluno do curso de História, resenha feita para o curso de Hist. Brasil Colonial, ministrado pela professora Leila Mezan.

dos Vícios, vasculhar as mentalidades e a sociedade da colônia no meio urbano para, desta maneira, propor uma série de fatores que contribuíram para a formação desses mitos. Para isso, privilegia os comportamentos sociais desviantes das ordens morais, religiosas, políticas, econômicas, etc.. Partindo dessa abordagem, acaba também por mostrar importantes aspectos do cotidiano da sociedade urbana na Colônia. Através destes elementos, acaba por fornecer subsídios relevantes para pensarmos a nossa atual sociedade.

Para a realização de seu trabalho, Emanuel Araújo busca auxílio em fontes primárias e secundárias. Dentre as primárias, privilegia relato de viajantes e cronistas, inventários, correspondências, confissões ao Santo Ofício, etc., além das obras poéticas de Gregório de Matos e Tomás Antônio Gonzaga. Ainda quanto às fontes primárias, é freqüente a menção de "A Bahia do Século XVIII (título original: Recompilação de soteropolitanas e brasileiras)", de Luiz dos Santos Vilhena, professor de grego e moralista na Salvador do século XVIII e quem inspirou o título desta obra². Referentes às fontes secundárias, contribuem bastante para o trabalho de Araújo, *História e Sexualidade no Brasil* (Ronaldo Vainfas), *Desclassificados do Ouro* (Laura de Melo e Souza), *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial* (Sônia Siqueira), *O feitor ausente* (Leila Mezan Algranti) entre outros. Uma das características importantes de *O Teatro dos Vícios*, quanto à utilização de fontes, é o privilégio que o autor dá aos documentos publicados e às edições correntes dos livros, o que vem a facilitar ao leitor o aprofundamento em algumas das questões específicas presentes na obra.

DESENVOLVIMENTO DA OBRA

O *Teatro dos Vícios* é organizado em quatro grandes capítulos: 'O Cenário Urbano', 'A Colônia Pecadora', e 'Mandar, Favorecer, Prevaricar'. Em

²"É, porém, digno de reflexão e consideração que, sendo tal a natureza e propriedade desta região, seja ela a morada da pobreza, o berço da preguiça e o teatro dos vícios". Luiz dos Santos Vilhena, sec. XVIII.

todas essas unidades, Araújo procura retratar inúmeras transgressões existentes na sociedade urbana, sempre relacionando-as ao seu objetivo na obra.

No primeiro capítulo, 'O Cenário Urbano', é privilegiada a descrição física da cidade colonial bem como as características de seu cotidiano. Dentre as descrições físicas, podemos observar um retrato geral sobre a desorganização urbana no Brasil, o que retoma a tese de Sérgio Buarque de Holanda sobre as cidades brasileiras³. Esta característica seria reflexo da própria mentalidade portuguesa: a de enxergar o Brasil como mero lugar provisório. Isto teria acarretado num desleixe geral por parte dos colonos em relação à cidade: ladeiras íngremes, ruas mal calçadas, casas amontoadas... além da imundice, que permeava todos os cantos⁴. Araújo nos mostra ainda uma cidade infestada de pobreza, expressa na presença incômoda dos mendigos e prostitutas, e de enormes surtos epidêmicos, fruto da má condição sanitária dos núcleos urbanos. Adentrando no cotidiano urbano, mas ainda referindo-se ao descaso para com a cidade, o autor faz algumas ponderações sobre os maus hábitos de higiene da população urbana, o que facilitava ainda mais o alastramento de epidemias, bem como sobre as múltiplas condições precárias de alimentação. Ressalta a peculiaridade dessa organização urbana à colonização portuguesa, fazendo também o autor algumas comparações entre a (des)organização lusa de cidade e a organização urbana holandesa. Todas as descrições feitas sobre o cenário das cidades aparecem como argumento para a tese de que "O Brasil era coisa efêmera, onde se vinha para enriquecer ou, de preferência, enriquecer e retornar[para Portugal]" (p.34). Isto, teria resultado num grande desprezo para com a cidade e para com o espaço público.

Em 'A Sociedade das Aparências' Emanuel Araújo oferece importantes subsídios para a resolução de um grande mito em nossa sociedade: o da

³ "O Semeador e o Ladrilhador", In : HOLANDA, Sérgio Buarque de; *Raízes do Brasil*, 17 ed., Rio de Janeiro, J. Olympio, 1984.

⁴ "...o lixo era atirado nas ruas, por onde andavam pachorradamente animais soltos." (p.50)

preguiça inata ao povo brasileiro. Esta preguiça, descrita por muitos relatos de viajantes, seria fruto da ociosidade proporcionada pelo trabalho escravo, já que este era o que realizava a maioria das atividades manuais na sociedade urbana. Desta maneira, o trabalho passa a ser alvo desprezo, já que é visto pela maioria da sociedade como “coisa de negro” e indigno. Em consequência, como nos mostra o autor, todos, inclusive libertos e escravos, desejavam ter à sua disposição o maior número de escravos possível. Sendo assim, havia a possibilidade de se livrar do trabalho manual, malvisto pela sociedade, e de se ostentar como administrador do ócio e de escravos, símbolos de status e poder. O autor propõe ainda o intento de todos em ao menos aparentar-se nobre e fidalgo, procurando, através da ostentação, se diferenciar perante a sociedade. Esse comportamento social era então apenas aparente: por mais que se afirmassem fidalgos e dignos de nobreza, permaneciam os costumes populares do cotidiano. Para o desenvolvimento desta tese, Emanuel Araújo mostra-nos inúmeros exemplos detalhados da vida cotidiana.

Outro elemento importante neste segundo capítulo, que também nos ajuda a compreender o mito da preguiça, é a menção que o autor faz sobre as atividades festivas do mundo urbano colonial. As festas, muito frequentes, eram o espaço que tinham os “fidalgos” e as autoridades em geral para se diferenciarem socialmente: saíam ao público com luxuosos trajes e procuravam ocupar as melhores posições possíveis nestas festas. A determinação dos lugares que cada um ocuparia nestes festejos era motivo de discussão e “rachas” entre os membros da classe dominante. As festas também tinham a função de manter ocupada a grande massa de vadios e mendigos - os marginais da sociedade - presentes nas cidades. A presença dessa marginalidade, incômoda aos que pagavam impostos e às autoridades, também é um dos motivos pelos quais os viajantes afirmavam a existência da preguiça entre o brasileiro: muitos dos vadios o eram devido a se negarem a trabalhar e também pela desvalorização do trabalho livre, o que nos deixa transparecer a fluente mentalidade de horror ao trabalho.

bal. Tais medidas, além de transformarem aldeias em vilas, incentivava os casamentos mistos entre portugueses e índios. Arruti retoma Carneiro da Cunha e diz que tais medidas rompiam o isolamento que os aldeamentos submetiam aos indígenas, preparando a "terceira estratégia de conquista", incentivando a ocupação não-índigena dos aldeamentos, na tentativa de assimila-los física e culturalmente, criando uma população homogênea, os chamados de "caboclos".

Se a primeira estratégia visava abrir terras e conquistar escravos, a conversão também tinha este objetivo, reunindo os "fragmentos" de populações indígenas em aldeamentos e colocando-os fora do alcance das tropas particulares ou das governamentais. Já a terceira estratégia surge ao mesmo tempo que as outras, como uma saída econômica e geopolítica para os "interesses conflitantes da conquista": "Transformar em "nacionais" as populações indígenas significou acabar com todas as figuras de reserva, seja de terra ou de mão-de-obra, que passam a estar livres para sua mercantilização da mão-de-obra. Tem raízes aí uma das idéias fundamentais do indigenismo" oficial do século XX, do SPI.

O decreto do rei que retomou as guerras justas em 1808, garantindo um temporário escravismo indígena, obrigou também por lei que os "donos" de índios deveriam educar-lhes profissional e religiosamente. Diz Arruti que essa tentativa estava clara também nas reuniões dos vários aldeamentos que eram extintos, para liberar terras. Processo que é agravado com a Lei de Terras de 1850, criando uma política fundiária mais agressiva, com a decisão posterior de incorporar aos "próprios nacionais" (patrimônio) as terras das aldeias dos índios "dispersos" e "confundidos" com a população "civilizada".²⁷

Depois desse processo começa-se a avaliar o comportamento daquelas populações se continuavam aparentando ou não serem indígenas. Arruti diz que junto a isso está o fato das comissões que mediam as terras públicas -

²⁷ Arruti, José Maurício, 1995 pp. 63-66.

onal, um recurso utilizado para jogar a imagem do índio para o passado, permitindo o desprezo ao índio do século XIX"²⁶

Correia de Andrade também aborda essa crescente integração entre índios, brancos e negros na formação do segmento dos cultivadores pobres livres. Ele diz que os moradores que viviam nos engenhos na passagem do século XVIII e XIX, eram em geral mestiços, que constituíam "uma elevada percentagem da população rural livre". Andrade diz que eles moravam em choupanas ou cabanas de folhas, onde os únicos bens eram as esteiras, e as panelas de barro. Os homens plantavam mandioca, pescavam e caçavam e as mulheres faziam renda.

José Maurício Arruti (1995) escreve que o processo de conquista do sertão nordestino foi realizado através de três estratégias distintas e sucessivas e também simultâneas por longo período: "a estratégia da guerra justa, vieram se sobrepor, sucessivamente, a estratégia da conversão e da mistura, cada uma delas se opondo à anterior, ao mesmo tempo que se revelando fruto dela". As "guerras justas" tinham o mesmo significado das lutas medievais contra os mouros. Eram sempre consideradas "defensivas", (mesmo as represálias) e que se deram nos séculos XVII e XVIII como a "Guerra dos Bárbaros". Tais guerras estabeleciam povoações pelo interior geralmente constituídas dos povos "amansados". A segunda estratégia era a "conversão" ligada à criação dos "aldeamentos", também sobreposta em parte à primeira. Segundo Arruti, "...o gentio era encarado como mão-de-obra livre, administrado por um missionário, e reunidos em territórios exclusivos." Para ele os jesuítas foram os primeiros a estabelecer aldeamentos no vale do baixo São Francisco tentando criar aldeamentos afastados dos centros coloniais. Depois vieram os capuchinhos que se deram no litoral e nos seus "hospícios" e depois os oratorianos.

A terceira estratégia, chamada por Arruti de "mistura", iniciou-se com as medidas tomadas pelo governo português sob a administração de Pom-

²⁶ Monteiro, op. cit. p. 126-135.

importante também, para a compreensão de nossa sociedade, a relação que faz o autor entre o público e o privado. Através dessa relação podemos perceber que o clientelismo e o nepotismo, ou seja, o usufruto do que é público para o favorecimento próprio, não é apenas "privilégio" do século XX: suas mais antigas práticas se remetem à sociedade colonial. No entanto, é perceptível alguns excessos. Apesar do autor deixar claro que pretende privilegiar as transgressões morais da colônia, acaba generalizando: desta maneira, corre-se o perigo de sair de um estereótipo e entrar em outro. Entretanto, isto não invalida os principais objetivos propostos pelo autor.

Além de oferecer importantes subsídios para a compreensão de nossa própria época, *O Teatro dos Vícios* nos deixa uma importante contribuição em termos de conhecimento sobre o cotidiano da cidade colonial, indo adiante da mera descrição de seus aspectos físicos.

O autor nos apresenta importantes relações entre o cenário urbano geral e a mentalidade da época colonial, fazendo-nos pensar também acerca das implicações que estas relações têm na concepção do público e do privado. Exemplo disso, é o retrato que faz sobre a imundice nos núcleos urbanos: os moradores, indiferentes para com as ruas públicas, despejam sobre ela os mais variados tipos de imundice. Isto nos deixa transparecer que o indivíduo, de maneira geral, enxerga o espaço público como uma continuação de sua casa, os seu espaço privado. Dentro desta mesma questão, podemos pensar também a situação das igrejas: esta, que em teoria deveria ser um espaço comum a todos, era mais um cenário da indiferença para com o espaço público. Além de seu aspecto sujo, servindo de jazigo aos mortos - provavelmente oriundos das classes mais abastadas, as quais mais usufruíam da coisa pública - também serviam para a realização de banquetes e outras coisas do gênero⁵.

As reflexões que podemos realizar acerca da sociedade colonial urbana não terminam por aqui. Emanuel nos faz pensar também o dia a dia des-

⁵ Não que condenamos este aspecto da religiosidade do brasileiro. Este é só mais um dos exemplos que demonstra a concepção do brasileiro quanto ao que é público.

tas cidades. Convida-nos a visitar o interior das casas e a percebermos assim alguns de seus interessantes aspectos. Um que nos chama atenção é a ausência de padrões de higiene semelhantes aos nossos: as casas não tinham privadas, havendo um aposento destinado só para o armazenamento dos "tigres", como eram chamados os vasos nos quais se depositavam os excrementos. Destes vasos vinham mais uma das imundices que eram despejadas nos locais públicos. Importante, dentro desta mesma questão, são as referências que o autor faz sobre os péssimos hábitos de higiene pessoal da população daquelas cidades. Isto talvez fosse decorrente da ainda arraigada cultura europeia junto aos habitantes, que talvez não tinham podido absorver com tanta dimensão a cultura dos índios de banhar-se com frequência.

É interessante também, ainda quanto ao interior das casas, percebermos a falta de privacidade que havia nestas habitações. Daí, o autor remeter-se ao cenário físico: as casas eram todas amontoadas, umas próximas das outras, o que levava às paredes a "criarem ouvidos". Este fator talvez tenha facilitado as inúmeras denúncias feitas ao Santo Ofício: a visibilidade que cada um tinha da vida íntima do outro era facilitada, sendo muitas as possibilidades de se ouvir palavras infames e maus hábitos em relação à fé cristã.

Todos esses elementos são acrescentados ao cotidiano da vida nas ruas: escravos de ganho à perambular, prostitutas, mendigos, animais à solta, etc.. Também é marcante no cotidiano destas cidades a presença dos inúmeros infectados com as doenças epidêmicas - cujo alastramento era propiciado pelas más condições sanitárias - , submetidos às tortuosas sangrias.

São inúmeros os exemplos sobre o cotidiano das cidades. Durante a leitura, podemos às vezes até mesmo sentir o cheiro delas - cheiro de podridão - dado a qualidade e a abordagem da exposição do autor bem como a escolha dos documentos utilizados para a argumentação. Certamente, os que tiverem a oportunidade de conhecer *O Teatro dos Vícios* terão, quando lhes forem possível, os olhos e os sentidos mais apurados ao visitar depois uma Ouro Preto ou uma São Tomé das Letras.

O "SANEAMENTO" DO SERTÃO A OCUPAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE COM A CHEGADA DA MODERNIDADE

WARNEY SMITH¹

Quando se fala na "questão da terra" no Brasil fala-se do processo histórico de ocupação e apropriação latifundiária quase sempre ilegal que emoldura a história da construção da nação ao longo de quatro séculos. Resultado desse processo descontrolado é o atual mapa fundiário e produtivo do país, que mostra hoje um reduzido número de empresários rurais ocupando grande parte do território nacional ao lado de instituições estatais em constante relação de conflito com lavradores e trabalhadores rurais despossuídos lutando organizadamente (através do MST) ou não, pela possibilidade de terem condições de plantar, produzir e sobreviver. A necessidade histórica e constante de uma reforma agrária de grandes proporções no País é o que determina toda a discussão socio-econômico-político que se agrupa sob o rótulo temático de "questão da terra".

A bibliografia que aborda tanto o processo histórico de constituição fundiária do país, da constituição de uma massa de trabalhadores sem terra organizando-se pela reforma agrária e das políticas de terra no Brasil, pouco

¹ Aluno de Antropologia. Trabalho realizado para a disciplina Hist. Polít. e Econ. Do Brasil, ministrada pelo professor Robert Slenes. Realizado em conjunto com Rita de Cássia Brito.

ou nada tratam da "questão indígena", isto é, do resultado histórico da ocupação das terras indígenas (contraponto da história econômica brasileira baseada na apropriação territorial), das políticas indigenistas e das estratégias indígenas como resposta a esse processo.

Hoje, entretanto, quando se fala na questão da terra, na necessidade da reforma agrária e nos movimentos de trabalhadores rurais, é preciso cada vez mais incluir a questão indígena atrelada à questão, já que cada vez mais eles se organizam, revitalizam suas sociedades e se movimentam em busca de suas terras. Hoje, assim como quase todos os trabalhadores rurais, os índios são povos sem-terra, e que assim como eles, precisam da terra para garantirem a sobrevivência e até mesmo parte da produção econômica do país. A revitalização de algumas sociedades indígenas e a emergência de novos grupos étnicos e novas identidades regionais como vem ocorrendo hoje, não apenas no Nordeste, como declarou Isabelle Peixoto da Silva em trabalho recentemente apresentado no IFCH², é uma das formas da estratégia de luta dessas sociedades - ou de seus remanescentes - por seus direitos de sobrevivência, que passa pela reconquista de seus territórios usurpados no passado.

A constituição das sociedades indígenas como despossuídas de terras não faz parte apenas da história da chegada dos portugueses à América, do processo de guerra, massacre e escravização (ou expulsão) dos nativos ao longo dos séculos e nem tampouco hoje, quando a modernidade exige que os índios sejam índios ideais para que possam entrar na guerra institucional pela cidadania e pela sobrevivência. Segundo a bibliografia pesquisada, a ocupação das terras indígenas no Brasil estão atreladas aos interesses e ações ideológicas das sociedades ocidentais nos diferentes momentos do seu processo de expansão e ocupação produtivo/mercadológica global e de "modernização" das diferentes culturas mundiais.

² Peixoto da Silva, Isabelle B. - "A propósito de uma revisão bibliográfica com vistas a apreensão das temáticas e abordagens acerca dos indígenas no Nordeste do Brasil" - texto apresentado em 11/11/96 durante a série de seminários do Grupo de Estudos de Etnologia Indígena - IFCH - Unicamp.

Para Manuela Carneiro da Cunha³, a questão indígena no século XIX deixou de ser um problema de mão-de-obra (já que em geral se rebelavam ao escravismo), para ser um problema de "terras". E dentro do padrão de ocupação Lúcia Osório Silva⁴ diz que os exploradores de terras vinham mantendo desde o início da colonização, (baseada na constante apropriação e incorporação de novas terras e abandono das terras antes usadas), as terras indígenas só poderiam ser um dos novos alvos de conquista. Mas como Carneiro da Cunha diz, se durante muito tempo imperou uma historiografia que viam os índios apenas como "vítimas" da modernidade européia, hoje não resta dúvida aos historiadores de que os índios foram atores políticos fundamentais de sua própria história.

Nesse texto, procuramos mostrar que a questão das terras indígenas nunca passou a ser mais importante do que a mão-de-obra indígena. Ao contrário da opinião de Carneiro da Cunha, entendemos que todo o esforço principal dos colonizadores, foi sempre o de transformar os índios em "trabalhadores rurais". Todavia as duas questões nunca deixaram de estar fortemente interrelacionadas e a maior prova disso foi justamente a necessidade do Governo de proibir o tráfico de escravos e regulamentar o mercado de terras ao mesmo tempo em 1850. Valorizar terras e desvalorizar escravos era a única forma de abrir condições para o estabelecimento de um "mercado de trabalho rural"

O apossamento das terras indígenas baseado na mestiçagem e na aculturação a que se referem Beatriz Dantas, Augusto Sampaio e M^a do Rosário Carvalho em seu texto⁵, deu-se sobretudo no Nordeste brasileiro. O

³ Carneiro da Cunha, Manuela (org.) - "Política Indigenista do Século XIX" in História dos Índios do Brasil - coletânea organizada pela autora - FAPESP/Cia das Letras e MinC, S. Paulo, 1992 pág. 133

⁴ Osório Silva, Lúcia - "Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850" - Ed. Unicamp - Campinas - 1996 pág. 69.

⁵ Dantas, B., Sampaio, J. Augusto e Carvalho, M^a Rosário - "Os povos indígenas do Nordeste" in "História dos índios do Brasil" - op. cit. p. 451

indígena do Nordeste hoje é caracterizado pela "marginalidade" e pela "residualidade" em relação aos indígenas do restante do país. Certamente é ainda por esses motivos que Pacheco de Oliveira diz no "Atlas das Terras Indígenas do Nordeste" que ainda hoje, além de ter um alto grau de latifúndios, concentrando conflitos de propriedade, o Nordeste também abriga a "pouca visibilidade" dos índios devido às mudanças que operaram (e se deram) em suas culturas, diferenciando-se do padrão convencional de índio, colocando-os como parte do campesinato sempre ameaçado de expropriação, sem deixarem de ser índios.⁶

A permanência ainda hoje da situação de conflitos fundiários no Nordeste, envolvendo proprietários, moradores, grilheiros, posseiros e índios (tidos como parte de uma dessas categorias) desde o século passado, o fato citado por Peixoto da Silva de que a maior parte da bibliografia sobre os indígenas do Nordeste registram principalmente a disputa pela terra e também a idéia de que quase todos se referem ao século XIX como um século de "grandes e profundas transformações" são fatos interrelacionados. Tentamos aqui entender a questão agrária nordestina, a partir do "espírito modernizador" ligado ao positivismo europeu, que acabou por influenciar a elite política a partir da segunda metade do século XIX no sentido do "saneamento" das cidades e dos sertões brasileiros como havia sido feita nas principais cidades e campos europeus da época.

O SÉCULO DA MODERNIZAÇÃO

O Século XIX no Brasil foi marcado por inúmeras transformações, revoltas e agitações, motivadas pela Revolução Industrial que prosseguia na Europa, o desdobramento colonial do capitalismo, e o avanço das "novas idéias" da "sciência" da época. Tais fatores externos influenciaram profun-

⁶ Pacheco de Oliveira, João - "A viagem de volta: Mobilização política e etnicidade entre os índios do Nordeste" in: Atlas das Terras Indígenas do Nordeste - PETI/Museu Nacional - RJ - 1993.

damente no processo de emancipação das colônias americanas e na construção de novos Estados Nacionais.

Todos os autores são unânimes em afirmar a importância do Século XIX como um período de mudanças e transformações importantes para a história brasileira. Correa de Andrade fala dessas "grandes transformações" do século no Nordeste: inovações nos engenhos e nas técnicas agrícolas, forte concorrência da cana com o algodão e do trabalho escravo com o assalariado, introdução do arado, da cana caiana além do surgimento de outras produções (côco, mandioca, feijão, frutas, café, etc.), do uso da cal nos canaviais, surgimento dos engenhos a vapor e das estradas de ferro e finalmente das usinas.⁷ Viotti da Costa cita outros detalhes: o crescimento da população e da concentração nos centros urbanos, as migrações e imigrações, os melhoramentos dos meios de transporte, o desenvolvimento da indústria e a acumulação de capital, todos estimularam a incorporação da terra e do trabalho à economia que como resultado, "mudaram os significados atribuídos à propriedade da terra".⁸ Por outro lado, Carneiro da Cunha afirma que trata-se de um século "heterogêneo" porque é o único que conheceu três regimes políticos, iniciou-se com o tráfico negreiro e terminou com a vinda dos imigrantes; além de ser um período de tensões entre a oligarquia local e a centralização do poder e quando o Brasil se moderniza "à sua maneira" (modernização "conservadora").⁹ Em especial, ela cita que no Século XIX a questão indígena deixou de ser um problema de mão-de-obra para ser uma questão de terras, além do estreitamento do espaço em que se discutia e decidia a política indigenista.¹⁰

⁷ Correa de Andrade, Manuel, *A Terra e o Homem do Nordeste*, S. Paulo, 1973, pp. 96/99.

⁸ Viotti da Costa, Emília: *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, S. Paulo, 1977, p. 127.

⁹ Murilo de Carvalho, 1988, p. 91.

¹⁰ Carneiro da Cunha, op. cit. p. 133.

Uma das características do século XIX foi a urbanização e o saneamento das grandes cidades, como Paris, London, Viena. A narrativa da limpeza dos miasmas e dos pobres das cidades pelos médicos e cientistas burgueses das grandes cidades européias marcou extensa historiografia sobre o universo cultural da elite senhora da colonização. Baseada na mecanização, na imagem e na constante circulação total das coisas (água, ar, pessoas, trânsito, ferrovias, informação, etc.) como grandes "maquinarias do progresso" e recheada com o naturalismo evolucionista daqueles tempos, a ideologia do saneamento propagou-se por todo o império colonial moderno não apenas na Europa mas também pelas principais colônias do globo.

A elite brasileira que se formou na Europa (Coimbra e Paris) como explanou Murilo de Carvalho para ser treinada a governar o país, também vivenciou e para cá trouxe o ideal burguês das maquinarias urbanas do saneamento. Maquinas a vapor, ferrovias, usinas e diversos tipos de aparelhos com o objetivo de trazer o progresso para as grandes produções agrícolas de exportação e para a nação em construção.

A modernização e a urbanização trouxeram grandes mudanças na segunda metade do século para o Brasil. Mudanças essas que se fizeram sentir não apenas no terreno da economia e da política, mas também no dia a dia, nos costumes e práticas de todos. Não apenas às cidades, o progresso precisava chegar aos sertões para que pudessem baratear os custos das grandes produções para o mercado externo e tentar diminuir o permanente problema da falta de mão de obra de que reclamavam os grandes senhores.

Ruy Moreira diz que as transformações nas cidades em meados do século, estavam "espelhando as mudanças no campo e as transformações do século ... na aurora da sociedade burguesa". Cito um parágrafo interessante sobre o Nordeste: "... mais do que remodelações urbanísticas, esse mapa nos fala do umbral de um novo mundo pela multiplicação de usinas nos canaviais da Zona da Mata nordestina, de máquinas, ferrovias, fluxos de imigrantes, etc. Isto é, fala por meio do eloqüente caráter e grau das transformações

nas relações agrárias ocorridas ao longo do século XIX e que se precipitaram visivelmente na passagem do século XX".¹¹

Na análise geopolítica marxista de Moreira, o mapa dessa crise do antigo regime e emergência do novo mostra um "novo eixo cidade-campo" sendo que a nova configuração agrária para ele origina-se de 4 aspectos essenciais: a) o trabalho escravo gradualmente se transforma numa "diversidade horizontal de camponeses"; b) surge uma divisão de trabalho interna (com setores ligados à monocultura, à policultura e à indústria); a classe senhorial se moleculariza territorialmente formando as oligarquias rurais regionais; d) o campo se submete à cidade. É nessa base que segundo ele se dá a acumulação primitiva no Brasil, com o capitalismo surgindo "sob formas ainda estranhamente senhoriais e rurais"¹²

A conquista do sertão, para a viabilização das produções nas sesmarias também pode ser encarada como uma espécie de saneamento, referenciando-se naqueles ideais de limpeza e modernização que viviam nas mentes das elites. Os índios (negros da terra) negros e pobres posseiros, que infestavam o sertão e tentavam às vezes resistir ao domínio branco, também passaram a ser alvo da modernização que as elites buscavam processar.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E OS EXPLORADORES DE TERRAS

José Murilo de Carvalho e Emília Viotti da Costa dizem de formas diferentes que a elite que lutou pela Independência e governou o país durante o Século XIX homogeneizavam-se pela ideologia iluminista e pela ligação com os exploradores de terras. Carvalho diz que a escolha da monarquia, da unidade e do governo civil após a Independência foram consequência dessa homogeneidade entre os setores dominantes em conflito. Costa declara que a elite organizou um sistema fortemente centralizado, conservador e antidemocrático que consolidou sua hegemonia através do sistema de "clientela e

¹¹ Ruy Moreira, 1990 p. 34.

¹² Moreira, p. 35.

patronagem" e que conviveram durante muito tempo com cisões políticas internas.¹³ Tal elite, conforme Murilo, organizou um estado ambigualmente sustentado pelo sistema agroexportador escravista e ao mesmo tempo abrigador dos que não encontravam espaço nesse sistema. Sendo a maior parte magistrados ou letrados formados em Coimbra ou na Europa criaram um sistema burocrático que envolvia a Igreja, a imprensa e os militares, além do próprio Estado.¹⁴

O fato é que a maior parte dessa elite eram donos de terras ou políticos ligados a eles. Carvalho conta que donos de terras eram todos os oficiais de ordenanças, seus filhos e genros, mas que durante todo o Império nunca passaram de 50% da elite com poder de voto ou veto no governo. A maior parte sempre foram os magistrados e por isso Carvalho recomenda cautela em afirmar o predomínio deles no poder, como afirmam autores, como Viotti da Costa, Prado Jr., Werneck Sodré e outros. Um dos fatores que provocava cisão entre as elites, segundo Costa eram as diferentes concepções liberais de seus membros. Outro era o regionalismo e a competição entre setores da burguesia, segundo Carvalho, que se aliavam em grupos provocando conflitos.

O regionalismo baseava-se no poder senhorial de alguns dos exploradores de terras, organizada como uma oligarquia rural regional, atomizando o poder,¹⁵ ou criando um caráter centrífugo de poder,¹⁶ contra qual o Império sempre lutou. Tais chefes regionais é que a partir da criação da Guarda Nacional se transformaram nos "coronéis" que dominavam o sertão. Carvalho esclarece que a Coroa, sempre tentou reduzir o poder dos barões feudais, seja em Portugal ou no Brasil. Mas se em Portugal no início do século XIX a fonte de poder era uma coalizão entre burocracia e grandes comerciantes,

¹³ Costa, 1977, pp. 14-16.

¹⁴ Murilo de Carvalho, J. - "A Construção da Ordem" - Ed. Campus-RJ - 1980 pp. 37 a 54 e Viotti da Costa, E. - op. cit. pp. 7a 16.

¹⁵ Moreira, 1990 p. 43.

¹⁶ Osório Silva, 1996.

"No Brasil, a terra voltou a ser a principal fonte de riqueza e poder e consequentemente os donos da terra (às vezes, nobres portugueses empobrecidos), recuperaram o antigo prestígio. A centralização conseguida pelo Estado português viu-se aqui reduzida a modestas proporções frente aos grandes latifúndios e à dispersão da população por um território tão extenso".¹⁷

Se para Viotti da Costa foi a abolição da doação de sesmarias o fato que tornou a posse a única forma de conseguir terras, estimulando os posseiros e criando uma "situação anárquica" no sistema de apropriação dos campos, para Osório Silva essa situação (que já existia desde o início da colonização) vinha se agravando desde o início do século 18, devido ao padrão da ocupação no Brasil que esgotava rapidamente o solo e obrigava à contínua incorporação de novas terras derrubando a selva, para continuar a produção. Além do hábito de se apropriar de muito mais terras que o necessário para constituir uma "reserva" que não desmatavam para o futuro e de não cumprir as obrigações legais. Tal padrão, baseada no escravismo, era o que tornava possível a grande produção e tornava totalmente inconveniente a medição e demarcação sempre requerida pela Coroa.

Após a Independência o padrão de ocupação continuou e até mesmo a "posse" prevaleceu sobre as sesmarias sem haver uma pressão pela regulamentação da situação. Mas segundo a autora, faltava a garantia da ordem jurídica do monopólio da terra necessário para que se constituíssem enquanto classe. E para isso era preciso consolidar o Estado nacional. Por isso, a consolidação do Estado nacional e a formação da classe dos proprietários de terras ocorrem simultaneamente para ela. A preocupação com a questão da terra existia mas não era geral. Tanto a proposta de José Bonifácio (o liberal que influenciou decisivamente na questão da terra como também elaborou uma proposta para a questão indígena) como a de Nicolau Vergueiro para a Constituinte de 1823, não deram resultado, pois não era o momento propício. A Constituinte foi dissolvida e a Constituição outorgada, não fala-

¹⁷ Carvalho, p. 35.

va sobre a questão. Só em 1831 é que foi extinto o "foro" (espécie de taxa anual) e o "morgadio" (obrigação das terras ficarem sempre com o primeiro filho).

Após a abdicação, a instabilidade da regência impedia que a questão da terra fosse discutida, o que só acabou ocorrendo nos anos 30 após o início da ascensão cafeeira, em meio ao movimento restaurador que segundo Osório caracterizou-se como um período de fim das turbulências, estabilidade política e desenvolvimento econômico com apenas alguns focos de descontentamento. Entretanto sabemos das inúmeras rebeliões regenciais, como a Cabanagem e a dos Malês por exemplo. Carvalho cita 5 levantes só no Rio.¹⁸ Um deles foi a Guerra dos Cabanos entre Alagoas e Pernambuco que detonada em 1832 por senhores de engenho pela volta de D. Pedro I, envolveu índios aldeados, negros e escravos que continuaram a luta por mais 15 anos de guerrilhas após seu término oficial em 1836. O movimento foi tema do interessante estudo de Dirceu Lindoso -A Utopia Armada- e de Manoel Corrêa de Andrade, que aponta um amplo leque de alianças dos índios, dividindo-se entre dos dois lados em combate. No mesmo ano houve também o movimento de Pinto Madeira no Ceará também com a participação dos indígenas. Outros, da vila Viçosa, no final da década, migraram e reuniram-se aos rebeldes da "balaçada" no Maranhão e no Pará, e que levou o próprio presidente da província reconhecer que o engajamento indígena nessas lutas era resultado das pressões sobre suas terras. Dantas, Sampaio e Carvalho dizem também que a vinda do Rei e logo depois a aclamação de D. Pedro, serviu para avivar entre os índios a figura do Rei "...longamente trabalhada no imaginário deles...[pois] em seu nome foram feitas guerras, aldeamentos, e foram lhes dado terras cujos títulos eram assinados pelo rei. A ele recorriam, pois, quando suas terras eram invadidas"¹⁹ Eles contam que muitas aldeias enviaram ações e petições em seus próprios nomes ao Imperador, pe-

¹⁸ Murilo de Carvalho, J. - "Teatro de Sombras" - Ed. Vértice/IUPERJ - RJ p. 14.

¹⁹ Dantas, Sampaio e Carvalho, op. cit, p. 450.

dindo proteção, vendo-o como "pai". E nesse sentido, a luta pela restauração era uma luta com uma possibilidade de garantir seus direitos sobre as terras. Os autores citam também outras revoltas indígenas nessa década não ligadas ao movimento restaurador, como os Kariri-Sapuyá da Bahia se revoltam em 1834 contra a expansão do fumo e do gado, que tinham aliados não-índios e os índios do aldeamento de Pacatuba no Sergipe que viviam em intensa agitação e em 1826 invadiram a cadeia pública da vila Nova.²⁰

Estes movimentos revelam no mínimo como a apropriação territorial estava em franca expansão invadindo as terras indígenas e "saneando" os sertões. Mas a explicação pode estar na crescente expansão e prosperidade do café no Sudeste enquanto acentuava-se a decadência da produção tradicional (açúcar, algodão e tabaco) localizada principalmente no Nordeste, transferindo a primazia econômica para o centro-sul.²¹ Essa decadência pode ser uma das explicações das revoltas e crises do Nordeste.

Após ser protelada desde 1822, a Lei de Terras foi aprovada em 18 de setembro de 1850, segundo Osório Silva, "no bojo das grandes transformações que nesse período começaram a propeler a sociedade brasileira... no rumo da modernidade" coroando a história brasileira da apropriação territorial por meio da iniciativa privada e vinculada à consolidação do Estado Nacional. E ela veio junto com outras duas leis relacionadas entre si: a Lei que aboliu o tráfico e a lei da reforma da Guarda Nacional (basicamente fazendeiros) que centralizava mais o Estado, pois como Carvalho diz, estavam claramente vinculadas entre si. Um dos motivos para a aprovação dessas leis foi a pressão política inglesa, cada vez mais radical e violenta. Segundo Carvalho elas só foram aprovadas quando o governo sentiu-se forte para enfrentar esses dois problemas "quase intratáveis" Talvez por causa disso é que no entanto a Lei teve que manter o antigo sistema escravista devido ao tráfico externo, também abolido em 1850, pois com ele ela seria impossível

²⁰ idem, op. cit. pp. 447 e 448.

²¹ Osório Silva, op. cit. p. 87.

de ser aplicada. A abolição do tráfico é que teve um papel bem mais fundamental nas transformações brasileiras dos anos posteriores. A discussão foi retomada segundo Osório Silva, devido a dois motivos básicos: as novas perspectivas abertas pela extinção do tráfico e a perspectiva da imigração estrangeira. Segundo ela, os desdobramentos dessas duas questões irão mostrar nos primeiros anos do século 20 que a imigração não dependia da regularização da propriedade da terra, como acreditava a corrente "Saquarema". A Lei de Terras colocava na prática o gradualismo dos Saquaremas, que acreditava que a demarcação das terras devolutas iria solucionar a questão da colonização e da mão-de-obra, pois o governo não tinha forças para enfrentar o poder dos exploradores de terras.

Além de criar a Repartição Geral das Terras Públicas, a Lei de Terras proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra, validando as sesmarias e posses cultivadas, mas só daria o título de propriedade àquelas que cumprissem as exigências de medição e demarcação e os prazos e ainda concederia outro tanto de terreno para ocupação futura. Ao governo caberia demarcar as terras devolutas, após a demarcação das particulares, e reservaria parte delas para a colonização indígena, fundação de povoações e para a construção naval. Esse relaxamento da questão dos limites, a manutenção do posseiro que não cumprisse as exigências na terra e a não cobrança do imposto territorial demonstram para Osório seu "caráter conciliatório". A não cobrança do imposto, aliás, foi a pior derrota do governo surtindo inúmeras críticas nos jornais da época

Osório mostra que a Lei de Terras não conseguiu seus dois principais objetivos: Nem alterou o quadro desanimador da questão fundiária e nem viabilizou o uso da terra como garantia de crédito para os fazendeiros, colocando um alto preço nas terras devolutas, porque a economia ainda girava em torno do escravo. Também a proibição da posse não foi levada na prática porque os juristas consideraram-na um erro devido ao fato dela também sofrer a "prescrição aquisitiva", isto é, depois de um prazo, o posseiro teria

direito à propriedade. O único efeito real que a autora cita é que ampliou a regulamentação da propriedade territorial, além de modificar o conceito de terras devolutas, como todas as terras que não fossem particulares.²² Mas para Ruy Moreira, o principal efeito da Lei foi o "nascimento do mercado capitalista (interno), estabelecendo a terra como mercadoria".²³ Em 1861, a Repartição Geral de Terras Públicas foi extinta e criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, quando quase nada ainda havia feito e a atribuição do registro passou para os governos provinciais. Mas além de não fazer cessar a invasão o governo criou diversos órgãos e repartições para cuidar da questão em 1876 mas que não deu em nada. O ponto central, que era obter informações consistentes sobre as terras devolutas não deu certo, segundo a autora, por duas razões: na década de 80 ainda não era possível fazer um mapa nem mesmo aproximado das terras devolutas e também porque a invasão continuava e o máximo que o governo poderia fazer era cobrar dos posseiros uma indenização das terras que ocupavam depois de 1854. Para Murilo de Carvalho ela não saiu do papel porque foi "vetada" pelos Barões.

POLÍTICA INDÍGENA X POLÍTICA INDIGENISTA

Num esboço histórico da história dos povos indígenas nordestinos, Beatriz Dantas, José Augusto Sampaio e Maria do Rosário Carvalho contam que durante todo esse período entre os séculos XVI e XVIII, a característica predominante era a utilização dos próprios índios da costa nas guerras de expropriação e conquista das terras dos índios do agreste e sertão. Assim como Palácios, eles dizem que o trabalho missionário de constituição dos aldeamentos e "pacificação" ideológica das populações rurais, foram fundamentais na construção de um discurso legitimador do Estado.

²² Osório, op. cit. pp. 144-156.

²³ Moreira, op. cit. p. 36

Os aldeamentos eram militarizados e serviam não só para guerras como para atender a recrutamentos de trabalho de senhores e do Estado. E além da evangelização, os missionários incentivavam e forçavam os casamentos e a "mistura" entre índios, brancos e negros pobres livres, que se tornou o argumento chave da idéia do "desaparecimento" e para a extinção dos aldeamentos no final do Século XIX. Porém, como administradores dos aldeamentos, os jesuítas viviam em constantes conflitos com os moradores e produtores de cana e algodão, inclusive os menores, que ocupavam os aldeamentos e viviam em guerras com os indígenas, cujas terras eram garantidas pelo Estado

E foi essa questão que levou Pombal a decretar o Diretório Geral dos Índios em 1757 passando a administração para os índios "principais" e ordenando aos jesuítas limitarem-se apenas aos encargos de ordem espiritual, elevando os aldeamentos mais populosos à vilas e dividindo as terras da comunidade indígena por família, algumas delas de pobres livres não-indígenas. Os protestos dos jesuítas e a continuação dos conflitos levaram Pombal a decretar a expulsão da Companhia de Jesus das colônias e impor essa política indigenista aparentemente "laica" que mesmo tendo sido derubada em 1799, continuou sendo aplicada por muitos anos no século XIX.²⁴

Sylvia Porto Alegre diz que essa política "...desarticulou deliberadamente a vida tribal e forçou as sociedades indígenas ao contato com a população nacional". Mesmo assim, a presença dos índios nos aldeamentos, nos confins do sertão ou confundidos com a população circundante, segundo ela, era bem maior do que se supunha.²⁵ Entretanto, é necessário reconhecer como John Monteiro, que houve de fato um despovoamento, causado também pelas práticas de extermínio, que foi contabilizado à idéia da época do índio nordestino ser "degenerado e miserável, em vias de desaparecer". Resultado da "...figuração do índio histórico na construção da identidade naci-

²⁴ Dantas, Sampaio e Carvalho, op. cit pp. 444-447.

²⁵ Porto Alegre, p. 21.

onal, um recurso utilizado para jogar a imagem do índio para o passado, permitindo o desprezo ao índio do século XIX".²⁶

Correia de Andrade também aborda essa crescente integração entre índios, brancos e negros na formação do segmento dos cultivadores pobres livres. Ele diz que os moradores que viviam nos engenhos na passagem dos séculos XVIII e XIX, eram em geral mestiços, que constituíam "uma elevada percentagem da população rural livre". Andrade diz que eles moravam em choupanas ou cabanas de folhas, onde os únicos bens eram as esteiras, e as panelas de barro. Os homens plantavam mandioca, pescavam e caçavam e as mulheres faziam renda.

José Maurício Arruti (1995) escreve que o processo de conquista do sertão nordestino foi realizado através de três estratégias distintas e sucessivas e também simultâneas por largo período: "à estratégia da guerra justa, vieram se sobrepor, sucessivamente, a estratégia da conversão e da mistura, cada uma delas se opondo à anterior, ao mesmo tempo que se revelando fruto dela". As "guerras justas" tinham o mesmo significado das lutas medievais contra os mouros. Eram sempre consideradas "defensivas", (mesmo as represálias) e que se deram nos séculos XVII e XVIII como a "Guerra dos Bárbaros". Tais guerras estabeleciam povoações pelo interior geralmente constituídas dos povos "amansados". A segunda estratégia era a "conversão" ligada à criação dos "aldeamentos", também sobreposta em parte à primeira. Segundo Arruti, "...o gentio era encarado como mão-de-obra livre, administrado por um missionário, e reunidos em territórios exclusivos." Para ele os jesuítas foram os primeiros a estabelecer aldeamentos no vale do baixo São Francisco tentando criar aldeamentos afastados dos centros coloniais. Depois vieram os capuchinhos que se deram no litoral e nos seus "hospícios" e depois os oratorianos.

A terceira estratégia, chamada por Arruti de "mistura", iniciou-se com as medidas tomadas pelo governo português sob a administração de Pom-

²⁶ Monteiro, op. cit. p. 126-135.

bal. Tais medidas, além de transformarem aldeias em vilas, incentivava os casamentos mistos entre portugueses e índios. Arruti retoma Carneiro da Cunha e diz que tais medidas rompiam o isolamento que os aldeamentos submetiam aos indígenas, preparando a "terceira estratégia de conquista", incentivando a ocupação não-indígena dos aldeamentos, na tentativa de assimilá-los física e culturalmente, criando uma população homogênea, os chamados de "caboclos".

Se a primeira estratégia visava abrir terras e conquistar escravos, a conversão também tinha este objetivo, reunindo os "fragmentos" de populações indígenas em aldeamentos e colocando-os fora do alcance das tropas particulares ou das governamentais. Já a terceira estratégia surge ao mesmo tempo que as outras, como uma saída econômica e geopolítica para os "interesses conflitantes da conquista": "Transformar em "nacionais" as populações indígenas significou acabar com todas as figuras de reserva, seja de terra ou de mão-de-obra, que passam a estar livres para sua mercantilização da mão-de-obra. Tem raízes aí uma das idéias fundamentais do indigenismo" oficial do século XX, do SPI.

O decreto do rei que retomou as guerras justas em 1808, garantindo um temporário escravismo indígena, obrigou também por lei que os "donos" de índios deveriam educá-los profissional e religiosamente. Diz Arruti que essa tentativa estava clara também nas reuniões dos vários aldeamentos que eram extintos, para liberar terras. Processo que é agravado com a Lei de Terras de 1850, criando uma política fundiária mais agressiva, com a decisão posterior de incorporar aos "próprios nacionais" (patrimônio) as terras das aldeias dos índios "dispersos" e "confundidos" com a população "civilizada".²⁷

Depois desse processo começa-se a avaliar o comportamento daquelas populações se continuavam aparentando ou não serem indígenas. Arruti diz que junto a isso está o fato das comissões que mediam as terras públicas -

²⁷ Arruti, José Maurício, 1995 pp. 63-66.

como a de Pernambuco - estarem incumbidas também de medirem os aldeamentos preparando-os para a extinção.

Até meados do Século XIX, a maioria dos índios nordestinos viviam em aldeamentos que foram se proliferando desde o século 16. A Secretaria de Negócios tinha informações de que haviam mais de 50 aldeamentos espalhados pelo Nordeste. Segundo Dantas, Sampaio e Carvalho, os aldeamentos eram organizados diferentemente do restante da política de terras, porque "o Estado dispensava-lhes tratamento especial, reconhecendo sua identidade", pois reconhecia seu direito coletivo à propriedade das terras, isenção de tributos, gratuidade dos serviços religiosos, e uma "administração específica" que geriam os bens das aldeias e "intermediavam as requisições de índios para o trabalho e participação em atividades militares" e outras características que os tornavam diferentes das populações regionais com quem viviam em contato. É desses aldeamentos que tratam alguns viajantes em seus relatos com descrições quase sempre sombrias, falando da fome e da miséria que dizimou-lhes a capacidade de reação - ao estilo de Caio Prado Jr. sobre os negros que foram alforriados. Viajantes como Gardner, Spix e Martius, Koster, Tollenare e outros. O próprio Henry Koster também senhor de engenho na cidade de Jaguaribe, conta que fez longas viagens à assentamentos em Goiana e Paraíba, para "assalaridar indígenas" para suas plantações. Mas para Dantas, Sampaio e Carvalho a leitura da documentação manuscrita mostra os índios interagindo de diferentes modos com as demais forças sociais, como atores de sua própria história.

"Nessa perspectiva, conflito, negociação, acomodação ou cooptação fazem parte de uma vivência multifacetada, em que velhas instituições, leis ou mesmo elementos da cultura material sobrecarregados de sentido, são invocados em diversos contextos, constituindo-se nas formas pelas quais essas populações marcam sua presença na história"²⁸. Depois de mostrar uma série de aldeamentos que se revoltaram, fazendo alianças com diferen-

²⁸ Dantas, op. cit pp. 446-447.

tes setores sociais e pegando em armas contra senhores e a ordem vigente, aproveitando-se de lhes terem sido impostos o sistema de "ordenanças", impondo-lhes uma hierarquia, os autores mostram como alguns indígenas feitos diretores ou capitão-mor trabalhavam uma estratégia de alianças seja com senhores de terras, seja com o Estado, seja com simples moradores.

Para Carneiro da Cunha, as leis escritas sobre a questão indígena no século 19 expressam por excelência "e até em suas contradições" o indigenismo dominante da época, mesmo que na prática só tenham sido violadas, deixando claro a influência da modernização heterogênea brasileira. Ela defende que justamente por ser essencialmente uma questão de terra e por serem cada vez menos necessários como mão-de-obra é que a questão indígena passa a ser discutida em termos nunca antes colocados em termos de uma política geral.²⁹

Um primeiro aspecto a considerar é a questão da "humanidade" ou da "animalidade" dos índios, que segundo ela colocou-se a pela primeira vez neste século, a partir das ideologias científicas e raciais do evolucionismo social. Cunha descreve um pouco as discussões sobre os índios brasileiros nos meios científicos do exterior. Enquanto Von Martius e Varnhagen comparam os indígenas aos animais, José Bonifácio defendia que os indígenas eram capazes de perfectibilidade. Para autora trata-se de uma oposição entre um conceito de bestialidade e outro de "orgulho nacional", já que a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas eram tratados como "bravos".

Outro aspecto que ela considera é justamente a divisão da indianidade em duas categorias: "bravos" e "mansos". Os "mansos" seriam os índios aldeados e principalmente os Tupi e os Guaraní que à essa época já estavam extintos mas que eram usados em emblemas e literaturas românticas. "É o índio bom e convenientemente, é o índio morto" - diz ela (1992:136). Já os "bravos" eram genericamente chamados de "botocudos" que além de ser o

²⁹ Carneiro da Cunha, op. cit. p. 133/134.

índio vivo é aquele contra o qual eles guerreavam nas primeiras décadas do século, e que em geral eram de ferozes e indomáveis. Ela lembra um ponto importante de que coincidentemente os "botocudos" eram também os "tapuia" e podemos dizer também os "carijós" de São Paulo. Termos genéricos que se referem a inimigos em comum.

A partir desse, surge um novo aspecto: guerrear ou não. Ela conta que entre as elites, haviam adeptos da brandura e da violência. Entre os que defendiam a violência estava o próprio D. João VI que ao chegar ao Brasil declarou "guerras justas" aos botocudos no Nordeste e um adepto da "brandura" era José Bonifácio, que em seus "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil" defendia a busca do índio para a civilização e sua incorporação ao povo brasileiro. Cunha diz que o projeto de Bonifácio era na verdade uma reinterpretação do projeto pombalino de civilização indígena, com a utilização da justiça e de "meios brandos" e que depois passou a fazer parte do discurso oficial. Seu projeto que defendia a compra das terras indígenas apesar de ter sido aprovado, caiu no esquecimento. Três anos mais tarde em 1826, o governo pediu às províncias informações sobre a índole dos índios, para organizar um Plano Geral de Civilização. Para Cunha se o projeto de Bonifácio tivesse sido levado adiante, teria sido um etnocídio generalizado.

Um quarto aspecto era a falta de diretrizes políticas e de defensores que levavam os índios a só se manifestarem por hostilidades, rebeliões e depois por petições ao Imperador ou processos na justiça, fazendo com que a questão indígena fosse função apenas da maior ou menor centralização política do momento e da desenvoltura do poder local que "aumenta na razão direta da distância da Corte".

Com a derrota do projeto modernizador de José Bonifácio e D. Pedro I para as oligarquias locais, a questão só foi discutida após o Ato Adicional de 1834. Antes disso, de lei só havia o *Diretório de Pombal*, que apesar de ser revogado em 1798, parecia ainda estar em vigor devido ao "vazio" legal que

deixou. Havia um reconhecimento da ajuda da Corte às instituições "caridosas" que cuidavam da "civilização" dos índios na Constituição Portuguesa de 1822 e no projeto de Constituição de 1823 que determina à Assembléia "estabelecer as bases para a catequese e a civilização dos índios e a emancipação lenta dos negros, promovendo sua educação religiosa e industrial".³⁰

Entretanto a necessidade foi exaustivamente debatida, segundo Cunha porque foram apresentados 5 projetos, um deles o de Bonifácio. Em 1824 um pequeno regulamento foi criado apenas para o aldeamento do Rio Doce, no Espírito Santo que serviu como primeiro fundamento que era para uma "grande obra de civilização dos índios" e na época, as províncias sentiam falta de diretrizes indigenistas e legislavam por conta própria, mostrando que havia um "vácuo legal" que foi ampliado com a determinação do Ato Adicional de 1824 das assembleias provinciais legislarem junto à Câmara e ao Governo sobre a catequese e a civilização dos indígenas, e que levou as províncias a tomarem uma série de medidas antiindígenas. E desde 1759, com a expulsão dos jesuítas, não havia nenhuma voz que diferisse da idéia de desinfestação. até mesmo os missionários reintroduzidos no Brasil em 1840 ficaram estritamente a serviço do Estado Tais fatos levam Carneiro da Cunha a concluir que a legislação indigenista da primeira metade do século é "flutuante, pontual e como era de se esperar, em larga medida, subsidiária de uma política de terras".

Carneiro da Cunha diz que o "Regulamento das Missões de catechese e civilização dos Índios" (Decreto 426 de 27/7/1845) é mais um documento administrativo do que um plano político. Mantém o sistema de aldeamentos e os vê como uma transição para a assimilação total dos índios, e diz que a administração dos aldeamentos será feita por leigos, não missionários que aparece apenas como um assistente religioso e educador. No entanto, grande parte dos missionários continuaram sendo administradores. Dantas, Sam-

³⁰ Carneiro da Cunha - "Os direitos do Índio"- Brasiliense-SP.

paio e Carvalho dizem que o Regulamento das Missões decretado em 1845 ampliou o espaço para os senhores nos conflitos de terra, pois determinava que se os índios fossem tidos como "misturados", as terras indígenas são cada vez mais contestadas e a partir de 1878 são oficialmente extintas. Esses e outros autores dizem que a idéia da miscigenação, tem "evidente relação com as ideologias raciais de que se lançaria mão para explicar o Brasil, nação emergente onde brancos, negros e índios eram vistos, por muitos como ingredientes destinados ao "cadinho racial".³¹

Como a elite brasileira do Século 19 está crescentemente interessada na questão da terra, Cunha e Palácios dizem que politicamente tentavam expandir as fronteiras do Império para o Oeste, enquanto no Nordeste e zonas litorâneas tentavam restringir o acesso à propriedade fundiária e converter em assalariados a população que vivia à margem da grande propriedade que carecia de mão de obra. Não apenas índios, mas também libertos, negros e brancos pobres. Só que para ela, a situação dos índios do Nordeste era singular, porque para serem proletarizados, precisavam ser "legal e legitimamente despossuídos de uma terra que sempre lhes foi por direito reconhecida".³² O que foi feito por etapas.

Até à Lei de Terras, ainda estava claro que as terras dos índios não poderiam ser consideradas devolutas como queria D. João VI. Mas na prática isso não existia. Como a política de aldear os índios, deportando-os concentrando-os e confinando-os era uma forma de reduzi-los, não apenas em seu domínio sobre as terras que ocupavam. Além de tirá-los das terras disputadas, eram levados para onde era seriam necessários como mão de obra, abastecimento ou infra-estrutura. Ela cita diversos casos de deportamento e concentrações de índios, alguns desastrosos. Mas conta que em geral eram as Câmaras Municipais que cobiçavam terras e pressionavam para que os concentrassem em poucas aldeias. E quando eram aldeados, tradicionalmente

³¹ Sampaio, op. cit., p. 452.

³² Carneiro da Cunha - op. cit., pp. 134-141.

recebiam terras que variavam de tamanho com o tempo. Alguns casos iam de um quarto de légua em quadro até terras de uma légua de frente por três de fundo no Maranhão. Também em 1832 foi feito um decreto que ela não cita, transferindo uma aldeia para outro lugar e vendendo suas terras. Segundo ela, depois dessa data sobretudo no Nordeste, “assistir-se-á a uma corrida às terras das aldeias e a uma longa disputa, que se arrasta até às vésperas da República, entre municípios, províncias e governo central pela propriedade do espólio”.³³ Tais terras podiam ser também arrendadas e aforadas segundo o Regulamento das Missões, prevendo a remoção e a reunião de aldeias, aforamentos e arrendamentos.

Depois, em 1850, a Lei de Terras reafirma a conveniência de se assentarem as “hordas selvagens” em aldeamentos localizados em terras devolutas, mas entendida como transitória, devido a seu “estado de civilização”. Porém tal disposição será sempre burlada. Mas para Cunha a Lei de Terras iniciou uma política agressiva em relação às terras indígenas, pois um mês depois de sua promulgação o Governo mandou incorporar às propriedades nacionais as terras de índios que viviam dispersos, usando o critério de que índios “assimilados” deixavam de ser índios.

Osório Silva diz que a questão da colonização indígena foi marcada pelo “caráter discriminatório do Estado” em relação aos Índios. Ela também afirma que o Regulamento das Missões tinha por fim transformar o índio em trabalhador e tomar suas terras, e civilizá-los por “métodos brandos”, mas diz que a Lei de Terras acentuou o caráter discriminatório do Regulamento, já que atribuiu ao governo o poder de reservar terras em vez de garantir aos índios a posse de suas terras. E citando José Mauro Gagliardi, “Com isso o indígena passou da condição de proprietário natural à condição de expropriado e a depender da benevolência do Estado para ter algo que um dia foi seu”.³⁴

³³ idem, p. 145.

³⁴ Gagliardi, José Mauro. - “O Indígena e a República” - Ed. Hucitec/SP - p. 62.

Apesar de no primeiro artigo do Regulamento das Missões e no artigo 75 da Lei de Terras garantir que as terras de aldeias extintas deveriam ser dadas aos índios, Cunha diz que a disputa se arrastou por mais de 30 anos, entre câmaras municipais, províncias e Império, excluindo os índios, claro. Lígia Osório Silva também relata o fato: Cita inúmeros atos posteriores do governo que mandaram extinguir os aldeamentos e venderem suas terras. No início, até 1862 tais terras eram consideradas devolutas, mas aos poucos o poder local começa a ter ganho de causa, pois a partir de 1875, as Câmaras passam a poder vender aos foreiros as terras das aldeias extintas, ou usá-las para a municipalidade, o que é assegurado pela Lei 3348 de 1887 que revertem as terras das aldeias extintas para as províncias, quando podem ser usadas pelas Câmaras, o que foi ratificado pela Constituição republicana de 1891. Assim Cunha descreve os passos do processo de espoliação num crescente até atingir a "expropriação total"

Mas os índios lutaram. Dantas, Sampaio e Carvalho contam que no reinado de Pedro II, alguns grupos indígenas construíram uma imagem messiânica do Imperador a quem atribuíam a doação das terras que hoje habitam. Muitos tentaram um contato pessoal com ele quando Pedro II visitou o sertão e alguns aldeamentos entre 1859 e 1860, quando doou ou confirmou terras às aldeias. Depois disso eles contam que diversos índios visitaram (ou tentaram visitar) o Imperador no Rio de Janeiro, ou burocratas e autoridades provinciais como "intermediários", requeriam cópias de escrituras à juízes e escrivães. Dirigindo-se às autoridades, referiam-se às leis que lhes garantiam certos direitos e tentavam neutralizar os argumentos dos que tentavam se apossar de suas terras.

Segundo eles, nessa segunda metade do século, os índios aldeados passam a ser caracterizados cada vez mais como "misturados, agregando-lhes uma série de atributos negativos que os desqualificam e os opõe aos

índios “puros” do passado (os bons índios eram os mortos), idealizados e apresentados como antepassados míticos”.³⁵

A noção de “mistura” está relacionada às ideologias raciais que muitos letrados da elite usariam para explicar o Brasil como um “cadinho racial” onde negros, brancos e índios se misturariam e desse modo “se descaracterizar-se os sujeitos de direitos históricos, sendo o mais relevante, a posse da terra”. Em todo o Nordeste, muitos aldeamentos foram assim extintos e alguns continuavam a procurar o Imperador, lutavam ou tentavam reativar ou realçar sua cultura e seus traços diacríticos para exibir uma “cultura do contraste”, como disse Cunha. Contraste também com a queda do Império, que segundo Carvalho, começou nessa época, em 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre.(1988:103) Eles dizem que apesar de lutarem, os índios não tiveram forças, mas muitos conseguiram rever suas terras. Alguns desses aldeamentos sobrevivem no Nordeste até hoje. Os outros foram massacrados com o correr do tempo.

Para nós, a questão indígena no Nordeste está diluída nesse processo de formação de mercado de mão-de-obra com toda a política e atuação governamental em torno dos assentamentos e povos da região, no sentido mesmo de colocá-los a disposição do mercado. Essa “desinfestação” dos sertões trata-se de uma política de “saneamento” do mercado de mão de obra e da população rural nordestina? É essa preocupação que pretendo investigar.

³⁵ Dantas, op. cit. pp. 450-451.

QUESTÃO DO SUJEITO HISTÓRICO E O CONCEITO DE LUTA DE CLASSES EM THOMPSON

GUSTAVO HENRIQUE TUNA*

"A classe acontece quando alguns homens, com resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus."

E. P. Thompson

Discorrer sobre o modo como a questão da luta de classes se apresenta no trabalho de E.P. Thompson configura-se numa tarefa complexa. Digo isto pois o contato que tive no curso de História Moderna II com o primeiro volume de *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi, para dizer o menos, conturbado. Tive dificuldades para compreender o abrangente conceito de classe posto logo no prefácio deste volume.

Neste curso de Teoria da História tive uma nova oportunidade para trabalhar com o livro de Thompson. Minha primeira sensação foi de desânimo - a primeira impressão não tinha deixado saudade. Reli e tive, devo confessar, uma impressão semelhante à primeira: o conceito de classe continuou

* Aluno do Curso de História, trabalho realizado para o curso de Teoria da História.

parecendo vasto a partir da leitura do prefácio, principalmente, e pelo resto da obra. Desta vez, eu soube, no entanto, lidar com o campo teórico apresentado por E.P. Thompson e os caminhos tornaram-se menos obscuros. Para chegar a compreensão do conceito de classe proposto por Thompson, cabe lembrar uma das críticas que o historiador inglês faz a uma corrente de historiadores no prefácio de *A Formação...*

"...Há a ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos, onde os trabalhadores são vistos como força de trabalho, migrantes ou dados de séries estatísticas..."¹

Ele acredita que este tipo de análise e interpretação tende a produzir o obscurecimento da ação e da contribuição dos trabalhadores no fazer histórico, tendendo também a negar a participação consciente dos trabalhadores na transformação dos rumos da história por eles vivida. Em outros termos, os trabalhadores perdem seu poder de atuação como sujeitos históricos para terem suas vidas definidas pelas estruturas econômicas da sociedade na qual estão inseridos.

Parece que este tipo de análise criticada por E.P. Thompson concentre-se apenas numa "parte" do sujeito histórico, esquecendo-se de seu conjunto: as questões práticas, objetivas da vida cotidiana, como a reprodução de sua força de trabalho, são supervalorizadas em detrimento das questões subjetivas, dos desejos individuais, das características culturais. O que existe neste posicionamento é uma espécie de 'secção' do sujeito histórico, que só pode ser compreendido segundo Thompson, porque só assim é que existe como ser total, não apenas parcial, como um conjunto pleno e absoluto de determinações infinitas e de múltiplas ordens. Ainda no prefácio, E. P. Thompson nos lembra que *"a classe é uma formação tanto cultural quanto econômica."*²

Sendo para Thompson o sujeito histórico um ser que se encontra sob a influência básica das condições históricas na qual ele está inserido, há que se

¹THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa, tomo I - A árvore da liberdade*, RJ: Editora Paz e Terra, 1987, p. 12.

²THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, p. 13.

fazer uma análise mais detida acerca das decorrências desta colocação. Primeiramente, urge historicizar o sujeito histórico, ou seja, é mister considerar a situação econômica, social, política, as relações humanas dotadas de sua grande carga de subjetivação a fim de que uma categoria histórica como a de classe não seja transfixada e mal entendida. Nesse sentido é que E. P. Thompson põe em destaque o papel da experiência de classe.

*"... Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca da mesma forma..."*³

O fim do trecho acima retirado do prefácio, apesar de confuso, parece sugerir a função crucial que a variável cultural desempenha na formação dessas reações. Como ele mesmo faz questão de destacar: tratam-se de "*tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais*" diferentes entre si que obrigam o historiador a historicizar uma categoria histórica - nesse caso - a consciência de classe: "*... classe se define a si mesma em su efectivo acontecer...*"⁴

No texto "*Lucha de clases sin clases?*", Thompson aponta para a relação existente entre a classe e a luta de classes. Ele prega que a experiência das relações sociais que se desenvolvem dentro de uma determinada faz com que os grupos adquiram seus anseios e ambições que entram em choque com os interesses de grupos que se apresentam contrários e que então acabam por descobrirem-se como classe.

*"... La clase y la conciencia de clase son siempre las ultimas, no las primeras, fases del proceso real histórico..."*⁵

Desta forma, pode-se dizer que, para Thompson, a classe forma-se nesse emaranhado de relações conflitantes entre grupos que possuem interesses antagônicos entre si, ou seja, a existência da classe é um fenômeno

³THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, p. 10.

⁴THOMPSON, E. P. "*Lucha de clases sin clases?*" in *Tradición, Revuelta y consciencia de clase*, Barcelona: Editorial Crítica, 1979, p. 39.

⁵THOMPSON, E. P. *Idem*, p. 37.

histórico derivado da luta de classes. Seria leviano pensar que as classes surgem de maneira isolada e desconsiderar o fato de que são derivadas das experiências de luta vividas por homens e mulheres. Para E. P. Thompson, a prática que alguns marxistas realizam ao separar o conceito de classe da questão da luta de classes é perigosa por tratar o primeiro como uma categoria a-histórica, e não como uma formação histórica, que é a forma pela qual o historiador inglês acredita que a classe deva ser vislumbrada.

Esta é exatamente a crítica que Thompson tece em relação ao viés althusseriano de considerar a classe: um modelo conceitual previamente formado que é parte de uma conceituação autogeradora que confere sua própria realidade às ocorrências da vida material e social.

"... O absurdo de Althusser está no modo idealista de suas construções teóricas. Seu pensamento é filho do determinismo econômico fascinado pelo idealismo teórico..."⁶

Nesse sentido, Thompson identifica o estruturalismo althusseriano como um idealismo pelo fato de não levar em conta a experiência. Partindo do pressuposto que o inglês no seu fazer histórico busca realizar o procedimento honesto, por assim dizer, de partir da totalidade das relações sociais para produzir conhecimento histórico, ele aponta a lacuna que a epistemologia de Althusser possui em relação à experiência. Para Thompson, aquilo que não estabelece diálogo com esse conjunto de fenômenos sociais é ininteligível.

Althusser parece desta maneira estar tomando o objeto do conhecimento como algo passivo, dotado de condescendência, sem considerar a existência de uma dinâmica que lhe é própria. Thompson reivindica que esta visão posiciona a matéria-prima do historiador como algo que está esperando inerte para ser transformado em conhecimento histórico e que a experiência, mais uma vez, é uma categoria que não pode ser deixada de lado pelo historiador uma vez que, com a inter-relação das múltiplas e complexas evidências, podemos obter conclusões plausíveis para a nossa investigação.

⁶THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria - um planetário de erros*, RJ: Zahar Editores, 1978, p. 20.

"... essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados..."⁷

A consciência social para Thompson não é uma categoria determinante como ela aparece no pensamento de Althusser, que desconsidera o diálogo mútuo entre o ser social e sua consciência social. Quando Thompson acusa o filósofo parisiense de escrever como um ingênuo pupilo do determinismo econômico, ele está se referindo à submissão proposta por Althusser do ser social à consciência social *"... assim como o ser é pensado, o pensamento é vivido..."*⁸

Por um lado é complicado sustentar esse ponto de vista do inglês em relação à independência do ser social quanto à realidade que o cerca. É bem verdade que Thompson não é de forma alguma romântico ao ponto de exigir total isenção de influências por parte da consciência social pois seria absurdo imaginar uma cultura homogeneamente autoconsciente. Ele apenas aponta acertadamente para a mão única que o pensamento de Althusser constrói: a de que o ser social estaria fixado como aquela mesa. E. P. Thompson acredita que a humanidade reflete sobre o mundo que vive e interage sobre ele. Pode não ser autoconsciente e uníssona mas ela, porque dotada de racionalidade, estabelece um diálogo onde verificamos que ambas as categorias (ser social e consciência social) se comunicam.

"...Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento..."⁹

O que Thompson pretende é dar voz a atividade humana no processo de luta de classes e refutar uma tendência de vitimização do trabalhador muito em voga em muitos meios intelectuais marxistas. Daí surge sua irrita-

⁷THOMPSON, E. P. *Idem*, p. 16.

⁸THOMPSON, E. P. *Ibidem*, p. 17.

⁹THOMPSON, E. P. *Ibidem*, p. 16.

ção com a apropriação indevida da teoria marxista por parte de autores que colocam os homens não como *autores* mas como *vetores* acerca da formação do que se pôde denominar por classe.

Thompson quebra com uma idéia muito presente no métier histórico que pode ser encontrada facilmente nos bancos escolares. Voltando aos tempos da tia Maricota (que não são tão remotos assim) lembro daquele esquema que nos dava uma sensação de extremo conforto quando lidávamos com movimentos sociais. O líder, as idéias percorrendo incrivelmente uma distância infindável, a cristalização instantânea de uma ideologia linear entre uma parte da população e zás-trás! A história se repetia e seu desenrolar, para a nossa alegria e conforto mental, encontrava-se previamente sabido e bem acabado.

Unir e relacionar acontecimentos díspares e que, à primeira vista, pouco tem a ver entre si, é o procedimento adotado por Thompson para compreender o fenômeno classe na sua historicidade, o que parece ser omitido pela prática histórica da tia Maricota. E também por Althusser.

*"... A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição..."*¹⁰

Este parece ser o principal interesse de E. P. Thompson: identificar e posicionar a classe como sujeito histórico. É mostrar como a experiência cultural dos trabalhadores, por exemplo, modifica significativamente as reações que eles estabelecem com a exploração a que estão submetidos. Por este motivo, a classe não deve ser tomada como uma categoria estática pois a história, enquanto processo real e objetivo, é formada fundamentalmente pela diferença e pelas mudanças. Conhecer - e dar o devido relevo - à ação das *tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais* na gênese de um determinado grupo é indispensável para colocá-lo como agente de sua própria história.

¹⁰ THOMPSON, E. P. *A Formação...*, p. 12.

TEORIA E PRÁTICA NA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

DANIEL FERRAZ CHIOZZINI¹

Escolha dois dos quatro trechos abaixo e comente-os, discutindo suas aplicações teóricas e metodológicas para o trabalho do historiador. (...)

3 “Quando Marc Bloch e eu fizemos imprimir estas duas palavras tradicionais [econômica e social] no título dos *Annales*, sabíamos muito bem que ‘social’, em particular, é um desses adjetivos a que se atribuiu tantos significados ao longo do tempo que, por fim, já não querem dizer nada. (...) Concordávamos ao pensar que, precisamente, uma palavra tão vaga quanto ‘social’ parecia ter sido criada e posta no mundo por um decreto nominativo da Providência Histórica para servir de emblema a uma revista que não pretendia rodear-se de muralhas, e sim fazer irradiar sobre todos os jardins da vizinhança, amplamente, livremente, até mesmo indiscretamente, um espírito, seu espírito. Quero dizer um espírito crítico livre de iniciativa em todos os sentidos. Repito, portanto: não há história econômica e social. Há história pura e simples, em sua unidade. A história é toda social, por definição”. (L. Febvre – “Viver a história” conferência para os alunos da École

¹ Aluno de História. Prova realizada para o curso de Teoria da História - Teoria e prática na interpretação histórica, prof.^a Silvia H. Lara, ministrado no 1º semestre de 1996.

Normale Supérieure em 1941 in *Combates por la história*. (trad.) 3ª ed. Barcelona, Ariel, 1974, pp. 39-40)

4 “Na maior parte dos casos, o historiador da história feita pelo povo encontra apenas o que procura, não o que já está à sua espera. A maioria das fontes desse tipo de história foi reconhecida como tal apenas porque alguém fez uma pergunta e, em seguida, garimpou desesperadamente à procura de uma maneira- qualquer maneira- de respondê-la. Não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas e respostas surgem naturalmente do estudo do material. De modo geral, não existe o material até que nossas perguntas o revelem” (E. Hobsbawm – “A Outra História – algumas reflexões” in Krantz, F. (org.). *A Outra História, Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. (trad.) Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, p. 22)

3 Lucien Febvre e Marc Bloch foram dois dos primeiros autores a criticar a chamada “história política”, que era centrada nos “grandes acontecimentos” e “grandes homens”. Era, portanto, limitada a um setor da sociedade. De forma alguma entrava-se no âmbito da vida do “homem comum”.

A proposta destes dois autores rompia com isto. Como aparece claramente no trecho citado, a história é social por si só, não pode nem deve limitar o seu objeto a um setor dessa sociedade. O recorte que faz é o historiados na elaboração da sua temática, no decorrer da resolução das problemáticas propostas. Ele não é um pressuposto que restringe o objeto desta ciência.

Este termo (“social”) ganhou grande amplitude e foi alvo de muitos debates após o desenvolvimento da escola dos Annales e Marxista. Como fazer uma história que realmente seja “social”? Como isto pode ser feito nos termos marxistas?

Dois textos que vimos em classe tratam diretamente deste debate.

Os historiadores de tendência marxista, como Raphael Samuel, dizem que a história social deve ter um caráter social de resistência, engajado, que

também é capaz de se colocar fora dos meios acadêmicos e se preocupar com a vida comum das pessoas. Pressupõe uma atuação política diante de um contexto de exploração. Para isso, ela pode inclusive ser feita por pessoas comuns que buscam suas tradições, até mesmo sua árvore genealógica.

A crítica de alguns autores a esta posição é que por estar presa a conceitos de modos de dominação e produção torna-se uma análise restrita. O "social" passa a ser algo limitado a um engajamento ideológico. É preciso analisar a história fora das instituições políticas, econômicas, militares e etc., identificando qual e como é a ligação da sociedade com estas instituições, como grupos sociais se diferenciam quanto a isto. A análise histórica deve se colocar num campo de batalha de interpretação da natureza das ações humanas, identificar e transpor discursos ideológicos. Em linhas gerais é esse o pensamento de John Brueilly e J. C. D. Clark. Keith Thomas já coloca que a marca da história social é o evento particular, aquilo que era importante para o homem comum da sociedade que esta sendo analisada. Assim, aos poucos a história se constrói como uma colcha de retalhos.

Já David Canadire coloca que um consenso em torno de uma questão como essa é impossível. A História, como disciplina autônoma, nos permite colocar um reconhecimento como provisório, como uma experiência e não uma explicação. Assim, é mais fácil defender suas posições como praticante do que defini-la em linhas gerais.

O texto Natalie Davis é centrado em dois tipos de história social: uma nova e uma clássica. A história social clássica sempre esteve ligada a uma base sócio-econômica, estuda as mudanças na sociedade através das estruturas, grupos e classes sociais. Isto ocasiona um recorte em torno de marcos políticos, descrições e análises em torno de quantificações, dados geográficos, demográficos e "até mesmo" culturais.

Já a nova história social é bem diferente: analisa grupos sociais segundo "sistemas múltiplos", eventos, independente de suas relações econômicas e sociais. Os recortes são "locais" e as leituras e as interpretações se dão em torno de aspecto sobretudo culturais.

A meu ver os argumentos dela são pertinentes, mas estão muito centrados numa opção pessoal de pesquisa micro-histórica. A autora deveria dar um enfoque mais incisivo ao fato do problema da história social clássica ser não a sua base sócio-econômica e sim sua relação com conceitos políticos e teorias que buscam ser abrangentes demais. Isto pode gerar o erro de restringir o "social" a uma "parte da sociedade" considerada como modelo. É possível fazer um recorte local, observando as suas particularidades culturais, porém enfatizando as relações sócio-econômicas em que este grupo se coloca.

Não foi essa opção dela ao analisar os camponeses da França no século XVIII, mas isso pode ser feito. Trabalhar com este enfoque torna-se um certo desafio, pois não implica em romper com alguns princípios marxistas da História Social que conduzem estudos deste tipo até hoje.

Este debate dá uma idéia da amplitude de um termo que surgiu mais como oposição a uma história tradicional e que ainda promoverá várias discussões.

4 Esta afirmação necessita de dois esclarecimentos básicos: o que Hobsbawm que dizer com "História feita pelo povo" e como o conceito de "fonte" mudou até chegar nos termos que ele coloca.

A noção de "história feita pelo povo" surgiu com a formação da escola de *Annales*. Inicialmente com Marc Bloch e Lucien Febvre, e posteriormente com Fernand Braudel, que foi o principal autor a organizar as linhas de pensamento dos *Annales* em termos de uma escola historiográfica. Esta caracterizava-se por oposição incisiva à chamada "história política" que tomava por referência grandes marcos políticos, sujeitos a um conhecimento objetivo, progressivo, acumulativo e envolvendo relações de causa e efeito. Passou-se a dar importância ao estudo dos "homens comuns" e qual a ligação deles com os marcos políticos (se é que havia). Isso se fazia através de problemas, perguntas em torno de fatos gerais (não necessariamente pontuais como antes).

Junto com estas críticas, criticou-se também a utilização tradicional de fontes. Até então o grande volume de documentos escritos, quando não ofereciam uma "reconstituição automática da cadeia de fatos, eram o único meio de análise histórica."

No entanto, foi com a terceira geração dos *Annales* que as críticas se ampliaram. À medida que os temas do "cotidiano do homem comum" ganharam espaço, passou-se a usar documentos que permitiam uma análise mais ampla deste cotidiano, que não necessariamente estavam sujeito ao registro escrito. A "história quantitativa" explorou este campo, mas através de registros escritos praticamente. Assim, a Arqueologia, a Iconografia, os relatos orais, os documentos artísticos e literários passaram a ser utilizados mais intensamente.

É importante lembrar que esta ampliação de fontes está diretamente ligada ao nascimento da chamada "história das mentalidades", que era justamente marcada pela temática "das ações dos homens comuns e suas razões", sobre a qual não convém uma maior explanação.

Porém, paralelamente a este desenvolvimento da escola dos *Annales*, a escola Marxista também se desenvolvia. Embora o diálogo entre as duas correntes não acontecesse com frequência, muitas críticas eram feitas de ambos os lados.

As críticas não se davam em torno das fontes, mas das temáticas que eram usadas. Os marxistas diziam que a escola dos *Annales* era demasiadamente apolítica, fragmentada, narrativa e usava como base "curiosidades". Incompatível, por exemplo, com o conceito de classes dominantes e dominadas.

O discurso marxista mudou, mas manteve a crítica principal. Este tipo de história perde o seu eixo sócio-econômico e a sua inserção num contexto maior de relações de dominação.

Apesar destas divergências o texto de Hobsbawm (que é um autor marxista) trata de um pressuposto básico do historiador, independente de

sua "tendência". O ponto de partida para qualquer pesquisa historiográfica é uma pergunta, um problema.

Para elaborar este problema o historiador aceita algumas verdades, porém as vê como provisórias. Tende a fazer uma pesquisa para verificação e confirmação desta pergunta. Consulta outras interpretações (historiografia), vai atrás de documentos e constrói uma interpretação própria aos poucos. Este três procedimentos devem estar sempre interligados e direcionados para a resposta do problema inicial.

À medida que o problema se desdobra, ele deve receber um recorte. É impossível estabelecer estudos muito amplos. Com este recorte estabelece-se um tema e ligados a ele alguns desdobramentos.

O documento, como coloca Hobsbawm, se revela à medida que o problema é investigado. Quando se propõe a entender a "história feita pelo povo", não existe nada pronto para ser estudado, porque o cotidiano vai além dos documentos escritos. Documentos estão constantemente sendo descobertos e reinterpretados.

No entanto, da mesma forma que se faz um "recorte" no problema inicial, é preciso fazer um recorte nas fontes documentais, centrar a análise em algumas delas e aproveitar todas as opções que ela pode oferecer.

Daí a importância de haver um constante diálogo entre problema, documento, interpretações já feitas por outros historiadores e por si próprio e a interpretação que está sendo feita.

Apesar desta ressalva, o trecho citado é muito válido no sentido de colocar que o conhecimento histórico é provisório e apesar de exigir limitações na sua elaboração envolve inúmeras possibilidades.

BIBLIOGRAFIA

Braudel, F. "A longa duração". *História e Ciências Sociais* (trad.) Lisboa, Presença, 1972, pág. 15.

A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA NO PCB DOS ANOS 80

MARINA JORGE*

Desde os anos 80, com o fim da ditadura militar, setores da esquerda brasileira partiram para a ampla defesa da democracia, abandonando a perspectiva de uma revolução socialista. Neste momento, o centro da atividade teórica e política destes setores passa a ser a questão democrática, e o debate em torno do estrito campo do socialismo é abandonado.

Um setor da esquerda em particular se destacou na defesa da questão democrática: eram intelectuais ligados ao PCB - Partido Comunista Brasileiro - que sistematizaram uma tendência autodenominada "renovadora" que passou a guiar a posição política hegemônica do partido no decorrer da década de 80. O estudo da produção teórica deste setor permite a compreensão do modo como uma organização comunista, o PCB, assimilou a questão democrática e partiu em sua defesa, numa posição que acabou por gerar resistências e contradições dentro de um partido que deveria ser o portador da teoria marxista. A década de 80 será privilegiada no estudo em virtude da intensa produção de textos e pelo abandono praticamente total da prática revolucionária. Para isso, analisaremos aqui três momentos decisivos: 1) a

* Aluna do curso de Ciências Sociais. Projeto de Iniciação Científica.

interpretação da história do PCB que os intelectuais renovadores constroem neste período, na qual se privilegia uma visão dos avanços democráticos no partido. Desta história, o ponto mais importante localiza-se os anos 50, quando, nas palavras da ala renovadora do partido, começam as principais rupturas com os setores por ela considerados *esquerdistas* e *golpistas*; 2) uma importante obra teórica, provavelmente aquela onde a defesa da democracia é melhor sistematizada e explicitada a partir de conceitos de teóricos marxistas (Lênin, Gramsci, etc.): o texto de Carlos Nelson Coutinho, *A Democracia como Valor Universal*, contido no livro de mesmo nome. Os pressupostos teóricos do autor serão analisados por serem parte importante do momento teórico de consolidação ao tema da democracia; 3) diversos artigos do jornal *Voz da Unidade*, durante o período em que era porta-voz da ala renovadora.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

1) A Reconstrução da História Pecebista

O setor renovador do PCB reconstrói a história do partido a partir da visão de democracia como um valor universal. Desta forma, os momentos de ruptura com as atitudes chamadas *golpistas* ou com o *esquerdismo* são celebradas como verdadeiros momentos de avanço do PCB em direção à uma teoria e prática influenciadas pela questão da democracia.

Segundo Leandro Konder, um dos principais teóricos da democracia do PCB, os comunistas na época do fortalecimento do comunismo no Brasil e da fundação do PCB, ainda não conseguiam compreender toda a complexidade da sociedade brasileira, mantendo-se presos àquilo que este autor chamou de *doutrinarismo abstrato*.¹ Era preciso, para aumentar a influência do partido na política, que se desenvolvesse uma ampla política de alianças, mas a vanguarda comunista não admitia nenhuma ligação com a pequena burguesia – num comportamento que Konder classifica com pequeno-

¹ Konder, 1980, p. 39.

burguês. A recusa de uma política de alianças é vista pelo autor como uma falta de realismo frente aos amplos problemas da sociedade brasileira, que impedia os comunistas de lutarem concretamente pela democratização da sociedade brasileira.² “A contrapartida do *doutrinarismo abstrato* era o *golpismo*”.³

Para Leandro Konder, a aproximação de Luiz Carlos Prestes com o PCB em 1931 e o crescimento do movimento integralista colaboraram com o sentimento golpista. Com efeito, em 1935, uma insurreição irrompe em Natal. O autor procura mostrar o erro desta atitude, que criou o clima propício para a farsa do Plano Cohen e para a instauração do Estado Novo, em 1937.

Torna-se muito claro que, para este autor, as vias democráticas para a conquista do socialismo devem estar sempre presentes no PCB, como parte própria de uma teoria comunista brasileira. Sua análise da atitude pecebista no período da guerra fria vai neste sentido: “a partir de 1948 a linha política do PCB descamba para um acentuado ‘esquerdismo’” e “a maneira dos comunistas conceberem a democracia sofreu um rude estreitamento”.⁴ Em 1950, na época do Manifesto de Agosto, os comunistas passam a atuar de forma considerada sectária: “Faltava a convicção de que era possível e conveniente (...) persuadir uma grande variedade de pessoas com pontos de vista distintos dos do PCB, neutralizar pelo menos alguma das objeções delas à política dos comunistas e mobilizá-las em torno de determinadas lutas democráticas concretas”.⁵ A visão menos estreita da democracia, portanto, aliada às amplas alianças, é o caminho que este teórico encontra para o fortalecimento do comunismo no Brasil em 1950.

No 4º Congresso do PCB, em novembro de 54, surgem algumas tendências democratizantes. Foi, por exemplo, abandonado o abstencionismo eleitoral – tanto que em 1955 os comunistas apoiaram JK e Jango. Assim, o

² *idem, ibidem*, p.41.

³ *idem, ibidem*, p.43..

⁴ *idem, ibidem*, p.73.

⁵ *idem, ibidem*, p.84.

apoio à democracia como atitude própria da prática comunista passa a ação concreta: os comunistas, além do apoio institucional à uma ação democrática – através do voto – participam da eleição como articuladores de uma campanha democrática nacional. Raimundo Santos, teórico da ala direita do PCB, esclarece: “Após a morte de Vargas, o PCB, arrastado pelas mobilizações antigolpista, vai experimentar três mutações que alteram suas concepções políticas, sem abandonar, entretanto, naquela ocasião, a estrutura do pensamento anterior. Assim, pressionados pelos acontecimentos, os comunistas: a) são forçados a reconhecer de fato diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura; b) começam a ver a sua frente a possibilidade de participarem na formação de uma Coalizão Democrática, bem ampla e bem diversa da frente de libertação nacional, definida sectariamente no seu programa partidário de 1954; e c) passam a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter conquistas às reivindicações populares”.⁶

Com a morte de Stálin, em abril de 1953, e as denúncias de seus crimes, em fevereiro de 56, um novo debate se abriu para o PCB, a partir de um artigo de Armênio Guedes (“Algumas Idéias sobre Frente Única no Brasil”), publicado no 1º número da revista *Novos Tempos*. A questão democrática já influenciava a ação concreta desde 1950, mas uma teoria da revolução democrática parece se formalizar a partir da revisão de antigas posições do partido impulsionada pela denúncia dos crimes de Stálin. Os artigos publicados na época foram divisores de águas – do lado renovador, Leandro Konder comenta: “Em seu artigo, Armênio Guedes afirmava que o PCB deveria lutar por um governo antiimperialista e democrático, capaz de abrir caminho ‘para a ampla democratização da vida do país’, capaz de levar ‘a democracia, a medida que ela avance, a ter de encarar necessariamente a questão das transformações revolucionárias’”.⁷

⁶ Santos, 1994, p.19.

⁷ Konder, 1980, p.101.

É na década de 50, portanto, que ocorre a ruptura mais importante dentro do PCB cujo desfecho é a valorização da luta democrática. Para os teóricos da tendência renovadora, é nesta época que o partido encontra o verdadeiro caminho para uma adesão das massas e para o socialismo. Segundo Raimundo Santos, "A análise do pensamento pecebista produzido no período compreendido entre 1954 e 1957 esclarece muito a natureza do processo elaborativo daquilo que os comunistas brasileiros consideram a 'nova política', difundida, pouco depois, na famosa Declaração de Março de 1958".⁸

Na Declaração de Março de 58 reconhecia-se a importância da atuação de uma frente única composta por todas as forças interessadas na luta contra o imperialismo e pela democracia. Em setembro de 1960 o 5º Congresso do PCB coloca a importância de se aprofundar a questão democrática. O 6º Congresso, realizado em 1967, procurou manter e aprofundar a linha do 5º Congresso, apesar da forte pressão dos setores considerados "esquerdistas", que Konder caracteriza como militantes frustrados com a derrota popular de 64.

Na época da ditadura até os anos 80, a intelectualidade pecebista procura aprofundar as idéias sobre uma frente democrática cujas origens fundamentais estão na década de 50. Raimundo Santos vê o avanço e o reconhecimento da importância de uma luta democrática como resultado principal de uma nova elaboração do modelo de desenvolvimento econômico no Brasil: "(...) desde 1956/57, o reconhecimento do desenvolvimento capitalista brasileiro resultou numa elaboração (...) que imediatamente corroeu as posturas revolucionárias da moldura estalinista e, progressivamente, começou a por em dúvida a própria idéia de ruptura revolucionária".⁹

A VISÃO DE DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL

Para Carlos Nelson Coutinho, a teoria gramsciana é um dos alicerces principais de uma teoria marxista que entende a transição ao socialismo

⁸ Santos, 1994, p.19.

⁹ *idem, ibidem*, p.85.

como uma questão democrática. Toda a crítica hoje generalizada ao modelo soviético teria resultado de uma nova vinculação entre democracia e socialismo, ou, em outras palavras, a crítica ao modelo de Stálin se relaciona com o problema da falta de liberdades na URSS.

O que deveria unir os setores de oposição da sociedade brasileira seria justamente a luta pela democracia, "pela conquista e consolidação de um regime de liberdades político-formais".¹⁰ Existe, portanto, uma recusa de que a democracia seria uma forma de dominação da burguesia por sua própria natureza.

Carlos Nelson Coutinho não ignora a afirmação marxiana de que não há forma de Estado sem conteúdo de dominação de classe, mas se justifica: muitas das liberdades democráticas tiveram origem nas revoluções burguesas, mas, para o materialismo histórico, não existe identidade direta entre gênese e validade, ou seja, "nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu *valor universal* muitas das objetivações ou formas de relacionamento social que compõe o arcabouço institucional da democracia política".¹¹ É por isso que para o autor a democracia é um valor tanto na transição ao socialismo quanto no socialismo plenamente consolidado, ou, em suas palavras, "a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade".¹² Uma democracia na sociedade socialista não significa simples continuação da democracia liberal.

Esta nova democracia, a democracia socialista, não deve surgir após a tomada do poder pela classe trabalhadora. É uma democracia que já se esboça na sociedade burguesa, enquanto democracia de massas: num primeiro

¹⁰ Coutinho, 1984, p. 19.

¹¹ *idem, ibidem*, p.22.

¹² *idem, ibidem*, p.22.

momento, a tarefa seria suprimir as relações de produção capitalistas; num segundo momento, “trata-se de eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento”.¹³ Carlos Nelson Coutinho não defende, portanto, a revolução como concebida pela teoria marxiana – tomada do Estado para posterior eliminação do modo de produção capitalista. Seu problema, entretanto, está em como explicar o advento de relações de produção socialistas numa sociedade capitalista por vias não revolucionárias.

A democracia de massas, cujos elementos primordiais já se encontram na sociedade brasileira de acordo com a análise do autor, vem da relação que ele estabelece entre socialização das forças produtivas e socialização do poder: “Assim como a socialização das forças produtivas impõem a socialização dos meios de produção, do mesmo modo a socialização da política coloca a questão da socialização do poder”.¹⁴ Esta socialização do poder, que significa o fim da alienação política, é uma reapropriação do Estado pela sociedade. A reapropriação se dará por meio de uma articulação de organismos da democracia popular com a democracia tradicional – o Parlamento, por exemplo.

Carlos Nelson Coutinho pretende mostrar que o Brasil nunca foi um país realmente democrático. As reformas na vida econômica e política do país sempre foram encabeçadas por uma elite, numa “via prussiana” de transformação. A tarefa imediata, portanto, é lutar por liberdades que de início serão democráticas-liberais. Num segundo momento, cabe às forças populares a manutenção e o aprofundamento desta democracia (liberal): “a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo, a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não-democráticos (...). O que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os

¹³ Coutinho, p.26.

¹⁴ *idem*, *ibidem*, p.29.

socialistas brasileiros se propõe construir *conserva e eleva a nível superior* as conquistas puramente liberais”.¹⁵

ANÁLISE DE ARTIGOS DA *A Voz da Unidade*

Tanto a linha editorial do jornal *A Voz da Unidade* quanto os artigos publicados pela tendência renovadora mostram a hegemonia da defesa da democracia neste importante veículo de comunicação dos comunistas. No editorial “Soberania e Democracia” (31/12/80 a 08/01/81) a democracia é defendida de maneira sistemática em nome de todos os comunistas do partido: “Os comunistas tem (...) uma posição muito clara: consideram que o eixo em torno do qual se organiza a vida política da Nação, aquele eixo que interessa às grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade, é o eixo de luta pela democracia, pelas mais amplas liberdades (...)”. Carlos Nelson Coutinho, citando José Álvaro Moisés no artigo “A democracia não é expediente tático” (18 a 24/07/80), diz que “a reivindicação democrática não tem mais, para nós, um caráter meramente tático, de algo que nos permitisse chegar a um patamar a partir do qual novos avanços pudessem ser feitos dispensando a democracia”.

A defesa da democracia é explicitada pela valorização das conquistas democráticas mas também pela inserção dos comunistas num plano político institucional democrático. No artigo “Nós precisamos de uma voz política, não doutrinária” (26/06 a 04/07/80), de Gildo Marçal Brandão, a luta pela legalidade do PCB é valorizada enquanto caminho para que o partido conquiste espaço nas instituições democráticas. Em “Os novos partidos e a democracia”, Carlos Nelson Coutinho avança numa defesa do pluralismo democrático que possibilite a atuação conjunta de diferentes orientações políticas: “Ao mesmo tempo em que lutam para conquistar a plena legalidade do seu partido, os comunistas brasileiros se esforçam hoje por unir esses novos

¹⁵ *idem, ibidem*, p.39.

partidos liberais e democráticos, sem discriminações e sem privilégios injustificados, numa ampla frente democrática (...)"

Ao mesmo tempo em que a democracia é valorizada, tanto formal-institucionalmente como enquanto caminho de conquista de importantes valores para a chegada ao socialismo, a luta revolucionária é abandonada por completo e considerada como resquício de um passado golpista, esquerdista e portanto, atrasado. O artigo de Armênio Guedes, "Avançar sem dar margem ao retrocesso" (26/06 a 04/07/80), sistematiza esta posição: "Quase sempre, no passado, trabalhamos com a idéia sectária e primitiva de que as tensões jamais deveriam ser evitadas, que elas eram sempre úteis à luta das classes exploradas. É claro, não se especulava então se o confronto e a ruptura a que tais tensões poderiam conduzir, nas condições concretas em que se dariam, seriam ou não favoráveis àquelas classes".

Para justificar a posição democrática, e o abandono da via revolucionária para chegar ao socialismo, os teóricos do PCB se utilizam de leituras de textos de Marx e Engels. Procuram na teoria marxista-leninista elementos que mostrem que a reflexão e a ação destes autores estão permeadas pela questão democrática. No artigo "Os comunistas brasileiros e a democracia" (27/03 a 02/04/81) Leandro Konder explicita esta posição: "Sabemos todos que o marxismo possui uma inspiração rigorosamente democrática, que ele se desenvolveu em luta contra as ideologias reacionárias que contribuíam objetivamente para manter a exploração do trabalho e a opressão das massas populares; sabemos que o marxismo, na sua origem, combatia o formalismo 'liberal' exatamente em nome da necessidade de serem superadas as *insuficiências democráticas* do liberalismo. O movimento comunista não surgiu em oposição à tradição democrática. Isso não basta, porém, para que os comunistas exijam dos não-comunistas que os reconheçam, automaticamente, como *democratas exemplares*."

Os artigos do jornal *A Voz da Unidade* são extremamente ricos pela sistematização que estabelecem entre democracia e socialismo – o avanço de um levaria ao inevitável avanço do outro. Possibilitam, também, entender a

relação, nada contraditória na voz de seus autores, entre a teoria marxista-leninista e a defesa da democracia. A partir dos artigos da *Voz da Unidade* e da reflexão sobre estes textos em relação à interpretação da história do PCB pela ala "renovadora" e ao texto de Carlos Nelson Coutinho, *A Democracia Como Valor Universal*, poderemos avançar na compreensão do amplo fenômeno de defesa da democracia e elaborar hipóteses sobre sua vinculação com uma organização, a princípio revolucionária, como o PCB. Veremos quais os problemas de uma leitura "democratizante" dos textos marxianos e se essa leitura se sustenta tal como apresentada pelos teóricos da ala "renovadora do PCB".

OBJETIVOS

Analisar a concepção de democracia na tendência "democrática" ou "renovadora" do PCB, com enfoque nos anos 80, quando a valorização das liberdades democráticas torna-se hegemônica no interior do partido e o abandono da via revolucionária para chegar ao socialismo é completo. Compreender a relação que esta tendência democrática estabelece entre democracia e socialismo e mostrar os problemas da defesa de um Estado de Direito (um Estado burguês) para o pensamento socialista. Resgatar o debate dos anos 50 no interior do partido, analisando o modo como a tendência democrática do partido reconstrói este período e as relações entre esta reconstrução e a defesa da democracia. Analisar um dos principais textos de sistematização do pensamento democrático, que colaborou para difundir entre a esquerda dos anos 80 a defesa das liberdades democráticas e é o mais importante momento teórico desta defesa: *A Democracia Como Valor Universal*, de Carlos Nelson Coutinho. Discutir artigos de teóricos da tendência democrática dos anos 80 no jornal *Voz da Unidade*, onde o setor autodenominado renovador tinha hegemonia. A partir da reflexão sobre estas leituras, poderemos elaborar hipóteses sobre os problemas de uma vinculação entre marxismo e democracia.

METODOLOGIA

Este projeto, de cunho teórico, privilegiará a leitura e a análise dos textos que compõe a bibliografia, com a possível inclusão de novos textos conforme a pesquisa apresente novas necessidades. Não haverá necessidade de se efetuar pesquisa empírica, uma vez que o objeto da pesquisa repousa na reflexão teórica dos textos apresentados neste projeto, ou seja, na análise da defesa da concepção democrática no PCB nos anos 80 e no conseqüente abandono da via revolucionária socialista.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADE E PLANO DE TRABALHO

Período previsto para a pesquisa: 1 ano.

- 1º Trimestre:** Leitura e análise dos textos da ala "renovadora" do PCB produzidos nos anos 80 e que fazem uma interpretação da história do partido a partir de um avanço progressivo e, segundo os autores, desejado, de uma teoria democrática. Leitura e análise do texto de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia Como Valor Universal*.
- 2º Trimestre:** Leitura e análise dos artigos do jornal *A Voz da Unidade*. Elaboração do relatório parcial.
- 3º Trimestre:** Avançar na análise dos artigos da *Voz da Unidade*. Estabelecer as primeiras relações entre os três grupos de textos lidos (interpretação da história pecebista, *A Democracia Como Valor Universal* e artigos do jornal *A Voz da Unidade*). Elaborar hipóteses sobre os problemas da relação entre democracia e socialismo e, conseqüentemente, entre democracia e marxismo-leninismo.
- 4º Trimestre:** Revisão e complementação do que foi produzido. Elaboração da conclusão. Redação do relatório final.

BIBLIOGRAFIA

- SANTOS, Raimundo. *O pecebismo incluso; Escritos sobre idéias políticas*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Universidade Rural e Sociedade do Livro. 1994.
- _____. *Modernização e Política*. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária. 1996.
- KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.
- _____. Os comunistas brasileiros e a democracia. *A Voz da Unidade*. Rio de Janeiro. 27/03/81-02/04/81. p. 7.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: *A democracia como valor universal e outros escritos*. 2ª edição. Rio de Janeiro. 1984. p 17-48.
- _____. Os novos partidos e a democracia. *A Voz da Unidade*. Rio de Janeiro. 31/12/80-08/01/81. p. 4.
- _____. A democracia não é expediente tático. *A Voz da Unidade*. Rio de Janeiro. 18-27/07/80. p.
- GUEDES, Armênio. Avançar sem dar margem ao retrocesso. *A Voz da Unidade*. Rio de Janeiro. 26/06/80-04/07/80. p. 3.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Nós precisamos de uma voz política, não doutrina.. *A Voz da Unidade*. Rio de Janeiro. 26/06/80-04/07/80. p. 8.
- SOBERANIA e democracia. *A Voz da Unidade*. Rio de Janeiro. 31/12/80-08/01/81. p. 1.

AS ESQUERDAS NO BRASIL

ELAINE AMORIM*

A partir da transição democrática muitos temas vieram à tona, ocupando o cenário político brasileiro e colocando em discussão assuntos que até então não tinham sido debatidos com a devida atenção. Entre eles destaca-se o tema da democracia, que passou a ter maior importância diante o processo de abertura política (que possibilitou outros debates envolvendo as questões da cidadania e dos direitos humanos), e também pela queda dos regimes socialistas no Leste Europeu e na ex-URSS.

A democracia assume um papel relevante nestas duas últimas décadas, tanto no palco nacional, como no internacional, por ser um dos pontos básicos que passa a orientar os rumos que seriam tomados por cada país e pelas esquerdas socialistas. Afinal, os acontecimentos que precederam e causaram o declínio do socialismo real, deixam em aberto questões que precisariam ser refletidas e respondidas pelos seus sobreviventes e por todos os setores políticos defensores de uma sociedade socialista.

Por isso, este trabalho surgiu diante algumas indagações referentes à configuração, às posturas ideológicas e ao conteúdo programático dos partidos caracterizados como sendo de esquerda. Poderíamos abordar não só os

* Aluna do curso de Ciências Sociais. Este artigo foi apresentado como trabalho final da disciplina Partidos Políticos no Brasil, ministrado pela professora Rachel Meneguello, durante o 2º semestre/97.

partidos, mas também os movimentos e entidades sociais, identificados com as ideologias da esquerda, no entanto centraremos nossa análise na atuação dos partidos, por estes serem os mediadores que possibilitam a integração entre os interesses da sociedade civil e Estado e também por serem uma das condições necessárias para que a democracia se consolide.

Neste sentido, este trabalho se propõe a pincelar as características das esquerdas desenvolvidas ao longo deste século no cenário brasileiro (apesar de sabermos que se trata de um objeto de estudo que tem uma dimensão internacional), mostrando os princípios fundamentais que nortearam suas práticas políticas e que foram responsáveis pela sua diferenciação em relação aos partidos de direita.

No entanto, a discussão desenvolvida neste trabalho, não pretende se ater às questões históricas referentes ao desenvolvimento dos partidos de esquerda, mas sim analisar seus programas e posturas ideológicas e a importância dos mesmos para a condução da vida política nos 80/90. Neste sentido, será ressaltado o impacto da consolidação e do crescimento das forças políticas dos partidos de esquerda (em meio a instabilidade do sistema partidário brasileiro, que perdura até hoje), e, principalmente, a nova postura ideológica assumida por eles em relação ao tema da democracia.

NOÇÕES PRELIMINARES

Antes de começarmos a discutir sobre as esquerdas no Brasil é interessante que façamos uma análise do que os conceitos direita e esquerda significam, já que não são simples denominações (ou qualificações) dos grupos, partidos ou associações, mas sim têm implícitos posturas ideológicas que podem nos apontar a forma que, cada um desses, concebem as relações sociais e políticas, como também o perfil de algumas de suas atuações no cotidiano.¹

¹ Isto não significa que estamos padronizando os comportamentos e as práticas políticas, mas salientando que através de alguns valores e crenças é possível levantar hipóteses sobre algumas posturas direitistas ou esquerdistas.

No plano cultural, direita representou (e ainda representa para muitas pessoas), o correto, o positivo e o melhor, em contraposição com as qualificações, errado, sujo e negativo, destinadas à esquerda, que se formos analisá-las sob uma perspectiva antropológica, podemos encontrar os aspectos culturais que possibilitaram a construção dessa divisão e até mesmo a influência que possam ter exercido sobre a vida política.²

No plano político as características dirigidas para estes termos são distintas e remetem a duas posturas divergentes - situação versus oposição. Estes são termos que não garantem, atualmente, um sentido único da esquerda e da direita, mas nos permitem fazer analogias com duas idéias que caracterizam, respectivamente, a cada uma delas, e que dão pistas do significado que buscamos, ou seja, a busca pela transformação e a busca pela manutenção.

É possível classificarmos politicamente as posturas ideológicas dos partidos ditos de esquerda e de direita. Ao contrário das construções culturais e sociais, ser de direita está veiculado com a valorização da permanência (manutenção) e da diferença, em oposição à esquerda, que está relacionada com os valores da igualdade e da mudança.

A idéia de permanência interliga-se com as práticas políticas limitadas, que não conseguem promover mudanças de forma que se atinja os aspectos essenciais do que se pretende mudar. Diante disto, conservadorismo é a palavra-chave que nos possibilita compreender tais práticas, pois diversas posturas conservadoras são realçadas pela defesa da diferença entre os grupos, mas não como um valor à diversidade cultural, que deve ser respeitada enquanto aspecto importante para o desenvolvimento da sociedade, mas sim enquanto uma valorização à desigualdade.

Neste sentido, a esquerda configura-se não só como oposição à direita, na medida em que visa a transformação social, mas especialmente, pela de-

² Ver: HERTZ, R., "A preeminência da mão direita: um estudo sobre a paridade religiosa in *Revista Religião e Sociedade*, nº6, 1980.

fesa que faz à igualdade, enquanto um valor que deve se disseminar e se concretizar, através de práticas políticas que englobem os setores historicamente excluídos.

Então, é possível delimitarmos as diferenças da esquerda e da direita, através de recortes ideológicos que marcam suas posturas políticas e sociais. Como afirma Antônio F. Pierucci:

“(...) ser de esquerda é ter aderido de algum modo ao valor da igualdade, é ser partidário do igualitarismo, seja ele em que campo for, seja ele em que nível for, seja ele em que esfera for.(...) Bandeiras antiigualitárias, sejam elas quais forem, sejam antiigualitárias no sentido de defesa explícita da desigualdade econômica e social, dos privilégios de classe, raça, território ou gênero, sejam antiigualitárias no sentido de impensadamente menosprezarem a igualdade em nome da defesa do charme e da beleza das diferenças, são bandeiras, senão explicitamente de direita, pelo menos perigosamente a um fio de navalha de fazerem o jogo pesado das forças da direita autoritária e antidemocrática, da extrema direita”.³

Portanto, é importante termos claro estas conceituações, pois é a partir das posturas ideológicas da direita, que podemos pensar e refletir às que se referem à esquerda, principalmente diante os acontecimentos das duas últimas décadas, que modificaram os posicionamentos ideológicos dos partidos que se identificam com ela.

HISTÓRICO DAS ESQUERDAS

Ao olharmos para a evolução das esquerdas na política brasileira, podemos focalizar períodos importantes, que mostram as especificidades dessas, adquiridas e desenvolvidas ao longo do processo histórico e que são essenciais para se entender as rupturas ou continuidades de suas práticas políticas e de suas posturas ideológicas, nos diversos momentos da política

³ Pierucci, A.F. “Linguagens autoritárias, voto popular”, in Dagnino, E. (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1994).

brasileira. Por isso, as particularidades das esquerdas servem para contrariar a defesa de que os centros internacionais revolucionários, exerceram uma forte influência sobre elas, a ponto de transformá-las em uma extensão dos mesmos, além de mostrar a autonomia conquistada pelos partidos e militantes.

Neste sentido podemos considerar que três gerações de esquerda desenvolveram-se no Brasil, contendo, cada uma, características específicas e responsáveis pelas configurações assumidas posteriormente. Ao considerarmos a existência de três gerações estamos nos baseando na abordagem feita pelo historiador Marco Aurélio Garcia, que assim denomina as esquerdas socialistas brasileiras, no seu texto "Esquerdas: Rupturas e Continuidades".

A primeira geração tem sua origem com a formação do Partido Comunista do Brasil (1922) e é marcada pelos reflexos da Revolução Russa, que aliás, refletiu principalmente sobre Uruguai, Chile e Argentina, as ideologias que norteavam as organizações e partidos socialistas.

Os partidos comunistas conviveram ao longo de sua trajetória, especialmente no cenário da esquerda latino-americana, com os setores nacional-populares, surgidos nos anos trinta. Com o decorrer dos anos, incorporaram as idéias nacional-desenvolvimentistas, que ressaltavam a importância de se barrar o domínio imperialista que era exercido sobre o país, através de um enfrentamento que consistia ser um dos momentos da Revolução Brasileira e era caracterizado como a "etapa democrática". A democracia que por eles era enfatizada, baseava-se em uma visão pouco aprofundada sobre o seu significado, o que comprometeu, por final, o fortalecimento de suas propostas.

Entre as idéias defendidas, destacavam-se entre elas, a incorporação dos grupos excluídos do sistema políticos, a redistribuição da renda através da adoção de políticas específicas e da centralidade no Estado, além da difusão das idéias de nação e soberania. Esta esquerda que se constitui pelos comunistas populistas, tinha como bandeira de luta as campanhas nacionalistas, pelo desenvolvimento econômico e pelas questões sociais - que estavam

relacionadas com a garantia de necessidades básicas da população - através das quais seria possível viabilizar a democracia política. Dentro dessas perspectivas, as liberdades políticas só se tornariam perceptíveis e significativas para a população, na medida em que o Estado representativo garantisse as necessidades básicas da mesma, afinal "(...) o discurso e a prática populistas sempre advogaram abertamente a colaboração de classe (projeto classista), fundamental para seu projeto nacionalista desenvolvimentista. O elemento chave desta colaboração foi o Estado".⁴

O PCB, principal representante da esquerda brasileira na década de 60, irá desempenhar um papel importante ao apontar o medo que a classe média tinha dos comunistas, a ponto desta se posicionar a favor do golpe militar. Apesar da existência de setores da elite (dissidentes), que poderiam ser atraídos para dentro da esquerda, a identidade do partido era negativa perante os setores da direita, pois o associavam com atitudes antidemocráticas, existentes em regimes comunistas.

Pontos relevantes que devem ser resgatados a respeito do PCB referem-se ao relativo amadurecimento que alcança nestes primeiros anos, em relação ao destaque que passam a dar às lutas eleitorais e às lutas pacíficas - como formas de transformação da sociedade brasileira-, como também da própria percepção que têm dos setores de elite, que poderiam ser atraídos, a fim de se concentrar forças políticas.

Pode-se perceber que a permanência dos populistas se dá pelas práticas políticas que adotam nos seus governos, pela utilização de mecanismos que aparentam visar a igualdade social e a incorporação das massas populares na vida política. Neste sentido não é de se estranhar a longevidade do populismo, se analisarmos a forte aceitação pela população de alguns políticos personalistas, que têm nos seus discursos uma forte apelação paternalista; por exemplo Brizola no Rio de Janeiro, Miguel Arraes em Pernambuco, José Sarney, e até mesmo Fernando Collor de Mello (se formos analisar a sua

⁴ Garcia, M. A. "A social-democracia e o PT", revista *Teoria & Debate*, n. 12, 1990, p.52.

candidatura); políticos que em diversos momentos adotaram medidas, que exerceram, de alguma forma, mudanças na vida da população.

Com o golpe militar em 1964, esta esquerda brasileira sofre um declínio diante a falta de controle das divisões internas, não alcançando, conseqüentemente, uma força política significativa.

A segunda geração se constituiu a partir dos fracassos sofridos pelas posturas nacionalistas da primeira geração, como também da vitória e dos reflexos que a Revolução Cubana dissipou por toda a América Latina. Neste sentido esta esquerda revolucionária se caracterizou pela oposição aos regimes militares (e fascistas), a fim de garantir a derrota da ditadura e uma independência nacional.

A coesão desta esquerda encontrava-se na postura de luta adotada, que partia do princípio de que a luta armada era a forma de garantir os seus objetivos.

Quanto às ideologias que baseavam sua prática política, estavam relacionadas com as teorias marxistas, que na verdade foram resgatadas a fim de solidificar a sua identidade. Esta esquerda tinha uma visão pessimista do Brasil e do capitalismo nele implantado, neste caso, a inviabilidade desse, era um passo para se realizar a revolução socialista, no entanto, ela tinha claro a ausência de "(...) condições subjetivas (classes e/ou partidos) capazes de tirar proveito da nova conjuntura e 'fazer a revolução'".⁵ Talvez, por esta falta, que a ação se deu por parte de grupos, que viam na luta armada uma forma de sanar a ditadura e até mesmo o capitalismo, como se fossem conseqüentes. Na verdade, um pouco dessa visão que reduzia a ditadura ao capitalismo, mostrou as dificuldades dessa esquerda revolucionária propor medidas que eliminassem as ditaduras e possibilitasse uma transição para um regime democrático.

⁵ Garcia, M. A. "Esquerdas: rupturas e continuidades", in Dagnino, E. (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1994) p.123.

A partir deste quadro que nas décadas de 70 e 80 forma-se a nova geração, designada de “esquerda social”, que tem sua origem nos movimentos sociais desencadeados neste período da história do país; movimentos encabeçados pelos setores urbanos, sindicalistas, pelas minorias (mulheres, negros, homossexuais...) e pelos camponeses.

Através das reivindicações e das lutas sociais travadas nestes anos, há uma reflexão sobre o conceito de democracia, ou seja, este passa a ser visto como “(...) um espaço de criação de novos direitos”,⁶ e não simplesmente como um meio (como era abordado pelas esquerdas tradicionais), que garanta igualdades sociais, mas que ela própria seja também um fim. Esta é a principal diferença alcançada pela reflexão teórica promovida pela esquerda social, que toma consciência da falta de democracia política nos regimes socialistas, como também da necessidade de se articular políticas, que possibilitem uma democracia econômica e social; principalmente diante os momentos de repressão, de censura e das mortes e fracassos da esquerda revolucionária, que presenciaram, durante o regime militar.

Esta esquerda reformista passa a ser aproximada por alguns intelectuais e militantes políticos, da social-democracia, devido a ênfase que dá às reformas sociais e políticas, como forma de sanar as desigualdades existentes no seio da sociedade; ora para isto significa que seria necessário a distribuição da riqueza gerada no país, através de uma intervenção estatal na economia, que possibilitasse por meio de regulamentos, subsídios e da propriedade estatal de setores estratégicos da economia, a incorporação dos setores populares, historicamente excluídos.

A nova geração da esquerda socialista não pode ser caracterizada como uma extensão da social-democracia estabelecida na Europa, já que esta estava inserida em um contexto histórico distinto daquele em que as esquerdas reformistas se destacam no sistema político. Na Europa as políticas orientadas por essa vertente social-democrata, tinham como objetivo recons-

⁶ Idem, p.124.

truir a sociedade (diante o caos provocado pela guerra), implantar medidas que garantissem melhorias para os setores economicamente desfavorecidos, como também, possibilitar a ampliação da democracia política.

A princípio, no contexto latino-americano, a social-democracia não encontrou as bases estruturais que a garantiriam, ou seja, uma classe operária organizada em sindicatos, com ideologias e propostas reformistas, que possibilitasse, por final, o surgimento de um partido. Mas a sua implantação na América Latina só será possível, após o enfraquecimento dos grupos nacionalistas e comunistas, que ao perderem sua força política entre os setores operários, abriram as vias de atuação à social-democracia.

No Brasil, a tentativa de se implantar um regime reformista baseado na social-democracia, encontrou barreiras diante o contexto do país, já que tratava-se de um processo de democratização, através do qual diferentes partidos estavam sendo formados; sem contar que o fortalecimento e a organização da classe operária estava começando a conquistar seus espaços e sua força política neste momento. Mas como afirma Marco A. Garcia, "no Brasil, é possível que a conjuntura mais semelhante à do surgimento da social-democracia européia seja aquela de fins dos anos 70, quando emerge o fenômeno do *novo sindicalismo* e, na esteira dele, o Partido dos Trabalhadores".⁷

Conforme argumenta Jorge Castañeda, se fossemos fazer uma separação entre os partidos considerados social-democratas, no contexto brasileiro, poderíamos citar três siglas: PSDB, PTB e PT. No entanto, esta colocação não é aceita por muitos políticos, principalmente pelos petistas, já que esses questionam o caráter do reformismo europeu, ou seja, a implantação de reformas econômicas e políticas promovidas -sob o respaldo da burguesia-, mascarava os reais interesses dessa, que eram dar mínimas garantias de sobrevivência aos trabalhadores, a fim de impedir que o socialismo se expandisse para outros países.

⁷ Garcia, M. A. "A social-democracia e o PT", revista *Teoria & Debate*, n.12, 1990, p.53.

No entanto, não podemos ignorar que a constituição da base eleitoral do PT, assemelha-se a que fora constituída pelos social-democratas europeus, ou seja, composta por trabalhadores, intelectuais e setores populares.

Em relação aos três partidos, um dos aspectos que poderiam ter em comum é a defesa das reformas sociais e políticas, como forma de promover a inclusão das massas excluídas, garantindo-lhes igualdades sociais, políticas, econômicas, como também civis.

Porém, atualmente, com o PSDB ocupando a Presidência, não enxergamos a realização dessas reformas, e, muito menos a preocupação de se estabelecer políticas públicas, que contornem os problemas que se agravam na sociedade. Para constatar isso, basta observarmos os altos índices de desemprego, a pobreza que se prolifera nos setores urbanos e industrializados, a defasagem do sistema educacional, que tem sido afetado constantemente pelos cortes de verbas, a despreocupação com a realização da reforma agrária, além da privatização dos setores estratégicos da economia (possibilitando com isso, uma certa internacionalização dos bens nacionais, na medida em que permite a compra desses, pelos capitalistas estrangeiros).

Neste sentido, podemos discordar da aproximação feita por Jorge Castañeda, já que a formação do PSDB e os rumos tomados pela sua figura de maior destaque atualmente contrariam o que consideramos ser posturas de esquerda (ou até mesmo, de centro esquerda); mas antes de apresentarmos nossas análises a respeito desse partido é necessário expormos a formação do mesmo, como também daqueles, caracterizados como sendo de esquerda.

FORMAÇÃO

A formação do PSDB inicia-se em 1988, através de um grupo de políticos -dissidentes do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que estavam preocupados em construir um partido mais progressista e com propostas ideológicas, orientadas pelas concepções da social-democracia. A

princípio, seus formadores tinham a preocupação de delimitar a composição do partido, a fim de não comprometer o perfil ideológico do mesmo - centro-esquerda -, contudo, esta delimitação altera-se ao longo do tempo, já que buscavam alcançar um certo nível de representação eleitoral, o que implica em muitos casos, estabelecer certas coalizões com políticos que tenham forte representatividade. Essas estratégias políticas devem ser analisadas, até mesmo para percebermos as conexões entre posturas ideológicas e práticas políticas dos partidos; em relação ao PSDB, as alianças estabelecidas por ele, principalmente na última eleição presidencial, nos mostram incoerências e o quanto ele tem se aproximado gradativamente da direita.

No seu primeiro documento, o PSDB faz propostas positivas que almejam as necessidades dos setores populares, abordando a distribuição justa e igualitária da riqueza, além de discutir a importância do Estado adotar medidas políticas, que não estejam centralizadas no aparelho estatal e submetidas a interesses corporativistas, mas que sejam a concretização das necessidades da sociedade civil. Conforme abordam: "...as reformas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil".⁸ E logo mais a frente "(...) Nem pretendemos, como eles [os autoritários], tolher a ação reguladora do Estado, onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a sociedade seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados".⁹

Se o PSDB não consegue a princípio uma forte representatividade entre o eleitorado, principalmente nas eleições municipais de 1988, isto se deve em parte pela sua formação recente. Ao olharmos para as eleições postero-

⁸ Kinzo, Maria D'Alva., *Radiografia do quadro partidário brasileiro*, São Paulo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993, p.50.

⁹Idem.

res, perceberemos o seu progressivo desenvolvimento enquanto partido nacional e a consolidação de sua representatividade perante o eleitorado, que passa a vê-lo como uma força política no cenário nacional.

Para constatarmos esta identidade partidária basta observarmos a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994, através da qual concretiza o controle do poder aos pessebistas.

Com a Reforma Partidária de 1979, seis partidos são criados com a volta do sistema pluripartidário, que havia sido destituído com o Ato Complementar 4, em 1966. Entre eles o PDT (Partido Democrático Trabalhista) é formado através do líder Leonel Brizola, antigo petebista, que opondo-se a Ivete Vargas, trava uma disputa pelo direito de uso da sigla PTB (partido que fora extinto com o Ato Institucional nº5, em 1965), herdeira do simbolismo trabalhista do período varguista. No entanto esse embate político é decidido pela justiça eleitoral, que garante o controle da sigla ao grupo de Ivete Vargas.

Neste sentido o PDT - Partido Democrático Trabalhista - é formado compondo alguns ex-petebistas (apesar de muitos antigos petebista estarem integrando o MDB, devido a extinção do PTB) e abordando propostas já existentes no antigo PTB, sem contar as menções feitas às atuações precedentes a 1964, referentes a política petebista. Esta abordagem presente no documento elaborado no "Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhadores no Exílio", pode ser percebida se observarmos as reafirmações que fazem em tono da luta trabalhista, da defesa por liberdades e direitos sindicais, como também por igualdades econômicas e sociais, que garantam condições de trabalho e remuneração igualitárias às mulheres, negros e índios.

Entre suas propostas, destacavam-se a luta pelas causas populares, de forma que as reformas estruturais fossem executadas, garantindo a consolidação de uma sociedade socialista. Conforme documento reproduzido por Chacon, em História do Partidos Brasileiros: "...Somos [pedetistas] um partido que defende a Democracia, o Nacionalismo, o Socialismo, um partido

nacional e popular. Somos o partido da Democracia Trabalhista porque somente a participação popular nas decisões da vida nacional pode levar a um nacionalismo e a um socialismo fraternos e em liberdade. O nosso Trabalho coloca a democracia como o mais alto valor e considera o ambiente natural em que podem frutificar os nossos ideais trabalhistas. Nosso nome e nossa sigla expressam o nosso compromisso básico e fundamental".¹⁰

Em relação aos partidos de esquerda, o PDT (Partido Democrático Trabalhista), tem sua identidade nacional associada à figura de seu líder político, Leonel Brizola, que graças à medidas populistas, garantiu o apoio dos setores populares, nos estados onde tem representatividade. A base eleitoral do PDT centra-se no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, apesar das tentativas de ampliá-la para outras regiões importante do país, como por exemplo São Paulo.

Quanto ao comportamento do PDT podemos perceber posturas incoerentes se formos compará-las com suas propostas ideológicas, já que tem se caracterizado como um partido que estabelece coalizões com todos os outros, a fim de conseguir elevar sua representatividade eleitoral. Para constarmos estas incoerências basta observarmos o apoio que deu a Collor durante todo o impeachment - momento de grande crise política, no qual até mesmo políticos conservadores se opuseram ao presidente. No entanto, se formos analisar o seu desempenho nas eleições realizadas em 1982, 1986 e 1990, perceberemos o quanto ampliou suas bases eleitorais, apesar de ser um partido que tem sua base de apoio em dois estados apenas.

O PT (Partido dos Trabalhadores), representa o partido mais distinto de todos os outros surgidos no sistema político brasileiro, já que originou-se através da organização dos movimentos sociais desencadeados no final da década de setenta, em especial, dos movimentos sindicais e estudantis, as Comunidades Eclesiais de Base (setores progressista da Igreja Católica),

¹⁰ Chacon, Vamireh., *História dos Partidos Brasileiros: discurso e praxis dos seus programas*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1985, p. 673.

além da participação de intelectuais e de organizações simpatizantes das idéias da esquerda.

Neste sentido, o PT surge como um verdadeiro partido de massas, buscando representar os interesses da classe trabalhadora, que até então tinha sido excluída do sistema político. Sua organização pauta-se nos núcleos de base, enquanto instrumento democráticos, que servem como mediadores da relação sociedade civil e partidos. Conforme proclamam no seu Manifesto:

“(...)Somos um partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas principalmente no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões seja tomadas pela maioria”.¹¹

Apesar de não ter se preocupado com a luta eleitoral-parlamentar, nos primeiros anos de sua existência, atualmente podemos abordar que o partido modificou sua postura, alcançando uma certa maturidade em relação à importância das disputas eleitorais. Isto pode ser percebido se analisarmos a ascensão que alcançou nos últimos anos e, principalmente nas últimas eleições municipais, realizadas em 1996.

Outros partidos de esquerda que podemos mencionar são o PSB (Partido Socialista Brasileiro), PPS (Partido Popular Socialista), e o PC do B (Partido Comunista do Brasil), partidos pequenos, dissidentes de outros partidos extintos em períodos anteriores, mas que através de coalizões têm alcançado uma certa representatividade, ainda que limitada.

O PSB (Partido Socialista Brasileiro), herdeiro do antigo PSB, que fora extinto em 1965 após 18 anos de existência, não têm uma força política signi-

¹¹ Idem., p.694.

ficativa, que represente clivagens importantes. No entanto sua participação no Congresso têm aumentado, devido o numero de cadeiras alcançadas nas últimas eleições, como também têm desempenhado um papel de apoio ao governo, já quem em 1992 compunha o quadro partidário que dava sustentação às políticas do governo de Itamar Franco.

Quanto ao PPS ele simplesmente é o próprio PCB (que modificou sua sigla após o declínio da URSS), e esteve na ilegalidade durante a maior parte de sua existência, já que sua legalidade durou apenas dois anos (1945-1947). Conhecido como "partidão", conseguiu garantir a candidatura de seus representantes, apenas através de coligações; sendo que apenas em 1985 retorna a legalidade, e passa a atuar de forma mais concisa.

Em relação ao PC do B, tem características semelhante ao PPS, já que é dissidente do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, alcançou sua legalidade apenas em 1985, não têm uma expressiva representatividade no Congresso, além de sua identidade partidária perante os eleitores ainda ser fraca.

OS PARTIDOS NO CONGRESSO

Nas três últimas décadas, diferentes mudanças sócio-econômicas e políticas ocorridas no cenário nacional são importantes para compreendermos o quadro partidário brasileiro atual, já que o aumento do eleitorado nos setores urbanos (decorrente da saída dos trabalhadores das áreas rurais), provocou novas preferências eleitorais, que não estão pautadas no atrelamento à esquemas políticos, conforme as eleições do passado.

Por isso é importante fazermos uma análise do desempenho dos partidos de esquerda no Congresso, já que através das atuações e medidas políticas adotadas pelos seus representantes refletem, atualmente, nas preferências do eleitorado. Se os interesses desse estiverem sendo atendidos, o partido presente no governo terá maiores chances de promover o crescimento dos

níveis de suas identidades partidárias, como também o seu fortalecimento político, através de um círculo, que podemos denominar virtuoso.

Ao analisarmos as clivagens representadas pelos partidos de esquerda, percebemos que estas são principalmente do Sul e Sudeste do país, já que a maioria da base de apoio destes está concentrada nessas regiões e principalmente nos setores urbanizados e industrializados. Em um estudo feito sobre as eleições de 1986, Sadek nos mostra que o desempenho do PT e do PTB, para os cargos de governador, teve maior representatividade nos grandes municípios e nas regiões sul e sudeste, em oposição ao PMDB, que se destacou entre os municípios do interior e, principalmente entre as regiões Norte e Nordeste.

Através destes desempenhos eleitorais fica claro a caracterização dos partidos de esquerda (especialmente o PT), enquanto partidos de massa, afinal são nos setores urbanizados e industrializados que se concentram a classe operária e que durante muitos anos ficou relegada às periferias da vida política; como podemos compreender também, a lógica da vinculação e da identidade partidária das populações interioranas com o PMDB, já que nessas regiões, a prática de políticas baseadas em relações clientelísticas são predominantes, onde se prevalecem ainda, as trocas de favores.

Especificando-nos na análise do posicionamento assumido pelos partidos de esquerda, frente à algumas questões em debate no Congresso, podemos constatar o grau de coerência entre suas posições ideológicas e suas práticas políticas. Neste sentido, baseando-nos nos dados apresentados por Kinzo, em *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*, percebermos que o PT e o PDT têm posturas coesas com seus programas, já que assumem posturas distintas e bem delineadas em relação à desestatização, à liberalização da economia e à implantação de políticas sociais "controversas". Podemos notar, que enquanto os partidos de direita tendem mais, a defender tais medidas, seus adversários assumem perfis político-ideológicos nítidos, que os diferenciam dentro da estrutura partidária. Como podemos ver:

	PFL	PDS	PSDB	PDT	PT
Acredita muito que o Brasil vai ter que reduzir a intervenção do Estado na economia	89	86	60	30	17
Concorda com que a ação do Estado se restrinja às áreas sociais	71	69	42	17	0
Muito favorável à reforma agrária com redistribuição de terras a particulares	39	15	54	54	100
Muito favorável a indexação acima da inflação para salários baixos	47	32	54	78	83

Fonte: IDESP, "O Congresso Nacional e a Crise Brasileira", Relatório de Pesquisa, 1991 in: Kinzo, Maria D'Alva., Radiografia do quadro partidário brasileiro, São Paulo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

CONCLUSÃO

Após analisarmos a constituição e os perfis dos partidos de esquerda, podemos entender a importância da configuração dessas no sistema político brasileiro, na medida em que buscaram ampliar suas bases eleitorais, se opor à política de direita exercida até então no país (apesar de certas posturas instáveis de alguns partidos de esquerda), e propor medidas políticas democráticas, com a finalidade de incluir os setores excluídos do exercício dos seus direitos políticos, civis e sociais.

Portanto foi imprescindível a percepção que a nova geração teve da importância da competição eleitoral, pois além dessa ser uma das características que distingue os partidos de outro grupos, é também uma das etapas de concretização da democracia política. Afinal, ao ser eleito, o partido está sendo indicado por interesses coletivos, que o vêem como o melhor mediador da relação sociedade civil e estruturas governamentais. Por isto, uma das especificidades incorporada pela esquerda social é a crença (e a busca) da via eleitoral como forma de se legitimar e de obter uma representação eleito-

ral maior, garantindo a sua participação e intervenção nas propostas elaboradas no Congresso.

A importância de se refletir sobre a democracia diante a nova postura adotada pelas esquerdas em relação à ela, requer que consideremos não só as mudanças ocorridas no mundo - principalmente nos partidos de esquerda, devido o declínio dos regimes socialistas na ex-URSS e no Leste Europeu -, mas também, a posição das classes dominantes frente a ela. Apesar dessas resistirem diante as medidas que visam ampliar os direitos sociais e políticos, elas souberam incluir a democracia política nos regimes capitalistas. Por mais que não seja garantido a todos, liberdades e igualdades sociais, políticas e econômicas, a democracia sempre é resgatada pelas elites, como forma de legitimar práticas políticas, que muitas vezes não estão baseadas em princípios democráticos.

Para se constatar as contradições presentes nos sistemas capitalistas autodenominados democráticos, como por exemplo o Brasil, basta observarmos as desigualdades nele existentes, isto é, a miséria, o desemprego, a opressão às minorias, além de outros problemas. Estas desigualdades nos ilustram que a existência plena da democracia política implica, necessariamente, na presença da democracia social no país. A ausência da igualdade social, que se concretiza através da democracia social, requer que a consolidação da democracia política se realize, já que não é possível a existência de apenas uma delas -só se quisermos viver sob um sistema mascarado, no qual um discurso pseudo-democrático ignora as crueldades que são feitas, sob os nossos olhos.

A democracia vem acompanhada de outras lutas políticas, que objetivam o respeito e a ampliação dos direitos humanos, da cidadania e das igualdades sociais. Essas estão diretamente relacionadas com a preocupação principal dos partidos de esquerda, que é a questão social, isto é, a garantia de justiça social, redução das desigualdades, implementação de políticas econômicas e sociais redistributivas, promoção da igualdade, do desenvol-

vimento social e etc.; afinal apenas através da consolidação dessas garantias é que poderemos aproximar a democracia das classes historicamente excluídas.

BIBLIOGRAFIA

- CASTAÑEDA, Jorge G., *Utopia Desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- KINZO, Maria D'Alva., *Radiografia do quadro partidário brasileiro*, São Paulo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- GARCIA, Marco A., "A social-democracia e o PT", revista *Teoria & Debate*, nº 12, 1990.
- _____. "Esquerdas: rupturas e continuidades" in Dagnino, Evelina. (org) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1994).
- TOLEDO, Caio N. "As esquerdas e a redescoberta da democracia" in Dagnino, Evelina (org) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1994).
- PIERUCCI, Antonio F., "Linguagens autoritárias, voto popular" in Dagnino, Evelina (org) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1994).
- CADERNOS DE SOCIOLOGIA n.2 (jul/dez 1996), Campinas, UNICAMP/IFCH, 1997.
- ARAÚJO, Angela M. C., *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social-brasileira*, São Paulo, Scritta, 1997.
- LAMOUNIER, Bolívar (org)., *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, IDESP.
- CHACON, Vamireh., *História dos Partidos Brasileiros: discurso e praxis dos seus programas*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1985.

FERRARI, Levi B., e Costa, Vicente da., "Uma análise da Campanha" in Sadek, Maria T. (org.) *Eleições/1986*. (São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Idesp, 1989).

SADEK, Maria Tereza, "A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo" in SADEK, Maria T. (org.) *Eleições/1986*. (São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Idesp, 1989).

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.8342

Telefax (019) 289.3327